



ROBERTO LIMIA FERNANDES

**O VALOR ECONÔMICO DO MURAL ‘As Profissões’ DE ALDO LOCATELLI
PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRGS**

CANOAS, 2017

ROBERTO LIMIA FERNANDES

**O VALOR ECONÔMICO DO MURAL ‘As Profissões’ DE ALDO LOCATELLI
PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memórias Sociais e Bens Culturais da Universidade La Salle para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Judite Sanson de Bem

Coorientadora: Profa. Dra. Zilá Bernd

CANOAS, 2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F363v Fernandes, Roberto Limia.

O valor econômico do mural As Profissões de Aldo Locatelli [manuscrito]:
patrimônio cultural da UFRGS / Roberto Limia Fernandes – 2017.
146f.; 30 cm.

Dissertação (mestrado em Memória Social e Bens Culturais) –
Universidade La Salle, Canoas, 2017.
“Orientação: Prof^a. Dra. Judite Sanson de Bem”.

1. Patrimônio cultural. 2. Economia da cultura. 3. Artes plásticas. 4.
Muralismo. 5. Locatelli, Aldo. I. Bem, Judite Sanson de. III. Título.

CDU: 719

Bibliotecário responsável: Melissa Rodrigues Martins - CRB 10/1380

ROBERTO LIMIA FERNANDES

**O VALOR ECONÔMICO DO MURAL ‘As Profissões’ DE ALDO LOCATELLI
PATRIMÔNIO CULTURAL DA UFRGS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memórias Sociais e Bens Culturais da Universidade La Salle para obtenção do título de Mestre.

Aprovado pela banca examinadora em: ___ de _____ de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Judite Sanson de Bem

Profa. Dra. Zilá Bernd

Prof. Dr. Moisés Waismann

Prof^a Dra. Ana Maria Sosa Gonzalez

Prof. Dr. Stefano Florissi

Prof^a Dr. Leandro Valiati

*Este trabalho é dedicado à Wilma Limia
Fernandes, exemplo de vida e de amor e à
Ceres Regina, amor da vida e meu norte.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família, razão de tudo valer a pena.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), casa de conhecimento e trabalho.

Aos colegas da ‘turma 302’, pelo companheirismo e amizade de: Adriana Aparecida Felini, Ana Lérica Pacheco Gutierrez, Andréa dos Santos Benites, Claudia de Quadros Rocha, Doris Maria Demingos Oliveira, Jucelino Viçosa de Viçosa, Lisandra Rosa de Vargas, Luiz Armando Capra Filho, Nara Francisca Silva da Costa, Roberta Fernandes Fajer, Rosemeri Antunes dos Santos, Rosi Maria da Rosa Mendes, Rubens Clair Viana Filho, Sandra Regina dos Santos Ledesma, Bárbara Pilatti Piffer, Luciano Alves Santarem, Wilson Severo da Rosa, Anália Kniest Dornelles, Evelin Stahlhoefer Cotta, e Katiussa Nunes Bueno.

Ao Professor Ário Zimmermann, pelo incentivo e amizade.

Ao Marcelo Gelati, pela assessoria, consultoria e discussões sobre as questões estatísticas.

Aos professores e funcionários do PPG em Memorial Social e Bens Culturais da Universidade LaSalle, por compartilharem o conhecimento e pelo profissionalismo.

Agradeço, especialmente, às Professoras Judite Sanson de Bem e Zilá Bernd, pela paciência e acompanhamento ao seu orientando.

E a todos que, de alguma forma, me apoiaram nesta jornada.

Meu eterno agradecimento, a Deus.

A arte de um povo é a sua alma viva, o seu pensamento, a sua língua no significado mais alto da palavra; quando atinge a sua expressão plena, torna-se património de toda a humanidade, quase mais do que a ciência, justamente porque a arte é a alma falante e pensante do homem, e a alma não morre, mas sobrevive à existência física do corpo e do povo.

Ivan Turgueniev

RESUMO

Estudar os bens artísticos culturais como patrimônio público, os quais, além de valores materiais carregam a intangibilidade dos valores de memória, de existência e de prestígio, contribui para o fortalecimento das instituições políticas, econômicas e culturais da sociedade. Na Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS) há um conjunto de bens artísticos que apresentam registro de patrimonialização incompletos, pois não discriminam seus valores devidos, abrangendo sua dimensão econômica, por serem públicos. Desta maneira, o objetivo deste trabalho é mensurar, sob a ótica do método da valoração contingente, o bem artístico cultural público aqui representado pelo Mural ‘As Profissões’ de importância artística, institucional e patrimonial situado na Sala do Conselho Universitário da UFRGS. Para tanto, a metodologia se utilizou de pesquisa referente à memória coletiva, patrimônio cultural, de economia da cultura e das artes por meio de investigação descritiva, documental e bibliográfica em fontes secundárias. A pesquisa também utilizou fontes primárias, aplicando um questionário semiestruturado para o levantamento e análise de dados estatísticos, conciliando abordagens quali-quantitativas. Os resultados alcançados estimam que 80% da população pesquisada entendem a importância da valoração econômica e apoia e preservação do patrimônio cultural, aqui representado pelo ‘Mural’ da UFRGS. Além disso, o estudo demonstra que além de enriquecer o debate sobre o patrimônio e a pesquisa cultural, os resultados abrem perspectivas para a aplicação do modelo aos demais bens patrimoniais culturais públicos da Instituição e de outras entidades no Brasil.

Palavras-chave: Patrimônio. Valoração Contingente. Aldo Locatelli. Mural As Profissões. UFRGS

ABSTRACT

Studying cultural artistic assets as public patrimony which, in addition to material values, carry the intangibility of the values of memory, existence and prestige, contributes to the strengthening of the political, economic and cultural institutions of the society. In Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) there are a number of artistic assets that present incomplete patrimonialization records, since they do not discriminate their due values, encompassing their economic dimension, because they are public. In this way, this study aims to measure, according to the method of contingent valuation, the cultural and artistic public good represented here by the Mural "As Profissões" of artistic, institutional and patrimonial importance located in the Room of the University Council of UFRGS. In order to do so, the methodology was based on research on collective memory, cultural heritage, economy of culture and the arts through descriptive, documental and bibliographic research in secondary sources. The research also used primary sources, applying a semi-structured questionnaire for the collection and analysis of statistical data, reconciling quali-quantitative approaches. The results obtained estimate that 80% of the population surveyed understand the importance of economic valuation and support the preservation of cultural heritage, represented here by the 'Mural' of UFRGS. In addition, the study demonstrates that to enrich the debate on heritage and cultural research, the results open perspectives for the application of the model to other public cultural heritage assets of the Institution and other entities in Brazil.

Keywords: Patrimony. Contingent Valuation. Aldo Locatelli. "As Profissões" Mural. UFRGS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mural ‘As Profissões’ (1958) de Aldo Locatelli	20
Figura 2 - Fluxo da abordagem estatística na pesquisa qualitativa e quantitativa.....	26
Figura 3 - Universo do Patrimônio Cultural e seus Grupos	35
Figura 4 - Quadrilátero do Campus Centro	49
Figura 5 - Vistas interna e externa do Museu da UFRGS	51
Figura 6 - Exemplo de Exposição realizada pelo Museu da UFRGS.....	52
Figura 7 - Espaço do Acervo IA/UFRGS	56
Figura 8 - As Bailarinas de Pedro Weingärtner e A Inveja de E. Latour (detalhe).....	57
Figura 9 - Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli / 1958 – (dimensões: 3,62 de altura X 7,94 de comprimento).....	58
Figura 10 - Arquivo Histórico do IA/UFRGS	59
Figura 11 - detalhes da catedral de Pelotas.....	63
Figura 12 - Igreja de São Pelegrino	63
Figura 13 - Igreja Santa Teresinha do Menino Jesus	64
Figura 14 - Mural A Conquista do Espaço. 50 m ²	64
Figura 15 - murais – Palácio Piratini	65
Figura 16 - Do itálico berço à nova pátria brasileira. 2,75 x 30,8 m.....	65
Figura 17 - detalhe do mural ‘Homenagem aos clássicos’	66
Figura 18 - ‘Alegoria da Revolução Paulista de 1932’	66
Figura 19 - “Alegoria sobre o desbravamento”	67
Figura 20 - “Il Quarto Stato”	67
Figura 21 - “O Desolado”	69
Figura 22 - Mural “As artes”	73
Figura 23 - O Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli (1915-1962), óleo sobre tela, medindo 3,62m X 7,94m.	74
Figura 24 - Composição central do Mural.....	75
Figura 25 - Ala esquerda da composição.....	76
Figura 26 - Ala direita da composição	77
Figura 27 - Nike, a Deusa do Saber.....	78
Figura 28 - planta baixa do 2º pavimento com as nomenclaturas dos espaços.....	79
Figura 29 - Vista da Reitoria em destaque Sala do Conselho (Panteão).	80
Figura 30 - detalhes do Mural.....	81

Figura 31 - detalhes do Mural.....	81
Figura 32 - A retirada do Mural para restauro.....	83
Figura 33 - Etapas do Restauro.....	84
Figura 34 - A recolocação do Mural.....	85
Figura 35 - mural ‘As Profissões’ restaurado e recolocado na Sala do Conselho.....	85
Figura 36 - Relação Throsby x Frey entre as dimensões intangíveis do patrimônio cultural ..	91
Figura 37 - Mapa esquemático dos Campi da UFRGS	103
Figura 38 - Dados sobre o gênero.....	104
Figura 39 - Distribuição da faixa etária	105
Figura 40 - Etnia.....	106
Figura 41 - Grau de escolaridade.....	107
Figura 42 - Situação ocupacional	108
Figura 43 - Renda familiar	109
Figura 44 - Dispersão da amostra.....	110
Figura 45 - Sobre a importância dos bens artísticos.....	111
Figura 46 - Conhecimento sobre a obra de Locatelli	112
Figura 47 - Sobre a Disposição a Pagar - DAP	113
Figura 48 - DAP para o fundo Mural	116
Figura 49 - Regressão do Modelo MQO	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - 01 Etapas da abordagem qualitativa e quantitativa para o Método de Valoração Contingente.....	27
Quadro 2 - Inventário dos Bens Imóveis tombados como Patrimônio Cultural da UFRGS	48
Quadro 3 - Museus da rede REMAM.....	54
Quadro 4 - Valores que expressam as dimensões intangíveis do patrimônio cultural	89
Quadro 5 - Etapas para a aplicação do MVC	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População da comunidade universitária - UFRGS.....	102
Tabela 2 - Gênero e disposição a pagar pela visita guiada ao Mural	113
Tabela 3 - Situação Ocupacional x disposição a pagar	114
Tabela 4 - Grau de Escolaridade X disposição a pagar	114
Tabela 5 - Faixas de Renda X disposição a pagar	115
Tabela 6 - Faixa etária X disposição a pagar.....	115
Tabela 7 - Gênero X disposição a pagar (FUNDO MURAL).....	117
Tabela 8 - Situação Ocupacional x disposição a pagar (FUNDO MURAL).....	117
Tabela 9 - Escolaridade X disposição a pagar (FUNDO MURAL).....	118
Tabela 10 - Faixas de Renda X disposição a pagar (FUNDO MURAL)	118
Tabela 11 - Faixa etária X disposição a pagar (FUNDO MURAL).....	118

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	17
1.2 OBJETIVOS	21
1.2.1 Objetivo Geral	21
1.2.2 Objetivos Específicos	21
1.3 JUSTIFICATIVA	22
1.4 METODOLOGIA.....	25
1.4.1 Abordagens da pesquisa.....	25
1.4.2 Sobre o Método de Valoração Contingente – MVC	27
2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA DIMENSÃO NA UFRGS.....	31
2.1 SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO.....	31
2.2 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL	35
2.3 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL	37
2.4 A TUTELA DOS BENS PATRIMONIAIS NA UFRGS	44
2.4.1 Sobre as ações e políticas de proteção do patrimônio cultural na UFRGS.....	45
2.4.2 Sobre os Bens Imóveis, o Patrimônio Edificado.	47
2.4.3 Sobre as Ações Museológicas, o Patrimônio Documental.....	50
2.4.4 Sobre os Bens Artísticos, o Patrimônio Artístico Cultural.	54
3 ALDO LOCATELLI NA UFRGS: O ARTISTA E O MURAL ‘As Profissões’.....	61
3.1 LOCATELLI, ORIGEM, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE LOCATELLI NO BRASIL	61
3.2 A PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE LOCATELLI NO BRASIL	62
3.3 LOCATELLI, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS (1951-1962) ...	68
3.3.1 Locatelli e a produção Mural	69
3.3.2 Locatelli e a arte mural na UFRGS	72
3.3.3 Um Lugar de Memória.....	80
3.3.4 O Restauro de ‘As Profissões’	82
4 O VALOR ECONÔMICO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL	87
4.1 A CONCEPÇÃO DE VALOR ECONÔMICO.....	87
4.2 A CONCEPÇÃO DE VALOR PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL.....	88
4.3 MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONOMICA	92
4.3.1 Método dos Preços Hedônicos - MPH	93

4.3.2 Método do Custo de Viagem - MCV	94
4.3.3 Método da Valoração Contingente - MVC	95
4.3.4 Etapas da Aplicação do Método de Valoração Contingente:	97
4.3.5 A Aplicação do Método à pesquisa	98
5 O VALOR ECONÔMICO DO MURAL ‘As Profissões’	102
5.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFRGS	102
5.2 SOBRE OS DADOS COLETADOS.....	104
5.2.1 Valoração econômica para o mural: dados e análises da pesquisa.....	113
5.2.2 Valoração econômica para a criação de um fundo mural	115
5.3 ANÁLISE ECONOMETRICA	119
5.3.1 A análise da regressão	120
5.4 SOBRE AS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO	121
5.4.1 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Patrimônio	122
5.4.2 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Memória	123
5.4.3 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Arte	124
5.4.4 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Economia da Cultura.....	125
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS	132
ANEXO A - FICHA DE TOMBAMENTO DO MURAL ‘As Profissões’.....	137
ANEXO B - RELATÓRIO DE TOMBAMENTO QUADROS E OBRAS DE ARTE DA UFRGS (em mídia anexa).....	138
ANEXO C - PROGRAMA RADIOFÔNICO MOMENTO DO PATRIMÔNIO DA UFRGS SOBRE O VALOR ECONÔMICO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DA UFRGS 1 (em mídia anexa).....	139
ANEXO D - PROGRAMA RADIOFÔNICO MOMENTO DO PATRIMÔNIO DA UFRGS SOBRE O VALOR ECONÔMICO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DA UFRGS 2 (em mídia anexa).....	140
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À PESQUISA.....	141
APÊNDICE B – PLANILHA DE DADOS DO QUESTIONÁRIO	146
APÊNDICE C - O PRODUTO DA DISSERTAÇÃO	147

1 INTRODUÇÃO

As atividades do que hoje se conhece como Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) começa em 1895, com a fundação da Escola de Farmácia e Química, posteriormente foi criada, a Escola de Engenharia (1896), considerada, também o início da educação superior no Rio Grande do Sul (RS). Ainda no século XIX, surgem a Faculdade de Medicina de Porto Alegre (1898) e a Faculdade de Direito (1900), era o início dos cursos humanísticos no Estado.

Em 1934 foi criada a Universidade de Porto Alegre (UPA), composta pela Escola de Engenharia, pelos Institutos de Astronomia, Eletrotécnica e Química Industrial; pela Faculdade de Medicina, com as Escolas de Odontologia e Farmácia; pela Faculdade de Direito, com sua Escola de Comércio; pela Faculdade de Agronomia e Veterinária; pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e pelo Instituto de Belas Artes.

Somente a partir de 1947 é que passa a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), incorporando as Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria.

Em 1950 a Universidade foi federalizada passando à esfera administrativa da União. Desde então, a UFRGS ocupa posição de destaque no cenário nacional como o terceiro maior orçamento do Estado do RS, como a primeira em publicações e a segunda em produção científica, entre as federais, considerando o número de professores. Com a federalização, a UFRGS começa a fazer parte do orçamento do estado brasileiro. Essa é a década em que ocorre um grande impulso de infraestrutura, incluindo a conclusão da nova sede administrativa da UFRGS: o prédio da Reitoria da Universidade (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL -UFRGS, 2016).

O prédio da Reitoria da UFRGS, para fins de tombamento do patrimônio histórico, é considerado um prédio da 2ª geração, que compreende dez edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, e que estão localizados nos Campi Centro, Saúde e Olímpico.

O Campus Centro é formado pelo quadrilátero entre as avenidas Osvaldo Aranha, André da Rocha, João Pessoa, Luiz Englert e Paulo Gama, juntamente com o prédio da Faculdade de Agronomia, constituem o Patrimônio Cultural do Estado do RS, (BRASIL, 2000, p. 01):

Art. 2º - São declarados integrantes do patrimônio cultural do Estado, nos termos e para os fins dos artigos 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, os seguintes prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizados na cidade de Porto Alegre:

XIII – o prédio conhecido como “prédio da Reitoria”, sito a Avenida Paulo Gama, nº110.

É neste conjunto e contexto arquitetônico que está localizada a Sala do Conselho da Universidade (CONSUN), órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, tendo sua composição, competências e funcionamento definidos no Estatuto e no Regimento Geral da UFRGS.

Com a conclusão das obras da Reitoria, em 1957, o espaço no 2º andar do prédio da Reitoria, originalmente projetado para ser o Panteão da Universidade, é convertido em na Sala do Conselho Universitário (CONSUN) em 1958 (DALAROSA, 2007).

O objeto a ser estudado, o mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli, encontra-se na Sala do CONSUN, espaço oficial, protocolar e representativo da comunidade universitária da UFRGS. Em geral um espaço conceituado como público, mas que na prática é restrito aos ‘teres e haveres’ da Universidade.

O mural ‘As Profissões’ faz parte do patrimônio artístico cultural da UFRGS, que, a exemplo de obras similares das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi e é constituído tanto pela doação de artistas ou familiares como pela produção de seus discentes e docentes. É uma obra emblemática para a Universidade, pois ali está a iconografia do ideário institucional com a memória representada pelos seus líderes, assim como as alegorias do conhecimento acadêmico científico, mister primordial da UFRGS.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Ao estudar o patrimônio, seus valores materiais e intangíveis, tem-se como ponto de partida a identificação e a compreensão do que seja patrimônio. Trata-se da busca de seus valores de memória, de existência, de prestígio, de cultura e de legado (FREY, 2000). A busca destes valores levanta dúvidas, causa desconforto e exige uma explicação.

A escolha de pesquisar os bens artísticos culturais como patrimônio da UFRGS, deve permear os valores socioculturais do pesquisador e os incentivos sociais que movem a realização da pesquisa. E, para que isso aconteça, necessita-se historiar e conceituar o

patrimônio, não só no âmbito da Universidade, mas também é preciso dar uma visão histórica, filosófica, administrativa e antropológica do que ele representa no cenário mundial.

Oficialmente, no Brasil, o conceito de patrimônio cultural foi expresso pela primeira vez pela lei que orienta a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional (BRASIL, 1937, p. 01):

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Esta definição, apesar de ir ao encontro do conteúdo desta pesquisa, deve ser enriquecida e, assim, ampliar o entendimento sobre o que é patrimônio e suas características. Para a Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2016): “o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas”. Em outra passagem, a (UNESCO, 2016) enriquece o conceito de patrimônio ao ampliar o seu espectro:

O Patrimônio Cultural Imaterial ou Intangível compreende as expressões de vida e tradições que comunidades, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

Ao evoluir o conceito de patrimônio material e imaterial, Candau (2009, p. 159) usa a acepção romana do termo *patrimonium* (legitimidade familiar que mantém a herança), mas deriva o conceito, afirmando que “[...]o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesma” e com isso vinculando à:

[...] concepção moderna (adesão efetiva a certos traços do passado e reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal, o cultural e o natural), sua “extensão quase metafórica” abre a ele o caminho de uma expansão conquistadora (pode ser patrimônio nacional, etnológico, natural, imaterial, histórico, arqueológico, artístico e mesmo genético) (CANDAU 2009, p. 163).

Na mesma linha, Guillaume (2003) sustenta que o patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória que perpetua sistematicamente os vestígios, as relíquias, os testemunhos e impressões, arcabouço este que alimenta as ficções da história e de seu passado, alimentando a ilusão de continuidade. E Poulot (2009 *apud* CANDAU, 2009, p. 159) completa a transcendência da importância do conceito imaterial do patrimônio, afirmando que esta é a história da “[...] construção do sentido de identidade”:

[...] particularmente, dos "imaginários de autenticidade" que inspiram as políticas patrimoniais. Para esses imaginários, o relicário da memória se transforma em um relicário de identidade que se busca no passado [...].

A riqueza de conceitos e entendimentos sobre o patrimônio cultural se alia aos conceitos utilizados pela Economia da Cultura, principalmente em Throsby (2001) para quem a definição de patrimônio é um tanto elástica, compreendendo leis, regulamentos, tratados e convenções que definem formalmente o patrimônio. Como parte integrante do capital cultural, o patrimônio representa uma forma de reunir a necessidade tanto dos *experts* em cultura para dar valor ao patrimônio como dos economistas ao estabelecer um método racional para valorá-lo (THROSBY, 2001).

Na caracterização do patrimônio como cultural, Prats (1998) chama a atenção da polissemia de significados para a expressão Patrimônio Cultural que independe de seu valor de uso. Deste ponto de vista, o patrimônio possui um valor étnico e simbólico, pois constitui a expressão da identidade de um povo e suas formas de vida:

[...] patrimonio cultural, entendido como todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independientemente de su interés utilitario (PRATS, 1998, p. 63).

As IFES têm acervos patrimoniais de diversos matizes sejam estes históricos, científicos, artísticos, tecnológicos ou biológicos, e cada uma tem autonomia de gestão para administrá-los a sua maneira. Da mesma forma, a UFRGS, administrativa e contabilmente, o Departamento de Patrimônio (DEPATRI) da Pró-Reitoria de Planejamento e Administração (PROPLAN) atua na administração, tombamento e patrimonialização de todos os bens móveis e imóveis, além dos bens semoventes da Universidade. O DEPATRI é responsável não só pelo registro dos bens, mas também pela atualização de seus valores.

No âmbito cultural, o patrimônio na UFRGS está sob os cuidados do Setor de Patrimônio Histórico (SPH), vinculado à Superintendência de Infraestrutura (SUINFRA), responsável pela restauração dos prédios de 1ª e 2ª geração tombados da UFRGS. O trabalho de restauração do patrimônio cultural edificado da Universidade respeita as temporalidades pelas quais passam os edifícios históricos da Instituição, conjugando as linguagens arquitetônicas às necessidades da vida contemporânea (UFRGS, 2016).

Também para os bens edificados, a Universidade apresenta o registro de patrimônio material de valor administrativo, jurídico e organizacional. Os valores patrimoniais culturais

preconizados pela UFRGS, para a manutenção do restauro de seus prédios históricos, estão fora da curva de possíveis avaliações pelos mercados existentes constituídos e tradicionais. À margem dos bens patrimoniais exemplificados, existe uma lacuna onde estão os bens artísticos culturais da Universidade, sem cobertura pela conceituação e metodologias patrimoniais.

A Instituição tem um acervo de bens artísticos culturais com tombamento patrimonial administrativo de mais de 1.150 bens em obras de arte, mas desconhece seu potencial valor cultural e econômico, pois apesar do acervo destas obras, a UFRGS administrativamente, não domina o conhecimento para aferir o valor econômico das obras. Estima-se que 90% dos bens artísticos estão listados e patrimoniados com valor de sistema para tombamento administrativo em R\$ 0,01 (um centavo) – ver lista dos bens artísticos tombados apresentados no Anexo B.

Os bens artísticos culturais da Universidade, representados neste estudo pelo Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli, demonstrado na Figura 1, concebido em 1958 em comemoração ao cinquentenário da Escola de Belas Artes da UFRGS (BOHGAHREN, 2013), além do seu valor de natureza material, incorpora os valores imateriais institucionais de autoria, memória e identidade com a possibilidade de mensuração de seu valor econômico, utilizando-se métodos que levem em consideração os valores de uso e de não uso.

Figura 1 - Mural ‘As Profissões’ (1958) de Aldo Locatelli



Fonte: fotografia do pesquisador (2017)

Das inferências possíveis pelo cenário acima exposto, formula-se o problema de pesquisa desta dissertação: **qual o valor econômico do Mural ‘As Profissões’ de Aldo**

Locatelli, patrimônio cultural da UFRGS, sob a ótica dos métodos de valoração econômica?

Como perguntas secundárias têm-se:

- a) quais as formas que a Universidade apresenta de patrimonialização de seus bens artísticos e culturais?
- b) qual a importância da obra de Aldo Locatelli para a Universidade e para o país?
- c) qual a metodologia de valoração econômica está sendo ou poderia ser utilizada para os mesmos bens?
- d) o método da valoração contingente pode ser utilizado para as obras de artes similares das demais IFES?

A partir desses questionamentos se desenvolvem as seções do trabalho, as quais pretendem enriquecer a compreensão tanto do objetivo da pesquisa, dar valor econômico ao Mural, como conhecer o objeto o mural ‘As Profissões’ e seu criador.

1.2 OBJETIVOS

Desenvolver estudo de valoração econômica do patrimônio artístico público à luz do referencial teórico sobre patrimônio e memória, com a coleta de dados aplicando um questionário à comunidade universitária.

1.2.1 Objetivo Geral

Devido à importância artística, institucional e patrimonial do Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli, o objetivo deste estudo será valorar a referida obra, aplicando o Método de Valoração Contingente (MVC).

1.2.2 Objetivos Específicos

Demonstrar como a UFRGS organiza seu patrimônio cultural e quais são suas políticas de patrimonialização assim como desenvolver um método e suas etapas para que a UFRGS e demais órgãos públicos possam valorar economicamente seu patrimônio artístico cultural.

- a) Descrever a forma de como a UFRGS organiza seu patrimônio cultural e quais são suas políticas de patrimonialização;
- b) Apresentar a produção artística da obra de Locatelli na UFRGS à época da concepção do Mural ‘As Profissões’ e o contexto da obra na Instituição;
- c) Descrever e comparar os diferentes métodos de valoração econômica passíveis de serem aplicados aos bens artísticos culturais;
- d) Aplicar o método da valoração econômica escolhido ao Mural ‘As Profissões’;
- e) Propor, como produto final, um modelo de valoração econômica às obras similares às IFES.

O alcance das metas acima proporcionará condições à Universidade e às demais instituições públicas de operar com um protocolo bem definido para dimensionar seu patrimônio cultural.

1.3 JUSTIFICATIVA

A importância de se estudar o patrimônio e seus matizes culturais está vinculada a um processo de transmissão de significados, valores, conhecimentos e crenças; em resumo, a um modo de viver. A existência desse conjunto de saberes e inteligências é condição *sine qua non* para a preservação e manutenção da identidade cultural. É o que a torna única.

Na UFRGS, dentre sua produção e aquisição, encontra-se patrimônios materiais e imateriais expressos pelos seus bens móveis e imóveis, do espectro da preservação e restauração de suas edificações tombadas até o seu patrimônio genético biológico (UFRGS, 2016). Este arcabouço conceitual exige que se investigue o conceito de patrimônio que a UFRGS tem adotado bem como, se este atende as demandas ou necessidades no que diz respeito a sua valoração.

No que concerne aos bens artísticos culturais, a UFRGS revela uma ausência de políticas de proteção e valorização a este tipo de patrimônio. A tutela dos bens culturais da Universidade ocorre de forma descentralizada e segmentada. As ações de manutenção e preservação são esporádicas, curativas e não preventivas. A exemplo da formação dos acervos culturais similares de outras IFES, o acervo da UFRGS vem sendo formado tanto pela doação de artistas ou familiares desses como pela produção de seus discentes e docentes.

O mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli, representa esta parcela do patrimônio de bens artísticos e culturais da UFRGS, ícone vinculado à identidade da Universidade. Assim,

estudar a preservação do patrimônio com a utilização de bens artísticos e culturais, aqui representado pelo ‘Mural’, e dimensioná-lo economicamente pelo seu valor de uso e não uso, é pertinente pelos motivos que seguem:

- a) pela magnitude de Aldo Locatelli para as artes ao desenvolver uma obra de especial importância para a cultura do RS, com seus murais de temática sociocultural. O pintor relacionou tradição e modernidade, de afinidade com o ideário do realismo socialista. Estudou a importância da pintura mural para a humanidade desde a pré-história e as relações de conceitos e técnicas de pintura (BOHGAHREN, 2013);
- b) pela importância de Locatelli na UFRGS como docente, artista e pesquisador. A criação do mural ‘As Profissões’ reúne atributos de testemunho histórico de uma determinada época grupo social e acontecimentos sociopolíticos, com uma proposta de monumento histórico que lhe confere a classificação de patrimônio cultural;
- c) a importância deste trabalho também se encontra na esteira de possibilidades de realçar o valor cultural, de memória e institucional e do acervo de bens artísticos culturais;
- d) na relevância estratégica do estudo, pois permitirá potencialmente à UFRGS ampliar seu valor patrimonial, item importante nos critérios de classificação e ranqueamento das IFES por meio da análise de desempenho econômico e financeiro, tendo como característica a quantidade dos capitais de terceiros que são garantidos pela existência de um capital próprio. Assim, este estudo vai ao encontro das necessidades da UFRGS, no sentido de poder dimensionar o valor cultural de seus bens artísticos, realizando uma busca dos valores patrimoniais à Instituição assim como o valor econômico do bem;
- e) pela originalidade, uma vez que poucos trabalhos, utilizando o método valoração econômica, foram realizados com bens patrimoniais e de valor artístico-cultural especificamente obras de arte. Assim, o estudo se justifica pela sua originalidade, científica e acadêmica;
- f) conforme o Instituto de Artes da UFRGS, as obras do acervo possuem cotação no mercado de arte, tendo, portanto valor pecuniário. Entretanto, os bens artísticos da Universidade são bens públicos de natureza cultural, os quais por definição não possuem mercado que os transacione (VALIATI, 2010), razão pela qual se torna imperativo o estudo de seu valor econômico;

- g) os estudos do valor econômico de bens artístico/culturais com métodos da valoração econômica utilizados em bens artísticos e culturais ainda são incipientes, porém muito promissores. Os métodos de valoração econômica foram elaborados como ferramentas para aplicação na ausência de mercados regulares, lançando mão dos chamados “mercados de recorrência” para estimar valores em termos monetários para manter os fluxos de bens e de serviços;
- h) o estudo ora proposto se reveste de importância, pois utiliza valores e conceitos transdisciplinares, buscando aplicar os conceitos das ciências humanas, questões patrimoniais e memoriais, aos da teoria econômica como ciência aplicada;
- i) pela relevância social que reside no desenvolvimento de estudos sobre o valor e a importância de bens públicos de natureza cultural, indo ao encontro das necessidades da comunidade universitária e sociedade em geral. O dimensionamento econômico e institucional do patrimônio artístico e cultural da UFRGS e da sociedade rio-grandense coloca o referido mural e o trabalho em evidência;
- j) o estudo também visa disponibilizar, à comunidade acadêmica e à sociedade em geral, um produto com instrumento original de avaliação econômica e ainda pouco ou nada conhecido no Estado e no Brasil para mensurar bens artísticos e culturais tais como obras de arte, possibilitando contribuir para a área da Economia da Cultura;
- k) o trabalho tem relevância pessoal dado à formação acadêmica do pesquisador, em Ciências Econômicas com Especialização em Economia da Cultura efetuando pesquisas na área. Some-se a isso a atuação do pesquisador como servidor da Universidade com atuação de gestão e direção de convênios de pesquisa ensino e extensão; e
- l) finalmente, o estudo vincula matéria econômica, das ciências sociais aplicadas, às ciências humanas (estudo da memória e da cultura), demonstrando sua relevância para o Programa de Pós-Graduação de Memória Social e Bens Culturais, Linha de Pesquisa Memória e Gestão Cultural, da Universidade La Salle, Canoas, RS.

Em suma, as razões para desenvolver o estudo são abrangentes social, econômica e culturalmente e vêm preencher uma lacuna no trato do patrimônio cultural, mais especificamente dos bens artísticos, recorte desta pesquisa.

1.4 METODOLOGIA

De forma abrangente e concomitante, a metodologia traz a discussão epistemológica que o tema sobre valoração econômica de patrimônio cultural a ser investigado requer, com a utilização justificada dos métodos e técnicas pertinentes às indagações desta investigação. Também relevante, pode e deve destacar a marca pessoal do pesquisador na maneira como resolve as questões teóricas, metodológicas e experimentais, sejam essas específicas ou não, para a compreensão da pesquisa (MINAYO, 2010).

A metodologia discute o desenho desta pesquisa, sobretudo quando trata do tipo de pesquisa realizada, os critérios para seleção de sujeitos pesquisados, os procedimentos adotados na coleta e no tratamento de dados e as limitações dos métodos empregados, o campo de pesquisa (recorte no espaço e/ou no tempo), o trabalho de campo (questionários/entrevistas), as abordagens de pesquisa quantitativa e qualitativa sobre o objeto do estudo e o método, as fontes primárias e secundárias (fonte principal), a análise, os procedimentos técnicos e o processamento de dados.

1.4.1 Abordagens da pesquisa

O Campo de Pesquisa são os bens artísticos culturais da UFRGS, representados neste estudo pelo mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli. O recorte no tempo tem ênfase na produção artística desenvolvida por Locatelli na Universidade e comunidade e seus reflexos na instituição e na comunidade.

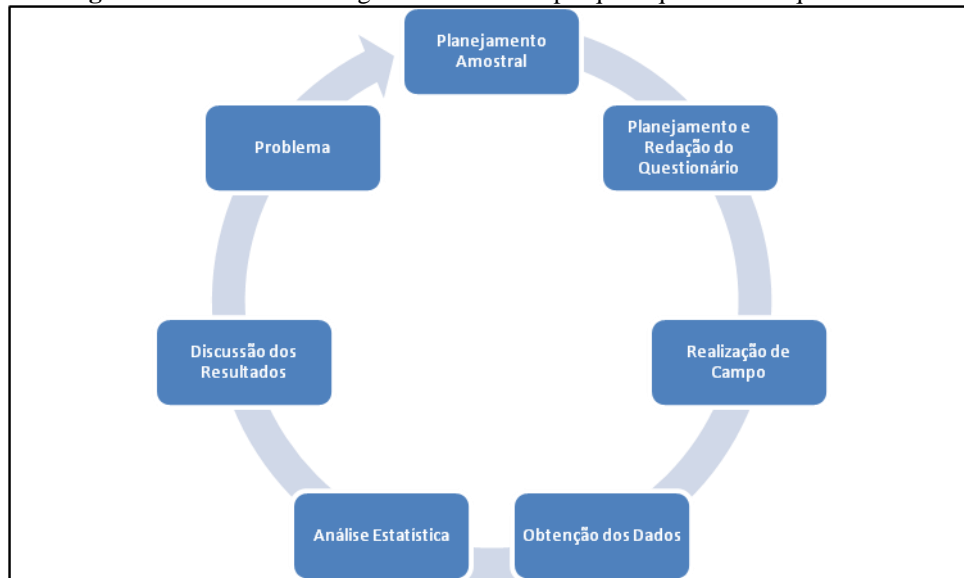
O trabalho de campo será desenvolvido com a realização de questionários (Apêndice A) para embasar a utilização do MVC como “[...] instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito” (LAKATOS & MARCONI, 1999, p. 100).

As abordagens de pesquisa qualitativa e quantitativa sobre o objeto do estudo e o método:

- a) na pesquisa qualitativa - as fontes primárias serão obtidas com a utilização de questionários com perguntas semiestruturadas (organizada por objetivos, questões e itens ou tópicos) tendo como público alvo a comunidade acadêmica e suas unidades familiares. Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado;

b) na pesquisa quantitativa - será realizada na forma de estatística descritiva e de um modelo de regressão com base em indicadores obtidos em questionário. O estudo pertinente à valoração do Mural nesta pesquisa, não só permite este *approach*, como o recomenda. O fluxo de abordagem estatística está demonstrado na Figura 2.

Figura 2 - Fluxo da abordagem estatística na pesquisa qualitativa e quantitativa



Fonte: (SANTOS & MANZATO, 2012)

O fluxo de abordagem da Figura 2 está detalhado nas etapas do Quadro 1:

Quadro 1 - 01 Etapas da abordagem qualitativa e quantitativa para o MVC

Etapas	Descrição
1	Definição do problema de avaliação. Determinar qual o bem que está sendo avaliado, e quem é a população relevante (número total de pessoas com <i>Disposição A Pagar -DAP</i> . O bem a ser valorado é artístico-cultural – sendo bem patrimonial da UFRGS, portanto a população relevante pode ser a comunidade universitária e/ou a população de Porto Alegre. A definir.
2	Como será conduzida a pesquisa com relação a aplicação do questionário? Por e-mail, telefone ou pessoalmente, qual o tamanho da amostra necessária, perfil do público alvo e outras questões relacionadas a pesquisa. As respostas dependerão, entre outras coisas, da importância da questão de avaliação, a complexidade das perguntas e a capacidade de entendimento dos respondentes. A aplicação do questionário pessoalmente é o meio mais eficaz. Em alguns casos, podem ser apresentados recursos visuais, como vídeos ou fotografias para ajudar os participantes entender as condições do bem que estão valorando.
3	A próxima etapa é o processo de design de pesquisa e a calibragem do questionário de acordo com as especificidades do objeto/bem ao qual se quer valorar. Com a calibragem o pesquisador tem uma ideia de como fornecer informações básicas, descrever o cenário hipotético, e fazer a pergunta sobre a valoração de modo a fazer sentido e revelar os valores para o bem proposto.
4	A etapa seguinte é a aplicação da pesquisa completa. A primeira tarefa é selecionar a amostra da pesquisa, esta deve ser uma amostra aleatória da população relevante, usando métodos de amostragem estatística.
5	Finalmente, a última etapa é compilar, analisar e relatar os resultados. Os dados devem ser digitados e analisados utilizando técnicas estatísticas adequadas para cada tipo de questão. Na análise dos dados, os pesquisadores também tentam identificar quaisquer respostas que não expressem o valor do entrevistado para o bem artístico em questão.

Fonte: (EMA, 2016)

Tanto o fluxo como as etapas da abordagem estão intrinsecamente vinculados ao produto final do trabalho.

1.4.2 Sobre o Método de Valoração Contingente (MVC)

O MVC é um método que estima o valor de bens públicos, com valores de uso e não uso, para os quais não existe mercado que os transacione, sendo sua utilização bastante consolidada na valoração econômica de bens ambientais e de ecossistemas.

O MVC lança mão da aplicação de questionários para elucidar o quanto os respondentes estão dispostos a pagar para receber determinado bem (DAP – disposição a pagar), ou o quanto eles estão dispostos a receber como compensação pelo não recebimento do bem em questão (DAA – disposição a aceitar) [...] consiste na criação de mercados hipotéticos através de pesquisa de campo para estimar valores de DAP ou DAA. A pesquisa de campo é realizada através de questionários, os quais buscam espelhar o mundo real, de forma que as respostas indiquem o verdadeiro valor que o indivíduo estaria disposto a pagar (ou receber) pelo bem em questão caso existisse um mercado real para o mesmo [...] (FLORISSI et al., 2008. p. 3).

O MVC lida com dados obtidos com a utilização de questionários onde os respondentes expressam seu posicionamento em situações hipotéticas, ao contrário das ações realizadas no mercado regular. Ainda assim, o Método encontra a dificuldade natural de

valorar bens sem mercado que os transacione. Os agentes econômicos, as pessoas, fazem suas escolhas todos os dias no mercado tradicional, avaliando e escolhendo os produtos com parâmetros estabelecidos. Entretanto, as pessoas não encontram um norte para valorar produtos sem preço de mercado. A falta de habilidade e de entendimento das pessoas em precificar bens com relação aos que possuem valores intangíveis além dos valores de uso pode resultar na obtenção de resultados não satisfatórios perante um questionário de valoração contingente (FLORISSI et al., 2008).

A aplicação do questionário semiestruturado, (APÊNDICE A) teve como público alvo a comunidade universitária e suas famílias como universo da UFRGS, e ele foi elaborado em ferramenta do Google Docs¹.

Sobre as questões não mensuráveis, Frey (2000) propõe dimensionar as questões públicas da arte e dos bens culturais por meio de valores que expressem as dimensões intangíveis ou de não uso para a aplicação do MVC, como:

- valor de existência: refere-se aos benefícios advindos da mera existência da cultura, ainda que alguns indivíduos não participem de quaisquer atividades culturais;
- valor de prestígio: surge na medida em que algumas instituições contribuem para o surgimento de um sentimento de identidade nacional ou regional;
- valor de opção: refere-se aos benefícios que decorrem da possibilidade de participar de acontecimentos culturais, ainda que de nenhum se participe;
- valor de educação: está ligado à contribuição da cultura para o desenvolvimento do pensamento criador de uma sociedade;
- valor de herança: refere-se aos benefícios auferidos da possibilidade de deixar um legado cultural às gerações futuras. (FREY 2000 *apud* FLORISSI et al., 2008, p. 4).

Os valores de existência, prestígio, opção, educação e herança elencados por Frey (2000) estão vinculados ao estudo das referências teóricas publicadas em documentos e desenvolvida pela pesquisa qualitativa em fontes secundárias com relação à memória, ao patrimônio e aos bens artísticos culturais. Esses caracterizam os valores intangíveis e de não uso com relação ao bem artístico o mural ‘As Profissões’ e evidenciam e também legitimam a necessidade de utilização do MVC para valorar o Mural.

Existem diferentes técnicas para aplicar o MVC. Esta pesquisa utilizará os métodos *Open-ended* e *Referendo* na parte empírica.

É o método que gera um determinado valor ‘V’ quando o respondedor do questionário informa o quanto ele está disposto a pagar pelo bem.

¹ Google Docs. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1aVX_RGNRDYfmcDGk4jgTMjIagSKT5s0ZWrsVwpxjESE/edit>. Acesso em: 20 jun. 2017.

De acordo com Motta (1998), através da sua média é possível calcular a DAP ou DAA. A análise de regressão é utilizada para verificar quais variáveis influenciam as respostas dos indivíduos, de forma que a DAP pode ser expressa como função da renda, da educação e de outras variáveis explicativas, podendo incluir um parâmetro artístico caso o bem em análise seja um recurso natural (FLORISSI et al., 2008, p. 7).

Segundo Motta (1998), se deve escolher o modelo que melhor se ajuste aos dados. Logo a variação na DAP se altera conforme a variável explicativa. A média da Disposição a Pagar (DAP) obtida da amostra multiplicada pela população total resultará na estimativa do valor econômico total do bem pesquisado (FLORISSI et al., 2008).

A aplicação isolada do método *open-ended* pode resultar em respostas de valores muito altos para produzir confiança, havendo distorção nos resultados. Green et al. (1998 apud FLORISSI et al., 2008) cita o exemplo de uma disponibilidade de pagar 20% da renda familiar para prevenir derramamentos de óleo. Este problema pode ser minorado se utilizando a técnica do *Referendum*, evitando usar valores econômicos não satisfatórios.

Esta técnica de MVC consiste na obtenção de dados junto aos usuários detentores das informações, incentivando-os a contribuir para a construção de um entendimento ou valoração de bem ou produto, ou seja: um protocolo de eliciação da DAP (Green et al., 1998). A criação de cenários hipotéticos, dentro de um conjunto de valores pré-determinados, permite que os entrevistados respondam sobre qual valor estariam dispostos a pagar com relação a determinado bem ou produto. Estes valores pré-determinados permitem que seja traçado um perfil da função de distribuição acumulada da disponibilidade de pagamento.

É o método que gera um determinado valor V quando o entrevistado informa o quanto ele está disposto a pagar pelo bem ou serviço, utilizando valores pré-determinados 'V' disponibilizados no questionário. Esse tipo de questionário apresenta respostas binárias as quais normalmente se associa o número 1 para respostas do tipo 'sim' para DAP e o número 0 para respostas do tipo 'não'.

A interpretação dos resultados, de acordo com Faria e Nogueira (1998), parte do princípio que 1 ou sim indica que a DAP máxima do indivíduo é maior ou igual ao valor apresentado na entrevista, e que 0 ou não mostra que o valor da DAP máximo é inferior ao valor que consta no questionário (FLORISSI et al., 2008, p. 7).

Entre as duas técnicas o formato de *Referendo* é estatisticamente menos eficiente do que o formato de *Open-ended*, tendo a desvantagem de utilizar amostras maiores para atingir

o mesmo nível de aferição. Entretanto, o *Referendo*, evita respostas nulas ou em branco recorrentes no método *Open-ended*, além disso, é um mecanismo aceitável de escolha social. Mas o *Referendo* requerer análise contínua de refinamentos por apresentar falhas.

A forma *Open-ended* seria com a formação de um índice de propensões não observadas de que o evento de interesse ocorra. Na forma *Referendo*, a variável latente é a diferença de utilidade que existe caso o evento de interesse ocorra, partindo da premissa que o resultado do processo de escolha binário é uma escolha individual. Este estudo escolheu um modelo híbrido de *Referendo com acompanhamento aberto* que atendem as necessidades do modelo para o MVC para este trabalho e será explicado no capítulo IV deste trabalho.

Sobre o MVC, serão descritos os desafios da utilização do MVC (FLORISSI et al., 2008) e a relação com as políticas culturais, olhando a Cultura como definição variável e difícil de quantificar (PAPANDREA, 2002) assim como os prós e contras deste (CARSON, 2001). Por se tratar de bens culturais e artísticos de natureza pública, ver-se-ão as ações públicas por meio da economia da cultura sobre os bens artísticos e patrimoniais (TOWSE, 2011).

Ao investigar o valor econômico do bem estudado pela metodologia indicada, necessita-se conceituar e dar base teórica ao mural 'As Profissões' como patrimônio cultural, ao mesmo tempo em que se discorre sobre e se ambienta as questões patrimoniais na UFRGS. O próximo capítulo versa sobre o patrimônio cultural e seu alcance na Universidade.

2 O PATRIMÔNIO CULTURAL E SUA DIMENSÃO NA UFRGS

Ao estudar um bem artístico como patrimônio cultural, é necessário, primeiramente, estabelecer o que é patrimônio. Pode se dizer que patrimônio é um legado recebido do passado, vivido no presente e transmitido às gerações futuras (UNESCO, 2016). O patrimônio, sendo cultural ou natural, é o ponto de referência e a identidade social, pois é composto de expressões materiais e imateriais. Este conceito se torna abrangente quando se pensa que patrimônio é um conjunto de bens que conta a história de um povo, uma região, um grupo social, uma instituição. Pode ser um conjunto de bens que representa a história de uma ou mais gerações a partir da arquitetura, vestes, acessórios, mobílias, utensílios, armas, ferramentas, meios de transportes, obras de arte, documentos.

Este capítulo, além de fornecer um pequeno histórico sobre o a evolução de conceitos e políticas sobre o patrimônio cultural e memória no mundo e no país, procurará oportunizar uma reflexão sobre o patrimônio cultural na UFRGS e como estão estruturadas na Universidade suas ações.

2.1 SOBRE O CONCEITO DE PATRIMÔNIO

Quando do estudo do patrimônio cultural deve-se, antes de tudo, caracterizar seu conceito. Segundo Poulot (2009) a palavra patrimônio, do latim *patrimonium*, refere-se à noção de paternidade e pátria, associada à ideia de herança, legado e posse.

Este bem patrimonial ou um conjunto de bens pode pertencer a uma ou mais pessoas. À concepção romana de *patrimonium* está ligada ao ponto de vista dos interesses aristocráticos: a família estava sob o domínio do senhor. Tudo era patrimônio, inclusive as próprias pessoas:

Entre os romanos, a maioria da população não era proprietária, não possuía escravos; logo, não era possuidora de *patrimonium*. O patrimônio era um valor aristocrático e privado, referente à transmissão de bens no seio da elite patriarcal romana. Não havia o conceito de patrimônio público (FUNARI, 2006).

Utilizando a acepção romana do termo *patrimonium* (legitimidade familiar que mantém a herança), Candau deriva o conceito afirmando que “o patrimônio é menos um conteúdo que uma prática de memória, obedecendo a um projeto de afirmação de si mesmo” (CANDAU 2009, p. 163).

[...] concepção moderna (adesão efetiva a certos traços do passado e reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal, o cultural e o natural), sua “extensão quase metafórica” abre a ele o caminho de uma expansão conquistadora (pode ser patrimônio nacional, etnológico, natural, imaterial, histórico, arqueológico, artístico e mesmo genético [...]) (IPHAN, 2016).

Guillaume (2003) amplia o conceito e sustenta que o patrimônio funciona como um aparelho ideológico da memória que perpetua sistematicamente os vestígios, as relíquias, os testemunhos e impressões, arcabouço este que alimenta as ficções da história e de seu passado, alimentando a ilusão de continuidade. À medida que as sociedades foram aprimorando suas estruturas de direito sobre o patrimônio e a propriedade, estes passam a fazer parte do ordenamento jurídico das nações.

Dominique Poulot (2009) completa a transcendência da importância do conceito de patrimônio, afirmando que esta é a história da ‘construção do sentido de identidade’ ao fazer uma análise da transformação de conceituação de patrimônio a partir da concepção do Estado-Nação, onde o mesmo, além de preservar as características materiais de propriedade, assume sua condição de ‘patrimônio cultural’ a partir de sua imaterialidade como símbolo representativo de uma sociedade e sua cultura e a construção da razão patrimonial durante um período de transformação política e social no mundo ocidental. Essa transformação simbólica e de certo modo utópica, permeou as relações entre o sagrado e o profano, e o público e o privado desenvolvendo as questões relativas à identidade cultural do patrimônio.

O arcabouço conceitual sobre patrimônio, alinhando interfaces entre o mesmo, a memória e o saber como elementos chaves, permite o desenvolvimento de políticas sobre o que preservar e por que preservar. Na esteira do desenvolvimento dos significados e conceituações patrimonial estão as diretrizes de orientação tanto de preservação como de transmissão dos valores materiais e imateriais inerentes ao patrimônio histórico cultural.

Em Choay (2001) o patrimônio cultural é compreendido como um bem destinado à fruição de uma coletividade, a qual reconhece este mesmo patrimônio como um conjunto de bens entrelaçados por um passado comum em seus significados, contradições e ambiguidades. Entre a origem do bem cultural e do conseqüente tratamento deste como patrimônio existe um percurso e reflexão filosófica e antropológica a serem percorridos.

O nexos causa/efeito da patrimonialização passa por características de percepção específicas e singulares que permitam a transmissão de identidade e pertencimento. Conforme Poulot (2009, p. 199): "O patrimônio ocupa, atualmente, uma posição privilegiada nas configurações da legitimidade cultural, nas reflexões sobre identidade e nas políticas de

vínculo social”. Ou ainda, “Atualmente as reflexões político-administrativas não cessam em afirmar que o patrimônio é um presente do passado” (2009, p. 205).

A experiência do Patrimônio é tributária de uma tradição de práticas e de apropriações; desde o século XIX, ela encarnou-se em um conjunto de dispositivos materiais e rituais, e de circunstâncias em que as noções de limiar e de contato são particularmente importantes (POULOT, 2009, p. 238).

No mesmo diapasão de atemporalidade a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), define o patrimônio cultural de abrangência mundial como imprescindível à existência humana:

O patrimônio é o legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio cultural e natural é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade. O que faz com que o conceito de Patrimônio Mundial seja excepcional é sua aplicação universal. Os sítios do Patrimônio Mundial pertencem a todos os povos do mundo, independentemente do território em que estejam localizados. Os países reconhecem que os sítios localizados em seu território nacional e inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sem prejuízo da soberania ou da propriedade nacionais, constituem um patrimônio universal ‘com cuja proteção à comunidade internacional inteira tem o dever de cooperar’. Todos os países possuem sítios de interesse local ou nacional que constituem verdadeiros motivos de orgulho nacional e a Convenção os estimula a identificar e proteger seu patrimônio, esteja ou não incluído na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2014).

Para a (UNESCO, 2016) “[...] o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas [...]” e está dividido em Patrimônio cultural Mundial composto por monumentos, grupos de edifícios ou sítios que tenham um excepcional e universal valor histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico e pelo Patrimônio Natural Mundial por meio das formações físicas, biológicas e geológicas excepcionais, habitats de espécies animais e vegetais ameaçadas e áreas que tenham valor científico, de conservação ou estético excepcional e universal expresso, desde 2003, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em sua 32ª sessão, realizada em Paris do dia 29 de setembro ao dia 17 de outubro de 2003. Este é um desdobramento natural sobre a noção de patrimônio cultural onde a entidade reflete as ideias de valores universais para a humanidade adotada a partir da 17ª Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural aprovada em 1972.

Somente em 1977 o Brasil irá subscrever esta convenção que em suas disposições define como patrimônio cultural da humanidade:

- a) os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- b) os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
- c) os locais de interesse: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (UNESCO, 1972, p. 11).

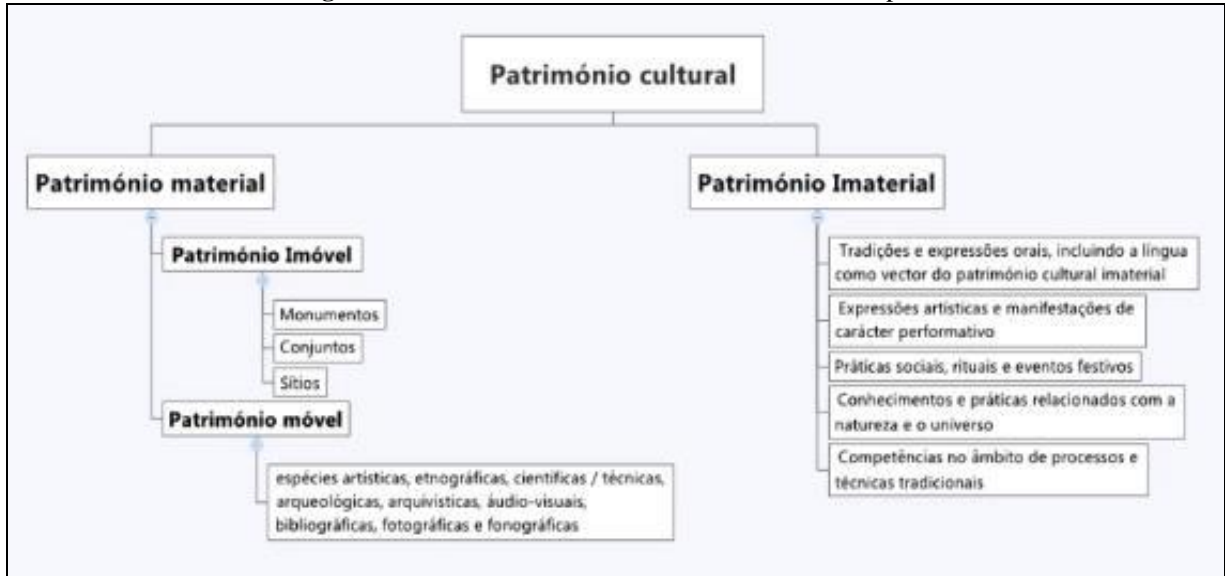
Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, UNESCO – 2003, p. 4).

Em consonância com as diretrizes da UNESCO, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) organização civil internacional, atrelada à UNESCO, a qual assim o define:

Patrimônio Cultural é uma noção muito ampla, pode-se dizer que é tudo o que se relaciona com a cultura, com a história, a memória, a identidade das pessoas ou grupos de pessoas – coletividades de natureza diversa como grupos familiares, associações profissionais, grupos étnicos, nações –: são os lugares, as obras de arte, as edificações, as paisagens, as festas, as tradições, os modos de fazer, os sítios arqueológicos. É tudo o que, para determinado conjunto social, interessa proteger por ser considerado como cultura própria, o que é base de sua identidade, o que o faz distinto de outros grupos, incluindo não somente monumentos e outros bens de caráter físico, mas a experiência vivida, que se condensa na linguagem, nos conhecimentos, nas tradições, nos modos de usar bens e espaços (ICOMOS BRASIL, 2013).

A Figura 3 ilustra o entendimento amplo sobre o patrimônio cultural material e imaterial e suas subdivisões.

Figura 3 - Universo do Patrimônio Cultural e seus Grupos



Fonte: Cultura Norte (2016)

As classificações sobre a materialidade do patrimônio estruturam e servem de preâmbulo para se entender como aconteceu o reconhecimento do patrimônio cultural no Brasil, um processo frágil e moroso.

2.2 O CONCEITO DE PATRIMÔNIO CULTURAL NO BRASIL

O primeiro registro sobre a preocupação com a proteção de monumentos históricos aconteceu Brasil colônia e data do século XVIII através de trecho da carta do Conde das Galveias, D. André de Melo e Castro, Vice-Rei do Estado do Brasil de 1735 a 1749, ao Governador de Pernambuco, Luis Pereira Freire de Andrade, com relação ao Palácio de Friburgo ou Palácio de duas Torres² erguido pelos holandeses:

[...] pelo que respeita aos Quartéis que se pretendem mudar para o Palácio das Duas Torres, obra do Conde Maurício de Nassau, em que os Governadores fazem a sua assistência, me lastimo muito que haja de entregar ao uso violento e pouco cuidadoso dos soldados, que em pouco tempo reduzirão aquela fábrica a uma total dissolução, mas ainda me lastima mais que, com ela, se arruinará também uma memória que mudamente estava recomendado à posteridade as ilustres e famosas ações que obraram aos Portugueses na Restauração desta Capitania, de que se seguiu livrar-se do jugo fábricas em que se incluem as estimáveis circunstâncias (referidas)[...] são livros que falam, sem que seja necessário o lê-los[...]; se necessitasse absolutamente para a defesa dessa Praça, que se demolisse o Palácio, e com ele uma memória tão ilustre, paciência, por que esta mesma desgraça têm

² Na parte norte da Ilha de Santo Antônio, Maurício de Nassau mandou construir em 1639 um palácio residencial, o Palácio de Friburgo (Vrijburg), com uma fachada flanqueada por duas altas torres. O palácio era residência e despacho do conde, e as torres serviram de farol e até observatório astronômico.

experimentado outros edifícios igualmente famosos; mas por nos pouparmos a despesa de dez ou doze mil cruzados, é cousa indigna que se saiba que, por um preço tão vil, nos exponhamos a que se sepulte, na ruína dessas quatro paredes, a glória de toda uma Nação...se bem se calcular a despesa que se há de fazer para reduzir a Palácio a Quartéis, para se porem as Casas de Junta em estado de poderem decentemente habitar nela os Governadores, não custará menos cabedal, daquele que podia empregar-se na obra de um novo Quartel; e quando sucedesse que o custo fosse maior, não era tão pouco o que se ganhava, que se não desse de barato esse pequeno excesso, pela utilidade de uma fábrica nova, conservando-se as antigas no estado em que até agora estivera;: finalmente meu Senhor, eu desejava muito que, depois de V. Sa. ter feito um tão plausível governo, não sucedesse no seu tempo novidade que, bem ponderada, somente será aplaudida pelos Holandeses; e confesso a V. As. Que, ainda pondo de parte esta relação política, e atendendo somente o que será menos custoso a fazenda real, me persuado de que lhe será mais úteis fabricar quartéis novos, do que bulir no Palácio das Duas Torres, Por que tenho por certo que, por mais que se trabalhe em atalhar despesas, em pulir a obra, sempre ficará uma coberta de remendos.... (IPHAN, 2016).

É importante salientar que esta carta datada de 1742 (IPHAN, 2016), apesar de um evento isolado, demonstra a preocupação de preservar a memória da edificação vinculada a eventos representativos, de questões de identidade de uma Nação e o reconhecimento da importância histórica do monumento edificado.

Este reconhecimento será expresso mais de 200 anos depois através da Carta de Veneza de 1964, manifesto internacional sobre a conservação e restauração de monumentos e sítios, na qual versa sobre a noção de monumento edificado e a necessidade de incorporação de sua história e de seu contexto quando de sua conceituação conforme o artigo 7º da carta:

O monumento é inseparável da história que ele é testemunho e do meio em que se situa. Por isso, o deslocamento de todo o monumento ou de parte dele não pode ser tolerado, exceto quando a salvaguarda do monumento o exigir ou quando o justificarem razões de grande interesse nacional ou internacional (IPHAN, 2016).

Outras manifestações e ações em prol da preservação do patrimônio cultural ocorreram no século seguinte, durante o primeiro e segundo império e mesmo nas primeiras décadas da república. Mas é a partir dos anos 1920 que acontece um forte movimento em defesa do patrimônio cultural nacional denominada de ‘A fase Heróica’ conforme relata Luiz Philippe Torelly em Patrimônio Cultural - Notas sobre a evolução do conceito para a revista Arquitextos:

Desde a segunda década do século XX, uma série de iniciativas de intelectuais foi despertando sensibilidades e gerando acúmulo para a criação de uma instituição nacional de preservação do patrimônio cultural. Minas Gerais era uma espécie de ‘Meca’ para a redescoberta do Brasil. Além dos já citados, são personagens fundamentais: Alceu de Amoroso Lima e o francês Blaise Cendrars, redator dos estatutos da Sociedade dos Amigos

dos Monumentos Históricos do Brasil – proposta de instituição que contava com o apoio da aristocracia do café – e também Oswald de Andrade, que sugeriu a criação do Departamento de Organização e Defesa do Patrimônio Artístico do Brasil (Dodepab), ao Presidente da República Washington Luiz, em 1926vii. Na esfera pública, a criação das Inspetorias Estaduais de Monumentos nos estados da Bahia, de Minas Gerais e Pernambuco, ainda nos anos 20, assim como a elevação de Ouro Preto à condição de Monumento Nacional, em 1933, e a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, estabeleceram antecedentes indispensáveis à consolidação da ideia (TORELLY, 2012)

2.3 AS POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO NO BRASIL

Mas o conceito e o regramento sobre de patrimônio cultural no Brasil, foi definido somente durante a Era Vargas através do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL. Constituição 1937).

Este Decreto instrumenta oficialmente o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - SPHAN criado em 13 de janeiro do mesmo ano através da Lei de nº 378. Após transformações passou a se denominar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) cujas funções estabelecem as políticas públicas para o patrimônio cultural brasileiro.

A criação do IPHAN está estreitamente vinculada ao movimento modernista e seus principais atores. A partir da Constituição Federal promulgada em 1934, que definia em seu artigo nº 148 cabe a União, aos Estados e Municípios proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, o então Ministro de Vargas para a Educação e da Saúde de 1934 a 1945, Gustavo Capanema, através das relações de Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, incumbiu o diretor do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, Mário de Andrade para elaborar o anteprojeto do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional- SPAN que serviu de projeto de lei para regulamentar o disposto constitucional. A proposta inicial do SPAN era preservar o conjunto de bens culturais, fossem estes materiais ou imateriais, tais como: hábitos, crenças, cantos, lendas e superstições populares (ANDRADE, 1988).

Além de estabelecer o conceito de patrimônio cultural, o Decreto-Lei Nº 25, de 1937 criou o instrumento do tombamento. “Medida inovadora e acertada em uma sociedade cuja elite sempre foi pouco afeita a restrições ao direito pleno de propriedade, em prejuízo de sua função social” (TORELLY, 2012, p. 6).

O Decreto-Lei Nº 25 absorveu na forma conceitual, as principais ideias do anteprojeto de Mário de Andrade, incluindo as questões da arte arqueológica e etnográfica. É importante salientar as transformações ocorridas na sociedade e na política brasileira desde os anos trinta e a manutenção das premissas do decreto sem modificações o que, de certa forma, chancela suas qualidades como políticas para o patrimônio artístico cultural. A legislação brasileira para o patrimônio cultural esteve à frente das iniciativas e convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), especialmente na dimensão imaterial. A UNESCO foi criada em 1946, e tornou-se referência internacional na preservação do patrimônio cultural.

Como em outros países, o Brasil desenvolveu conceitos e políticas para o patrimônio cultural que estão em permanente processo de reavaliação e evolução histórica. Por ser um conceito social e coletivo (NOEMIA, 2016), seus valores, práticas e conteúdos podem sofrer alterações com o passar do tempo. Desta forma, o Brasil, num primeiro momento valorizou os monumentos e vestígios históricos pertencentes à elite brasileira, conforme descreve Luiz Philippe Torelly:

As circunstâncias históricas e políticas que caracterizaram no Brasil a concepção de preservação do patrimônio especialmente no IPHAN, além da ausência de outros instrumentos que não o tombamento, determinaram que as ações de proteção se concentrassem quase que exclusivamente até os anos 1990, na identificação e na proteção de monumentos, edifícios e conjuntos urbanos de relevante interesse histórico e artístico, na denominada ‘pedra e cal’ (TORELLY, 2012, p. 4).

Já década de 1970, em pleno regime de exceção ou ditadura militar a preservação do patrimônio cultural vive um ciclo de renovação e de ampliação conceitual que seriam determinantes no papel do IPHAN até a atualidade:

Duas novas instituições são criadas para atuar de forma complementar no contexto da estrutura governamental responsável pela política de preservação. Em 1973, surge o Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH), que articula ações de quatro ministérios – Educação e Cultura, Planejamento, Interior e Indústria e Comércio –, com o objetivo de coordenar a política do governo federal para fomentar o potencial econômico e turístico das cidades históricas e incluí-las no processo de crescimento econômico, então em curso, denominado ‘milagre brasileiro’. (TORELLY, 2012, p. 4).

Com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, a constituição cidadã, tomou corpo, em um segundo momento, a partir dos anos 1990, o desenvolvimento de políticas de proteção ao patrimônio cultural com maior abrangência conforme regulamentou o Art. 216:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
 - II - os modos de criar, fazer e viver;
 - III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
 - IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
 - V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Vide Lei nº 12.527, de 2011)
- § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
- § 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais,..(BRASIL, 1988).

Através do dispositivo constitucional estão elencados os entes atuantes, o Estado e a Sociedade, na proteção, conservação e promoção do patrimônio cultural. Para Maria Cecília Londres Fonseca a memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira se traduz em:

[...] uma política de preservação do patrimônio abrange necessariamente um âmbito maior que o de um conjunto de atividades visando à proteção de bens. São imprescindível ir além e questionar o processo de produção desse universo que constitui um patrimônio, os critérios que regem a seleção de bens e justificam sua proteção; identificar os atores envolvidos nesse processo e os objetivos que alegam para legitimar o seu trabalho; definir a posição do Estado relativamente a essa prática social e investigar o grau de envolvimento da sociedade. Trata-se de uma dimensão menos visível, mas nem por isso menos significativa (FONSECA, 1997, p. 30).

O Brasil ingressa no século XXI com a necessidade urgente de aprimorar suas políticas de proteção ao seu patrimônio cultural:

Os bens culturais, materiais e imateriais, são testemunhos vivos da história da sociedade brasileira. Fazem parte do imaginário coletivo nacional, compondo o sentido de pertencimento e de coletividade brasileira. Esse patrimônio pertence à comunidade que o herdou. É dever da República do Brasil ('Res' = coisa + 'pública' = do povo = 'coisa do povo') proteger este patrimônio cultural público, do povo brasileiro. Preservá-lo é criar condições para que permaneça. É trazê-lo ao conhecimento da geração do presente e permitir que exista para a sociedade do futuro. Em síntese, preservar o patrimônio cultural brasileiro é evitar o seu esquecimento, a sua destruição, salvaguardando a memória da sociedade. Portanto, é um dever que se impõe ao Poder Público e à coletividade no presente e para o futuro (IPHAN, 2012).

As conceituações sobre patrimônio, as políticas desenvolvidas e o arcabouço legal que normatiza e protege o patrimônio cultural são os fios condutores para a proteção patrimonial e preservação da memória.

2.3. Patrimônio Cultural: a memória através da proteção e preservação.

As ações e políticas para valorização e preservação do patrimônio cultural só tem sentido como legitimação de um fenômeno social dinâmico através do qual Françoise Choay denomina de "expansão ecumênica das práticas patrimoniais" (2006, p. 207). Essa expansão de práticas observadas tem se ocupado de lugares e objetos apropriados pela cultura, e suas referências, na construção de sentidos de identidade, recursos estes mobilizadores de memória que está em constante ressignificação e reelaboração. Essa união da memória está alinhada ao significado de memória coletiva, conceituado por Maurice Halbwachs. Para ele, o tecido social é confeccionado com a memória dos indivíduos e conforme o 'fio têxtil' dos indivíduos resultará o tecido memorial coletivo, ou seja, a memória social.

[...] permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de um evento em que somente nós estivermos envolvidos e objeto que somente nós vimos. Não é preciso que estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e com nós certa quantidade de pessoas que não se confundem [...] (HALBWACHS, 2003, p. 30).

A importância da significação de memória para o patrimônio cultural é de primeira grandeza. Alinhada a este conceito, a UNESCO afirma que os bens culturais "são de fundamental importância para a memória dos povos e a riqueza das culturas". Como coloca Cristina Jeannes Rozisky em seu artigo 'A Memória do Patrimônio':

O entendimento dessa relação da aproximação das questões relativas à preservação e transmissão da memória, se tornam indispensáveis para a compreensão da importância do patrimônio para a humanidade. (ROZISKY, 2013).

Entendimento esse complementado por Patrício Guzmán³:

Acredito que a memória é um conceito tão importante quanto a circulação do sangue[...] ilustra o quanto memória, conhecimento histórico, cultura e identidade estão ligados à educação, a transmissão do conhecimento e conseqüentemente ao desenvolvimento de sociedade, de nação (GUZMÁN, 2012 apud ROZISKY, 2013).

Mas a memória não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados. Para Ivan Izquierdo (1988), a memória é a capacidade de armazenar e evocar informações, é a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas:

[...] a construção da memória envolve processos que se convencionaram denominar 'consolidação', entendidos tanto no sentido de solidificação de memórias, como no da junção de várias memórias. A reconstrução, que é à base da evocação, e, portanto, o único meio de medir ou determinar se cada memória existe, envolve também processos de consolidação, análogos àqueles desenvolvidos na construção... (Izquierdo, 1998 apud ROZISKY, 2013).

Através do patrimônio cultural é possível conscientizar os indivíduos da importância de preservação e valorização da cultura, proporcionando aos mesmos a aquisição de conhecimentos para a compreensão da história local, adequando-os à sua própria história (BEZERRA, 2012). Daí a sua importância. Com a mudança de paradigma social que abrange esforços públicos e privados pela valorização do patrimônio, este pode contar a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, cantos, danças, linguagem superstições, rituais, festas (POLOUT, 2009). Para Françoise Choay (2001, p. 11), dito de outra maneira, o patrimônio histórico é a produção cumulativa do ser humano na evolução do tempo:

[...] designa um bem destinado ao usufruto da comunidade[...] constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obra e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos [...].

Estas visões contribuem para referenciar o patrimônio cultural e bens artísticos da UFRGS nas questões de memória da preservação e de resignificação.

³ Patrício Guzmán, documentarista chileno em entrevista à revista Carta Maior, em 17/07/2012, apud ROZISKY, 2013.

A comunidade universitária da UFRGS (alunos, servidores e professores) é portadora de uma gama variável de memórias individuais e coletivas, esta ressignificação transforma e evoca memórias coletivas como se fossem suas. E na verdade o são. A polissemia existente entre as memórias individual e coletiva, a transversalidade e o entrelaçamento das memórias desta comunidade legitimam os elementos de reconhecimento e pertencimento presentes na coletividade:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p. 34).

Com relação ao patrimônio e bens artísticos da UFRGS, mais especificamente o mural ‘As Profissões’ como imagem ou símbolo representativo que lembra e identifica e remete à Universidade, uma memória estritamente individual é possível, pois a memória coletiva não explica todas as nossas lembranças.

Quando isso acontece, acaba-se por perder a percepção de abrangência e dos limites de interferência da memória da qual não se é senão um eco. Este pode ser o sentimento e percepção geral da comunidade universitária referente ao Mural.

Toda e cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva (HALBWACHS, 1990), e este ponto de vista muda conforme o lugar onde se encontra o indivíduo, sendo que este mesmo lugar muda segundo as relações mantidas com outros meios.

Neste entendimento de memória, a História encontra-se pautada na síntese dos acontecimentos de uma sociedade. No caso da UFRGS, de uma instituição. A memória coletiva contém as memórias individuais dentro dela. Este agregado de memórias é constantemente bombardeado de certas recordações individuais que ao invadir este conjunto de memórias, modifica a sua aparência a partir do instante em que são trocadas no grupo que não se mostra mais uma consciência pessoal, individual:

[...] as lembranças que nos são mais difíceis de evocar são aquelas que não concernem a não ser a nós, que constituem nosso bem mais exclusivo, como se elas não pudessem escapar aos outros senão na condição de escapar também a nós próprios [...] (HALBWACHS, 1990, p. 49).

Esta reconstrução da memória opera a partir de dados e informações comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, sendo estas informações transitivas, passando de um grupo de indivíduos para outro indivíduo e reciprocamente, o que só é

possível se fizerem e continuarem a fazer parte de uma mesma sociedade ou instituição. Assim pode-se compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída:

[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, [...] este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e [...] este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 52).

Mas Halbwachs, ao tratar da memória coletiva também relaciona o espaço como dimensão de memória de poder do meio material de um grupo afirmando que “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros” (HALBWACHS, 1990, p. 131), e vai além ao afirmar que “as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p. 133). Qualquer objeto que circule em determinado grupo e que produz imagens espaciais pode determinar distinções sociais antigas e modismos, mas não necessariamente legitima este espaço como espaço de memória ou patrimônio imaterial. Para que isso ocorra é necessário o reconhecimento de identidade coletiva, manifestação intangível como valoração de um bem. Os espaços ocupados por bens unicamente econômicos adquirem valor se postos à venda em uma relação de poder entre quem vende e quem compra. Interessante notar que bens materiais, via de regra, são adquiridos por clientes, exercendo um lado de uma relação comercial, mas bens intangíveis, como a memória, são incorporados às vivências coletivas e individuais e são, na maioria das vezes, relações concomitantes e perenes.

Na produção de imaginários de autenticidade, a UFRGS é pródiga, incentivando potencialmente a construção de políticas patrimoniais; o investimento identitário transmitido; a evolução histórica da noção de patrimônio. Extensão metafórica (patrimônio nacional, imaterial, histórico, artístico, etc.); estas são as relações desenvolvidas por Candau (2011) que contribuirão para enriquecer e dar sentido às questões de memória, preservação e visibilidade dos bens artísticos da Universidade através da pertinência ou não das retóricas holísticas:

Poulot (2009) afirma que a história do patrimônio é a história da ‘construção do sentido de identidade’ e, mais particularmente, aquela dos “imaginários de autenticidade”. Estes imaginários inspiram as políticas patrimoniais. São relicários da memória em transformação de um relicário de identidade que se busca no passado, ressignificando no presente. A reivindicação de se tornar patrimônio é ela em si mesma um elemento do patrimônio: É um sentimento identitário a ser transmitido.

Após uma longa evolução histórica a noção de patrimônio, desde a acepção romana do termo *patrimonium* (legitimidade familiar que mantém a herança) até a concepção moderna (adesão efetiva a certos traços do passado e reapropriação de heranças diversas concernentes tanto ao material quanto ao ideal, o cultural e o natural) e sua extensão quase metafórica abre um caminho de uma expansão conquistadora (pode ser patrimônio nacional, etnológico, natural, imaterial, histórico, arqueológico, artístico e mesmo genético).

O patrimônio cultural é a síntese simbólica dos valores que identificam uma sociedade e que ela reconhece como próprios. O patrimônio é um documento excepcional da memória histórica, chave da capacidade de construir a cultura, na medida em que permite verificar acumuladamente atitudes, comportamentos e valores implícitos e explícitos da produção cultural através do tempo. O patrimônio é um elemento essencial da produção do imaginário. Não se pode prescindir dele, é ele que ajuda a criar o futuro. A época atual leva à impossibilidade de definir a realidade, produto da contaminação de imagens e interpretações desconexas que chegam através dos meios de comunicação. Esta enorme ausência de valores com que a humanidade se vê a ‘braços’ urge encontrar referenciais seguros. Para o Homem do presente, o patrimônio apresenta-se como uma garantia de solidez e estabilidade e como objeto mediador no processo de articulação entre tradição e modernidade emergindo das contradições do presente. Numa incapacidade de gerir a perda e a morte enfrenta-se o futuro mantendo a difusão do patrimônio, pretendendo conservar tudo, com um compromisso em que o desenvolvimento não ponha em perigo essa herança cultural e que as atividades que se desenvolvem em torno do patrimônio sejam ainda mais um fator de desenvolvimento social e econômico. A apropriação de determinado objeto para o campo patrimonial parte sempre de uma dimensão afetiva, ela resulta dos olhares convergentes de uma comunidade que elege determinado objeto como representativo da sua identidade. (ROZISKY, 2013).

Para Candau (2011, p. 159), a memória “serve de reservatório para alimentar as ficções da história que se constrói a respeito do passado”. Pode-se transpor estas observações para o lócus do estudo, a UFRGS como comunidade acadêmica e administrativa e sua relação de conservação com ao patrimônio artístico cultural, os elos e vestígios produzidos por este patrimônio cultural e como se construiu e se pretende construir hoje e amanhã o sentido de identidade e memória.

2.4 A TUTELA DOS BENS PATRIMONIAIS NA UFRGS

Na UFRGS, nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas, configurando a necessidade não só de coletividade, mas de uma comunidade afetiva, incubadora da revelação e ressignificação das memórias, “[...] Não é na história aprendida, é na história vivida que se apoia nossa memória [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 60) ou ainda “[...] A história não é todo o passado, mas também não é tudo aquilo que resta do passado [...]” (HALBWACHS, 1990, p. 67).

A tutela do patrimônio cultural é exercida pelo Poder Público através do Estado que, face às ações e ímpeto exploratório da sociedade privada, necessita regular esta relação da sociedade com os bens patrimoniais culturais, portanto de interesse público, acolhendo-os como bens públicos sob sua tutela. O direito de proteger que o Estado exerce implica na obrigação em administrar, zelar e preservar o patrimônio cultural e disponibilizá-lo ao interesse público. Sobre o interesse público José Afonso da Silva na obra ‘Direito Urbanístico Brasileiro’ refere-se ao patrimônio cultural: “[...] nele se consubstancia e se reverencia a memória da formação nacional que, por isso, se identifica com a própria nacionalidade” (DA SILVA, 1981, p. 492).

A tutela sobre o patrimônio cultural realizada pela Universidade, ente de natureza pública, não foge ao modelo estabelecido no País. A começar pelo ato administrativo/jurídico do tombamento, dispositivo de proteção a um determinado bem através do interesse manifesto pela administração da UFRGS que, diga-se, não está fazendo nenhum ato de benemerência ou altruísmo, mas sim cumprindo com as obrigações e responsabilidades que o instituto da tutela preconiza.

Para que recaia todo esse sistema de proteção a um bem determinado, é necessária uma manifestação da Administração, a edição de um ato administrativo que faça sua inscrição num dos livros do Tombo, conforme determina ainda hoje o velho Decreto-lei na. 25, de 1937.... Este ato, por ser de inscrição no livro do Tombo, se chama no Brasil, tombamento (SOUZA FILHO, 1986, p. 259).

Mas o tombamento é apenas o start do arcabouço tutelar do patrimônio cultural, podendo ser visto como uma mera declaração de reconhecimento de valor, necessitando haver outras chancelas como a sua preservação e visibilidade. Para tanto são necessárias ações e políticas previamente estabelecidas.

2.4.1 Sobre as ações e políticas de proteção do patrimônio cultural na UFRGS

As ações de proteção ao patrimônio cultural da Universidade estão subentendidas dentro das disposições relativas à gestão financeira e patrimonial de forma geral, tanto no Estatuto da UFRGS aprovado pelo Conselho Universitário em sessão do dia 23 de setembro de 1994, Decisão nº 148/94 e publicada no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 1995, como no Regimento Geral da Universidade aprovado pelo Conselho Universitário e pelo Conselho de Coordenação do Ensino e da Pesquisa em sessão de 22 de dezembro de 1995 e publicado no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 1996 (UFRGS, 2016).

O estatuto da UFRGS em seu artigo primeiro identifica a Universidade com sede em Porto Alegre, Capital do Estado do RS:

[...]instituída pelo Decreto Estadual nº 5.758, de 28 de novembro de 1934 e federalizada pela Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950, é uma autarquia dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. (ESTATUTO/UFRGS, 2016, p. 3).

Sobre a autonomia de gestão financeira e patrimonial, no mesmo artigo, parágrafo terceiro, esclarece que a Instituição poderá administrar seu patrimônio e dele dispor, observada a legislação pertinente, além de e aceitar subvenções, doações, legados e cooperação financeira proveniente de convênios com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais.

Ainda sobre os recursos financeiros, no capítulo II do estatuto, o artigo 83 caracteriza as dotações, subvenções e doações; empréstimos e financiamentos; as rendas de aplicação de bens e de valores patrimoniais; a aferição de valores através da retribuição de serviços prestados à comunidade assim como as taxas e emolumentos e rendas eventuais e possíveis convênios. Para complementar, o artigo 84 determina os “critérios a serem explicitados no Regimento Geral da Universidade, que priorizem as atividades-fim, contemplem necessidades específicas e valorizem a qualificação e o desempenho acadêmicos” (ESTATUTO/UFRGS, 2016, p. 18) O Estatuto define no Artigo Sexto, que:

[...] para consecução de seus fins, a Universidade deverá constituir-se em fator de integração da cultura nacional e da formação de cidadãos, estimulando o desenvolvimento de uma consciência ética na comunidade universitária. (ESTATUTO/UFRGS, 2016, p. 4).

No artigo 82º, o Estatuto estabelece que “Constituem o Patrimônio da Universidade, o conjunto dos seus bens, móveis e imóveis, e direitos de qualquer natureza”.

Com relação ao Regime Interno no título XII sobre o patrimônio e do regime financeiro, três artigos encerram o assunto patrimônio nas disposições estatutárias e regimentais:

Art. 202 - O patrimônio da Universidade é constituído e administrado nos termos definidos pelo Estatuto, por este Regimento Geral e demais dispositivos legais.

Art. 203 - As dotações orçamentárias serão determinadas de acordo com critérios explicitados neste título, priorizando as atividades-fim, contemplando as necessidades específicas, de acordo com o previsto nos Planos de Gestão da Reitoria e nos Planos de Ação das Unidades, aprovados nas instâncias respectivas.

Art. 204 - Os recursos, bens ou direitos provenientes de convênios, doações ou legados serão recolhidos à Universidade, inscritos ou averbados no registro público correspondente ou tombados no patrimônio, sempre em nome da Universidade. (REGIME INTERNO/UFRGS, 1996, p. 54).

Nas questões relativas à estrutura que apoia o patrimônio cultural da Instituição, o Estatuto faz referências a três estruturas em diferentes níveis de hierarquia e função. A começar pelo artigo 7º aparece em nível hierárquico como Órgão da Administração Superior, a SUINFRA, responsável através do SPH, pelas ações referentes ao patrimônio histórico edificado da UFRGS. Além deste, como um dos institutos Centrais encontra-se o Instituto de Artes, unidade acadêmica responsável pelas ações relativas ao acervo de bens artísticos da Universidade.

Já o Regimento Interno da UFRGS estabelece que a estrutura responsável pelo patrimônio documental, sua guarda, conservação e divulgação é o Museu da Universidade, um Órgão Suplementar descrito no artigo nº 38 do Regimento que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos da Administração Superior, das Unidades Universitárias e demais órgãos da Universidade. A sessão a seguir apresenta as ações realizadas pela UFRGS para o patrimônio cultural edificado, documental e artístico através das diferentes estruturas da Instituição.

2.4.2 Sobre os Bens Imóveis, o Patrimônio Edificado.

O acervo edificado da UFRGS é dos mais significativos no contexto urbano da cidade de Porto Alegre. No tecido urbano da cidade convivem duas gerações históricas e artísticas de edificações dos séculos XIX e XX (SPH/UFRGS, 2016).

O acervo edificado da Universidade tem valor histórico-cultural no contexto urbano da cidade de Porto Alegre. O encontro de duas gerações históricas e artísticas de edificações expressam as origens da UFRGS e suas transformações no contexto urbano, social e político (SPH/UFRGS, 2016), conforme inventário do Quadro 2.

Quadro 2 - Inventário dos Bens Imóveis tombados como Patrimônio Cultural da UFRGS

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – BENS IMÓVEIS - SPH/UFRGS	
Prédios da Primeira Geração	Prédios da Segunda Geração
Faculdade de Agronomia	Reitoria
Castelinho	Anexo 1 da Reitoria
Château	Salão de Atos
Faculdade de Direito	Faculdade de Educação
Museu da UFRGS	Cinema e Teatro
Observatório Astronômico	Escola de Engenharia (Prédio Novo)
Rádio da Universidade	Faculdade de Ciências Econômicas
Prédio Centenário da Escola de Engenharia	Faculdade de Arquitetura
Instituto Parobé	Instituto de Artes
Antigo Prédio do Instituto de Química	Departamento de Arte Dramática
Antigo Prédio da Faculdade de Medicina	Faculdade de Farmácia
Instituto Eletrotécnico	Instituto de Psicologia
Capela de São Pedro	Faculdade de Odontologia
	Hospital de Clínicas
	Planetário
	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
	Campus Olímpico
	Piscina Térmica/ Centro Olímpico

Fonte: SPH da UFRGS

A maioria das edificações da UFRGS faz parte do INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – BENS IMÓVEIS, realizado pela Equipe do Patrimônio Cultural da Coordenação de Memória, da Secretaria de Cultura, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O primeiro grupo é composto por doze edifícios construídos entre 1898 e 1928. Esse conjunto ilustra a Corrente Historicista, com traçado característico do estilo Eclético, estando onze deles localizados no Campus Centro e um no Campus do Vale. O segundo grupo, ou segunda geração, compreende dez edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, e que estão localizados nos Campi Centro, Saúde e Olímpico.

Os prédios da Faculdade de Direito e do Observatório Astronômico são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, inscritos sob nº 1.438-T-98. O Campus Centro, formado pelo quadrilátero entre as avenidas Osvaldo Aranha, André da Rocha, João Pessoa, Luiz Englert e Paulo Gama, juntamente com o prédio da Faculdade de Agronomia, constituem Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, com base na Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000 (DOE 178/2000). Além disso, a Portaria nº 479, de 15 de outubro de 2013, delimita os dois quarteirões do Campus Centro como área de entorno de bens tombados, recebendo proteção nos termos do art.18 do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (SPH/UFRGS, 2016).

Na Figura 4, vista aérea do Campus Centro, formado pelo quadrilátero entre as avenidas Osvaldo Aranha, André da Rocha, João Pessoa, Luiz Englert e Paulo Gama.

Figura 4 - Quadrilátero do Campus Centro

Fonte: portal UFRGS, 2016.

A SUINFRA como é conhecida hoje é o órgão responsável por zelar pela infraestrutura da Universidade, construindo e conservando seu patrimônio. Estabeleceu-se, no ano de 2000, como Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA) com a extinção da Superintendência do Espaço Físico (SUPEF), criada a partir de 1996 com a divisão da Pró-Reitoria de Administração (PRORAD) em duas Superintendências, a Administrativa (SUPAD) e a do Espaço Físico (SUPEF). Entre suas atribuições e responsabilidades estão:

- Assessorar, planejar, projetar e administrar obras e serviços de manutenção do espaço físico da Universidade.
- Planejar o uso do espaço físico e desenvolvimento da infraestrutura em todas as áreas da Universidade.
- Projetar, executar e administrar obras da Universidade.
- Manter o controle e registro de documentos referentes ao espaço físico da Universidade.
- Zelar pelos bens patrimoniais e instalações gerais.
- Supervisionar, controlar e fiscalizar reformas e adaptações em todos os componentes da infraestrutura da Universidade.
- Manter acessos, logradouros, parques e jardins da Universidade. (SUINFRA/UFRGS, 2016).

Com relação aos bens imóveis históricos a SUINFRA conta com o SPH que tem como missão a salvaguarda do patrimônio cultural edificado resgatando o acervo edificado da UFRGS mediante a preservação, a revitalização e a adequação às suas necessidades atuais,

atendendo dessa forma, o previsto no Plano de Gestão da atual Administração Central da UFRGS, bem como o disposto na Constituição Federal Brasileira de 1988. Responsável pelo processo de restauro dos prédios históricos da UFRGS, o SPH tem como desafio a inclusão social através da acessibilidade universal, critério obrigatório de aferição pelo Ministério de Educação na sua Avaliação Externa de Instituições de Ensino Superior, conforme disposto no inciso III, do art. 3º, da Lei n. 10.861/2004, exercitando a memória coletiva e fortalecendo a cidadania, para tanto:

O SPH realiza pesquisas históricas e iconográficas, para a realização dos trabalhos de recuperação e restauro dos prédios históricos. Para tanto, pesquisa dados e informações relativos à memória, à identidade e à história do fazer da UFRGS, objetivando a identificação e a sustentação de técnicas, de materiais e de usos nas intervenções. Além disso, reúne a documentação da obra contemporânea, preocupando-se em registrar as intervenções e os critérios técnicos adotados (SPH/UFRGS, 2016).

Na busca da preservação do patrimônio edificado cultural e dessa memória, a UFRGS inscreveu, em 1998, o Projeto Resgate do Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS no Programa Nacional de Apoio à Cultura do Ministério da Cultura (PRONAC).

A principal fonte de recursos do referido projeto é a Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313 de 23 de dezembro de 1991), conhecida também como Lei Rouanet, que possibilita às empresas e aos cidadãos aplicarem uma parte do Imposto de Renda devido em ações culturais (SPH/UFRGS, 2016).

A sistematização das ações para a preservação do patrimônio edificado vai desde a elaboração do projeto documental sobre o patrimônio histórico, passando pela pesquisa, análise e formação de dossiê do processo de restauro até a disponibilidade à comunidade universitária e ao público em geral.

2.4.3 Sobre as Ações Museológicas, o Patrimônio Documental.

O Museu da UFRGS foi criado em 1984 e, desde então, vem trabalhando com a memória e identidade da UFRGS e da cidade de Porto Alegre, seja por meio de exposições temáticas de caráter científico - culturais, seja como local para pesquisa em fontes foto documentais, conforme o Regimento Interno do Museu Universitário da UFRGS em seus primeiros artigos:

Art. 1º O Museu Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), criado pela portaria número 892 de 28/08/1984, que passa a se chamar Museu da UFRGS, constitui-se em um órgão suplementar da Universidade, de caráter multidisciplinar, e rege-se pelo Estatuto e Regimento Geral da Universidade, por este Regimento Interno e pela legislação vigente.

Art. 2º O Museu da UFRGS tem como missão potencializar a interação da sociedade com a sua produção técnica, científica e cultural, além dos testemunhos históricos da instituição, promovendo a transformação do patrimônio integral em herança cultural, decorrente da apropriação e da noção de pertencimento dos cidadãos e da sociedade (REGIMENTO INTERNO/MUSEU/UFRGS, 2011, p. 1).

Suas ações são alicerçadas em bases conceituais da área da Museologia, da Educação, da Memória e da História, tendo como pressupostos a preservação, a investigação e a comunicação. Seu acervo constituído por documentos da antiga Comissão de História, por fotos institucionais provenientes da Assessoria de Comunicação (hoje Secretaria de Comunicação Social) e por fundos gerados pela pesquisa em temas relativos à história de Porto Alegre e do RS, tem servido de fonte de investigação, tanto da comunidade universitária (monografias, dissertações e teses), quanto para produções diversas no campo da mídia e da comunicação social. O Museu da UFRGS, Figura 5, está localizado no Campus Central da Universidade.

Figura 5 - Vistas interna e externa do Museu da UFRGS



Fonte: portal UFRGS 2016

Desde 1984, vem consolidando-se com uma proposta articuladora das diferentes áreas do saber, constituindo-se em um espaço para a ampliação da atuação docente, proporcionando vivências discentes e promovendo o intercâmbio entre as diversas unidades da UFRGS. O Museu conta com um setor sócio-educativo-cultural que desenvolve diferentes ações, tendo como foco uma visão interdisciplinar e de acessibilidade. Além disso, apoia os professores e grupos no planejamento da visita aos espaços do Museu, por meio de recursos didático-pedagógicos.

Tem como missão potencializar a interação da sociedade com a produção técnica, científica e cultural da Universidade, além dos testemunhos históricos da instituição, promovendo a transformação do patrimônio integral em herança cultural, decorrente

da apropriação e da noção de pertencimento dos cidadãos e da sociedade (MUSEU/UFRGS, 2016).

Sua visão é perceber o Museu como um instrumento de intervenção capaz de estimular a reflexão e a reapropriação do patrimônio, a partir dos testemunhos de memória, fortalecendo as identidades e o sentimento de pertencimento, de forma a contribuir para o autodesenvolvimento singular (cidadão) e/ou plural (comunidade) (UFRGS, 2016).

O Museu da UFRGS desenvolve uma série de projetos entre os quais tem destaque o Projeto ‘Lugares de Memória’ criado durante a exposição UFRGS (In)visíveis Lugares. Este projeto colheu depoimentos de pessoas que fizeram parte da comunidade da UFRGS, personagens de uma grande Universidade, os relatos reforçam os laços estabelecidos e a importância da instituição na vida de ex-alunos, professores ou técnicos aposentados. Os relatos foram gravados e editados em parceria com a UFRGS TV (UFRGS, 2016).

A Figura 6 apresenta a exposição ‘Paisagens da Memória: cidade e corpos em movimento’

Figura 6 - Exemplo de Exposição realizada pelo Museu da UFRGS



Fonte: portal UFRGS, 2016

O Museu da UFRGS ainda propõe e executa ações didáticas de apoio às exposições e referentes ao acervo. Além disto, planeja ações que procuram atender às demandas de informação, educação não-formal e lazer da comunidade interna e externa à UFRGS. Por meio de parcerias com as diversas unidades de ensino da Universidade, enfatiza a inter-relação entre ensino, pesquisa e extensão e tem como proposta contribuir com a formação de acadêmicos nos níveis de graduação e pós da Universidade, servindo como laboratório de pesquisa e campo de ação na área museológica. Além de acolher os alunos, o Museu tem a função de orientá-los, crendo que assim amplia as possibilidades de atuação e formação

profissional dos estudantes podendo integrar a equipe do Museu da UFRGS na mediação das exposições, trazendo uma visão interdisciplinar aos eventos em questão, e fazendo com que o visitante entre em contato com a produção acadêmica da Universidade, aliando lazer, conhecimento e pesquisa.

Sob a coordenação do Museu da UFRGS está A Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS – REMAM e inclui diversos segmentos da Academia que, mesmo não sendo museus, registram, pesquisam, conservam e divulgam acervos. A REMAM foi criada em 2011 para elaborar uma política de preservação de seu patrimônio científico e cultural documental. A ideia é articular os espaços coletivos de memória da Universidade, que abriguem bens culturais tangíveis e intangíveis, promovendo também momentos de capacitação para servidores da Universidade. A Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS vem para consolidar a política de gestão em conservação, estratégias de uso, acesso às coleções, atualização de cadastros de acervos, visitantes, eventos e atividades dos membros da rede na Universidade.

Até o momento A Rede de Museus e Acervos UFRGS - REMAM, conta com os seguintes parceiros conforme mostra o Quadro 3:

Quadro 3 - Museus da rede REMAM

Memorial da Faculdade de Farmácia
Museu de Ciências Naturais do CECLIMAR
Museus do Motor
SUINFRA
Arquivo Histórico do Instituto de Artes
Herbário ICN – Instituto de Biociências
Centro de Memória do Esporte
Memorial da Imigração e Cultural Japonesa da UFRGS
Museu de Mineralogia e Petrologia Luiz Englert
Museu Claudio Job – Faculdade de Odontologia
Museu de Topografia Prof. Laureano Ibrahim Chaffe
Museu de Informática
Museu da UFRGS
Observatório Astronômico da UFRGS
Museu do Motor
Setor de Patrimônio Histórico/SUINFRA/UFRGS
Museu Virtual do Sintetizador
Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Setor de acervo Artístico da Pinacoteca Barão de Santo Ângelo
Acervo Museológico dos Laboratórios de Ensino de Física
Herbário ICN (Antigo Instituto de Ciências Naturais
Museu da Genética
Museu de Paleontologia
Museu de Arqueologia e Etnologia (MUAE)
Núcleo de Pesquisa em História (NPH)
Planetário Prof. José Baptista Pereira

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador, com base em portal UFRGS, 2016

As ações do Museu da UFRGS para o acervo documental da Universidade abrangem produção técnica, científica e cultural e a articulação entre os diferentes saberes e disciplinas. Da mesma forma o patrimônio artístico da UFRGS envolve diferentes acervos como será apresentado na próxima seção.

2.4.4 Sobre os Bens Artísticos, o Patrimônio Artístico Cultural.

A concepção do Instituto de Artes da UFRGS – IA/UFRGS, como é conhecida, está vinculada a uma trajetória não só de transformações de estruturas regionais, mas de mudanças e rupturas na cultura acadêmica ocorridas no País na virada do século XIX para o XX na forma de compreender e produzir a arte (BULHÕES, CATTANI, 2012).

Fundado ‘Instituto de Bellas Artes’ em 22 de abril de 1908 por iniciativa de um grupo de intelectuais e artistas liderado por Olinto de Oliveira, o Instituto de Artes da UFRGS transformou-se em uma das mais tradicionais escolas de Artes do Brasil. Desde então vem

desenvolvendo tanto ações concretas como as práticas simbólicas de seus artistas e professores representando parte fundamental da produção e preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado do RS e do Brasil (UFRGS, 2016).

O Instituto de Artes, por ser uma unidade acadêmica da Universidade, organiza e fomenta o saber artístico através do ensino e da pesquisa, granjeando o acesso à cultura pelas atividades de Extensão, contribuindo para a preservação da memória da arte gaúcha e incentivando os estudantes a trilhar novas veredas estéticas (UFRGS, 2016).

O IA/UFRGS é composto atualmente pelos Departamentos de Arte Dramática, de Artes Visuais e de Música e pelos Programas de Pós-Graduação em Música, em Artes Visuais e em Artes Cênicas e mantém convênios de intercâmbio e pesquisa com reputadas universidades nacionais e internacionais. Em 2010, o Instituto de Artes da UFRGS abriu o Curso de Graduação em História da Arte e ainda:

[...] é responsável por um vasto programa de Extensão que apresenta o melhor da produção artística e acadêmica de professores e alunos durante o período letivo. Essas atividades culturais, que têm entrada franca, ocorrem geralmente nos espaços mantidos pelo Instituto de Artes: a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo, o Auditorium Tasso Corrêa e as salas de teatro Alziro Azevedo e Qorpo Santo. (IA/UFRGS, 2016).

Das estruturas anteriormente listadas, a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo do IA/UFRGS e seu Acervo é o de maior relevância nesta pesquisa. Este órgão auxiliar do Instituto de Artes é o responsável pelas ações de conservação, restauro, ampliação e divulgação do patrimônio artístico e documental do Instituto, bem como pelo intercâmbio com a produção artística contemporânea. Desta forma, o IA/UFRGS desenvolve políticas próprias sobre acervos dos bens patrimoniais artísticos da Universidade com apoio de estruturas administrativas da UFRGS:

A Pinacoteca atua na promoção e apoio de exposições e eventos ligados ao ensino, pesquisa e extensão na área das Artes Visuais, através das disciplinas e projetos do Departamento de Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais do IA/UFRGS, com colaboração direta das Pró-Reitorias de Extensão e de Planejamento. Abrange três setores com atribuições específicas, mas complementares: Acervo, Galeria e Restauro (IA/UFRGS, 2016).

Com a inauguração do prédio do Instituto de Belas Artes em 1943, a Pinacoteca teve seu espaço físico ampliado, recebendo o nome de Barão de Santo Ângelo a qual o Acervo Artístico está, desde então vinculado.

2.4.4.1 Sobre o acervo artístico

A partir da reforma de 1992 houve uma nova etapa na atuação do Instituto de Artes junto à comunidade com uma programação permanente de mostras e eventos, sendo expoente como um centro de produção e de difusão de conhecimento em Artes Visuais no Estado do RS (IA/UFRGS, 2016).

No regimento interno do Instituto de Artes da UFRGS, o Acervo Artístico juntamente com o Restauro e a Galeria, é definido como um setor, da Pinacoteca Barão do Santo Ângelo, que não possui dotação orçamentária própria e tem como função preservar, dinamizar e divulgar o patrimônio artístico (IA/UFRGS, 2016)

Na Figura 7, vista do espaço do acervo do Instituto de Artes da UFRGS que passou por momentos em que esteve praticamente desativado, mantém-se como um registro expressivo das Artes Plásticas em nosso Estado, sobretudo da primeira década do século XX. A todos esses transtornos soma-se a falta de um espaço próprio, só conseguido nos anos oitenta e que não responde mais as atuais necessidades (IA/UFRGS, 2016).

Figura 7 - Espaço do Acervo IA/UFRGS



Fonte: portal UFRGS, 2016

O acervo artístico do Instituto de Artes é considerado talvez a primeira coleção pública de arte do RS, tendo nascido "[...] com a criação do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul em 1908, e acompanhou todos os percalços burocráticos pelos quais passou esta instituição" (IA/UFRGS, 2016).

Dois anos após sua criação, e no intuito de constituir um patrimônio próprio, o Instituto de Belas Artes - IBA começa a adquirir obras significativas como as das Figura 8.

Figura 8 - As Bailarinas de Pedro Weingärtner e A Inveja de E. Latour (detalhe)



Fonte: UFRGS, 2016

A partir de 1939, o IBA passou a receber os premiados do Salão de Belas Artes do RS. Estes Salões marcaram a vida acadêmica do antigo Instituto de Belas Artes, não só pelo envolvimento de seus professores em sua organização, mas também pela participação dos mesmos enquanto premiados, caso de Luiz Maristany de Trias, Ângelo Guido, João Fahrion, Fernando Corona, entre outros. Também foram adquiridas peças do Salão Pan-Americano, comemorativo ao cinquentenário do IBA. O acervo de bens artísticos continuou em permanente expansão:

Mais tarde, na década de 70 foram incorporadas as obras premiadas no Salão de Artes Plásticas da UFRGS, de âmbito nacional. Paralelamente às aquisições, este Acervo tomou corpo, principalmente, pelas doações de professores e alunos que passaram pelo Instituto, e de artistas convidados. Mais recentemente através do projeto Singular no Plural, (1997-2003) buscando a atualização deste patrimônio, foram realizadas seis exposições, nas quais participaram os artistas- professores do IA, e ao término de cada mostra doavam uma obra ao Acervo (IA/UFRGS, 2016).

Informações do Instituto de Artes relatam que

O Acervo Artístico possui atualmente entre pinturas, esculturas, obras em papel, em torno de 600 peças dos principais artistas gaúchos peças catalogadas e com registro patrimonial da UFRGS, resta ainda passar por esses processos aproximadamente 200 obras (IA/UFRGS, 2016).

Entretanto a consulta realizada junto ao DEPATRI da PROPLAN revelou que os bens artísticos patrimoniais da Universidade ultrapassam o número de 1150 (um mil cento e cinquenta) bens artísticos registrados e tombados no Sistema de Administração de Patrimônio (SAP), onde aproximadamente 90% das obras não possuem valor pecuniário, muito menos valor econômico, somente o valor de sistema de R\$ 0,01 (um centavo de real), entre os quais o bem artístico com número de tombamento 36572, denominado de Mural ‘As Profissões’ de Aldo Danielle Locatelli, Figura 9, objeto desta pesquisa e que será fruto de um olhar mais detalhado no Capítulo III:

Figura 9 - Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli / 1958 – (dimensões: 3,62 de altura X 7,94 de comprimento)



Fonte: fotografia do pesquisador

Além do Acervo Artístico, o IA/UFRGS mantém o setor da Galeria da Pinacoteca, vinculado as atividades finalísticas da Universidade.

2.4.4.2 Setor Galeria da Pinacoteca do IA/UFRGS

Auxiliando a Pinacoteca Barão de Santo Ângelo e seu Acervo Artístico encontra-se o Setor Galeria da Pinacoteca do IA/UFRGS. Este Setor é responsável pela visibilidade da produção acadêmica resultante dos projetos e atividades de ensino, pesquisa e extensão:

A Galeria congrega grande parte dos projetos e atribuições da Pinacoteca como um todo, conciliando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na integração do ensino e da pesquisa, a Galeria atua como laboratório dando suporte a diferentes disciplinas e projetos do DAV e do PPGAV que envolvem o corpo discente, contemplando, com esta atuação, uma das exigências do sistema de avaliação dos cursos superiores do Ministério de Educação e Cultura, que é a existência de laboratórios de ensino

como promotores da interligação entre a teoria e a prática artística (IA/UFRGS, 2016).

A Galeria também é laboratório das disciplinas práticas e teóricas como forma de apresentação e disposição das obras para seus apreciadores, para o planejamento curatorial, e as interações com a comunidade, além de servir para a promoção e produção de mostras de intercâmbio com artistas externos à Universidade, bem como palestras e painéis de discussão relacionados à arte.

O Instituto de Artes, também mantém a guarda de seus documentos no Arquivo Histórico da Unidade.

2.4.4.3 Arquivo Histórico

Outro órgão auxiliar do IA/UFRGS, que vem produzindo há mais de século, patrimônio cultural documental através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, é o Arquivo Histórico o qual mantém o Acervo Documental do Instituto de Artes da Universidade, como mostra a (Figura 10). As atribuições e competências garantem o tratamento à documentação histórico-administrativa, cultural e acadêmica da instituição. O Arquivo Histórico do Instituto de Artes está localizado no Campus Central da UFRGS.

Figura 10 - Arquivo Histórico do IA/UFRGS



Fonte: portal UFRGS, 2016

Para a UFRGS recuperar e conservar este acervo significa, portanto, não só criar condições ambientais adequadas para as obras, mas através do fácil acesso às mesmas, estimular estudos às inúmeras leituras que este acervo possibilita.

2.4.4.4 Acervo da Universidade no instituto de artes

O patrimônio cultural sob a tutela do Instituto de Artes por sua importância e função, pode ser dimensionado em vários níveis:

- Valor Documental: como fonte de pesquisa, privilegiando o estudo das manifestações artísticas regionais como produtores e catalisadores de uma vivência artística local;
- Valor Pecuniário: as obras do acervo possuem cotação no mercado de arte, sendo, portanto, um patrimônio pecuniário;
- Valor e Significado Simbólico: enquanto obras que guardam (e aguardam interpretações) o testemunho de uma determinada manifestação do gosto artístico de uma época e pelo fato de, ao serem selecionadas para compor o referido acervo, passarem a fazer parte do jogo de forças de um poder artístico estabelecido (INSTITUTO DE ARTES, 2016).

Com relação ao valor de pecúnia apontado pelo IA, Vítor de Campos Lacorte em seu trabalho intitulado ‘A proteção autoral de bens públicos literários e artísticos’, assim define:

Se aos bens públicos, pelas razões apresentadas, se concede um tratamento diferenciado daquele dado aos bens da esfera privada, cabe avaliar se as obras literárias e artísticas pertencentes à administração, e tuteladas pelo direito autoral, também são bens públicos, e por isso também devem afastar as regras de direito privado incompatíveis com a obtenção da finalidade pública desses bens (LACORTE, 2014, p. 44).

Colocado sob a ótica deste estudo, acima estão descritos os valores de uso (documental e pecuniário) e os valores de não uso ou intangíveis (valores simbólicos), valores estes que fazem parte da composição do dimensionamento do valor econômico do patrimônio cultural do UFRGS. As diferentes dimensões de valores de pecúnia e econômico serão tratadas no Capítulo IV sobre o valor econômico.

3 ALDO LOCATELLI NA UFRGS: O ARTISTA E O MURAL ‘As Profissões’.

‘Locatelli soube cativar o povo gaúcho, da prece ao chimarrão’

Jorge Karan

Este capítulo versa sobre Aldo Locatelli e procura esboçar um resumo de sua trajetória e produção artística, a formação fora do Brasil, sua atuação no País e, principalmente, no RS enquanto professor de Instituto de Artes (IA) da UFRGS suas relações e sua importância para a Instituição. Também versará sobre o contexto do artista e da obra através da tradição e modernidade e da afinidade com o ideário do realismo socialista⁴ (BOHGAHREN, 2013), colocando em evidência o mural ‘As Profissões’.

Para o desenvolvimento deste estudo, tomam-se por fontes iconográficas, os murais ‘As Profissões’ e outros executados entre os anos 1950 e 1958.

3.1 LOCATELLI, ORIGEM, FORMAÇÃO, PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE LOCATELLI NO BRASIL

A trajetória de Aldo Daniele Locatelli começa no início do século XX em Villa d’Almè, uma pequena localidade na Lombardia, Itália. Nascido 1915, aos 10 anos de idade acontece seu primeiro contato com os artistas que à época restauravam os murais da igreja de Villa D’Aimè. Nas décadas de 1930 e 40 acontece à base de sua formação de artista, principalmente na arte mural:

Em 1931 que Locatelli ingressa no curso de decoração da Escola de Cursos Livres de Instrução Técnica Andrea Fantoni. Entre 1932 e 1935, estuda na Accademia

⁴ Segundo a Enciclopédia Itaú Cultural a designação Realismo Socialista diz respeito ao estilo artístico aprovado pelo regime comunista da ex-URSS, por ocasião do 1º Congresso de Escritores Soviéticos, em 1934, do qual participa o escritor Maxime Gorki (1868-1936). Elaborado por Andrej Zdanov, braço direito de Josef Stalin (1879-1953) na área cultural, o realismo socialista converte-se, entre 1930 e 1950, em arte oficial que referenda a linha ideológica do Partido Comunista. Teatro, literatura e artes visuais deveriam ter um compromisso primeiro com a educação e formação das massas para o socialismo em construção no país. Uma arte "proletária e progressista", empenhada politicamente, envolvida com os temas nacionais e com as questões do povo russo, esta é a aspiração da tendência artística. Na definição de Aleksandr Gerasimov (1881-1963), o estilo é "realista na forma" e "socialista no conteúdo", quer dizer, a obra de arte deve ser acessível ao povo - Figurativa e descritiva - e sua mensagem, um instrumento de propaganda do regime. Desenhos, telas e cartazes publicitários mostram proletários, camponeses, soldados, líderes e heróis nacionais, frequentemente idealizados, seja pela exaltação de corpos vigorosos (indicando força e saúde), seja pela celebração de movimentos sociais e feitos. Trata-se de louvar a nova sociedade, pela representação de jovens saudáveis e felizes, em atividades de trabalho ou em cenas populares.

Carrara di Belle Arti [Academia Carrara de Belas Artes], em Bérghamo, Itália, e recebe uma bolsa de estudos para a Escola de Belas Artes de Roma. Interessado na pintura mural, passa a estudar as obras da Capela Sistina, no Vaticano. Volta a Villa d'Almè depois da morte de seu pai, em 1940. Em 1946, muda-se para Gênova a fim de trabalhar na abóbada da Igreja Nossa Senhora dos Remédios. No ano seguinte, estuda obras de artistas como Giovanni Battista Tiepolo (1696 - 1770), Leonardo da Vinci (1452 - 1519) e Michelangelo Buonarroti (1475 - 1564), (ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL, 2017).

Apesar de a formação acadêmica direcionar sua obra para a arte clássica de cunho sacro, sua infância até a formação e o amadurecimento acadêmico do artista acontece em pleno fascismo (1922-1943). Assim, como a Europa a Itália vivia momentos de transformação social e política. Anos mais tarde, já no Brasil, Locatelli lançará mão do monumentalismo, característica do nacional-socialismo, para sua profícua produção de murais.

O jovem aprendiz juntou-se aos seus mestres para exercerem em grupo Itália afora. Politicamente o fascismo tomou conta das instituições depois da Marcha sobre Roma no dia 27 de outubro de 1922. Locatelli classificava ‘fracos’ os seus professores da academia. Contraditoriamente - neste regime forte e retórico do Duce - era um imenso elogio ser ‘fraco e silencioso’ (SIMON, 2015).

Locatelli sofreu influências do Expressionismo, dos muralistas latinos americanos e conforme Trevisan, 1998, de Cândido Portinari, mas trouxe na bagagem sua formação em uma Europa de políticas totalitária.

3.2 A PRODUÇÃO ARTÍSTICA DE LOCATELLI NO BRASIL

Aldo Locatelli chega ao Brasil em 1948 para realizar afrescos na Catedral de Pelotas, RS, conforme Figura 11, a convite do bispo dom Antônio Zattera, conforme revela Luiz Ernesto Brambatti em seu livro ‘Locatelli no Brasil’:

[...] um companheiro seu de trabalho, Emílio Sessa, propõe-lhe de partir para o Brasil. A proposta de decorar e afrescar a catedral de Pelotas, dedicada ao patrono da cidade de S. Francisco de Paula, foi feita a Sessa pelo bispo D. Antonio Zattera, de origem veneta, graças a indicação de uma irmã bergamasca missionária naquela região. Precisava, porém, de uma referência influente. Sessa aproveita a presença, em Bergamo, de Dom A. Rocalli, então Núncio Apostólico em Paris, para pedir-lhe uma carta de apresentação. O Núncio, muito feliz em revê-lo, prepara a mensagem e a manda diretamente por via diplomática à cúria de Pelotas, que solicita assim, a partida do pintor e da sua companheira. Aos primeiros de novembro de 1948, a pequena ‘equipe’ formada por Sessa, com seu ajudante Adolfo Gardoni e Aldo Locatelli, partem do aeroporto de Milão para o Brasil (BRAMBATTI, 2008, p. 48).

Figura 11 - detalhes da catedral de Pelotas



Fonte: Google, 2017

Ainda sobre a pintura de afrescos sacros destaca-se, no conjunto da obra de Locatelli, o trabalho realizado na Igreja de São Pelegrino em Caxias do Sul, Figura 12, que tem início em 1951, ‘[...] trabalho este que se estenderá por mais de uma década’ (TREVISAN, 1998, p. XX) e os afrescos da Igreja Santa Teresinha do Menino Jesus em Porto Alegre, Figura 13, trabalho este que será realizado entre 1952 e 1957.

Figura 12 - Igreja de São Pelegrino



Fonte: Google, 2017

Figura 13 - Igreja Santa Teresinha do Menino Jesus



Fonte: Google, 2017

A trajetória de Locatelli na produção mural em solo brasileiro começa em 1950. Conforme Brambatti, 2008, Locatelli vence o concurso⁵ para a pintura de um mural no saguão do então aeródromo de São João em Porto Alegre⁶, Figura 14, juntamente com Emílio Sessa e Attilio Pisoni, sendo essa sua primeira obra civil no Brasil:

Surge então a idéia da conquista do espaço, o que resultou no mural envolvendo quatro Quadros... O mural interpreta a trajetória do homem que busca a conquista do espaço... Tendo a Figura de Santos Dumont ao centro, com uniforme de aviador... à esquerda, está o olhar do mestre Da Vinci sobre o pássaro que voa e o desafio de imitá-lo... (BRAMBATTI, 2008, p. 139).

Figura 14 - Mural A Conquista do Espaço. 50 m²



Fonte: Google, 2017

No mesmo ano, o artista foi contratado para executar os afrescos do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho. A temática sul-rio-grandense é retratada com toda força e

⁵ Segundo Armindo Trevisan em seu Livro “Locatelli, o Mago das Cores” o artista teria sido convidado a executar o painel para o aeroporto.

⁶ A designação de Aeroporto Internacional Salgado Filho ocorreu somente em 12 de outubro de 1951...Em 1953 foi inaugurado o novo terminal de passageiros, com uma nova pista de 900 metros, ficando o antigo terminal incorporado ao parque de manutenção da VARIG (BRAMBATTI, 2008).

imaginação de Locatelli tanto pela formação etno-históricográfica do povo rio-grandense como através da lenda do negrinho do pastoreio de Simões Lopes Neto (1865 – 1916), ver Figura 15:

Figura 15 - murais – Palácio Piratini



Fonte: Google, 2017

Em 1954 Locatelli é convidado a pintar um mural para os novos pavilhões da Festa da Uva, hoje Centro Administrativo Municipal de Caxias do Sul/RS. Através da temática da imigração produziu o mural: ‘Do itálico berço à nova pátria brasileira, Figura 16:

Figura 16 - Do itálico berço à nova pátria brasileira. 2,75 x 30,8 m



Fonte: Google, 2017

Em 1955 Locatelli foi contratado para criar um mural para a sede do City Bank em São Paulo, hoje em coleção particular. O mural de 30 metros x 3,70 metros tem o nome de ‘Homenagem aos clássicos’ com alegorias dedicadas aos paulistanos e ao Brasil, Figura 17 (BRAMBATTI, 2008, p. 225).

Figura 17 - detalhe do mural 'Homenagem aos clássicos'



Fonte: fotografia do pesquisador

Em 1957, Locatelli pinta a 'Alegoria da Revolução Paulista de 1932', com 7m x 3m, encomenda do ex-Banco Auxiliar de São Paulo, Figura 18.

Figura 18 - 'Alegoria da Revolução Paulista de 1932'



Fonte: fotografia do pesquisador

Na mesma encomenda Locatelli pinta a 'Alegoria sobre o desbravamento', também com 7m x 3m, Figura 19. Nesta tela Locatelli retrata seu filho Roberto que sorri (BRAMBATTI, 2008). Aqui destaca-se os fundamentos de composição e ritmo utilizados pelo artista, aprendido este que trouxe da Itália, no qual se reporta ao mural 'Il Quarto Stato', Figura 20, executado por Giuseppe Pelizza Da Volpetto em 1904 (BRAMBATTI, 2008, p. 228).

Figura 19 - ‘Alegoria sobre o desbravamento’



Fonte: fotografia do pesquisador

O alinhamento horizontal das Figuras, desenvolvidos de acordo com a composição refere-se a uma situação muito realista, que parece tirado diretamente a partir de um episódio de contestação social. Uma solução que combina a memória dos valores relacionados com a civilização clássica antiga para a consciência moderna de seus direitos civis (em: www.studiarapido.it).

Figura 20 - ‘Il Quarto Stato’



Fonte: Google, 2017

A partir de sua chegada ao Brasil, e do primeiro trabalho em Pelotas, Locatelli passou a receber ofertas de serviços, ampliando sua rede de contatos e suas relações profissionais. Não demorou muito para ser convidado à docência do Instituto de Artes da UFRGS. A década de 1950 foi marcada pela admissão de novos professores, de uma geração que, devido a suas origens, trouxeram uma significativa bagagem assimilada das vanguardas europeias (BOHMGHREN, 2012). Foi nessa leva que chegaram Corona e Locatelli, entre outros.

3.3 LOCATELLI, PROFESSOR DO INSTITUTO DE ARTES DA UFRGS (1951-1962)

Em 1951, a convite de Tasso Corrêa⁷, Locatelli assume a disciplina de Arte Decorativa no então Instituto de Belas Artes – IBA/URGS no lugar deixado vago pelo falecimento de Joseph Lutzenberger como informa Cíntia Neves Bohmgahren, 2009:

[...] Assim, em 1951, Aldo Locatelli foi convidado para assumir esta cadeira, da qual foi interino também até o fim de sua vida em 1962. O pintor italiano, então manteve o encaminhamento do estudo do mural no contexto da disciplina de Arte Decorativa [...] (BOHMGAHREN, 2009, p. 29).

Como professor incentivou os estudantes à prática do muralismo, como forma de difusão cultural para o grande público e a liberdade nas técnicas e linguagens expressivas. Sua trajetória na UFRGS é marcada pela “[...] referência no Renascimento, apresentando uma liberdade formal e compositiva, com elementos do Cubismo em seus murais executados para prédios da Universidade” (BOHMGAHREN, 2012, p. 531).

No período em que Locatelli atuou como docente da UFRGS, a Universidade passa por eventos e transformações importantes. Nesta década, por exemplo, o patrimônio imobiliário da UFRGS, tem um aumento de 550% (UFRGS, 2016).

Em 1952 desencadeia-se um movimento estudantil de grande repercussão social onde foram convocados todos os universitários para uma passeata de protesto contra a permanência do Reitor, uma greve que se prolongou durante quase três meses. Ao fim do segundo período administrativo de 1952, o reitor Alexandre Martins da Rosa encaminhou ao presidente Getúlio Vargas uma lista tríplice para a escolha do novo reitor. Em 1954 se inicia a construção do prédio da Reitoria da Universidade, concluído em 1957, que passou a abrigar a administração, bem como centralizou as atividades sociais acadêmicas, como formaturas, bailes e grandes apresentações culturais [...] (UFRGS, 2016).

1958 foi o ano em que o Brasil ganhou a Copa do Mundo pela primeira vez. A arquitetura de Brasília aparecia nas belas colunas do Palácio da Alvorada através da arquitetura de Oscar Niemeyer. O momento musical brasileiro é sacudido por João Gilberto lançando Chega de Saudade, o disco fundador da bossa nova. O Cinema Novo entra em cena pela lente de Nelson Pereira dos Santos com o filme Rio Zona Norte, o Brasil se industrializava (SENADO FEDERAL, 2017).

⁷ Tasso Corrêa foi diretor do IBA-RS de 1936 até 1958.

Em 1958 ocorre o Primeiro Jubileu do Instituto de Artes. Data importante não só pela efeméride, mas pela oferta de Locatelli à UFRGS em realizar o mural ‘As Profissões’.

3.3.1 Locatelli e a produção Mural

As obras de Aldo Locatelli no Brasil se tornam cada vez mais uma referência em pintura mural, principalmente da pintura sacra, sendo conhecido como o ‘mago das cores’. Em conferência proferida, sobre Locatelli publicada no jornal Correio do Povo, Caderno Arte & Agenda, 20 de outubro de 2009, Luiz Ernesto Brambatti fala da importância de Locatelli para a pintura mural:

Anualmente ultrapassam 500 mil visitantes na Igreja de São Pelegrino, para ver suas obras, comparadas em grandeza e arte, à capela Sixtina do Vaticano, em quem se inspirou Aldo Locatelli nos seus afrescos, como seguidor de Michelângelo. O que Aleijadinho representa para a escultura barroca religiosa do Brasil, Locatelli representa para a pintura mural, ao lado de Cândido Portinari.

A produção mural do pintor teve outros desdobramentos, inclusive em espaços privados. Para este estudo foram escolhidas aquelas obras civis realizadas para espaços públicos e empresas onde a visibilidade dos murais alcançou o público.

Os murais são as obras mais conhecidas e difundidas de Aldo Locatelli. Não que o artista não pintasse em cavalete, nessa modalidade teve uma produção igualmente vasta, a exemplo da Figura 21.

Figura 21 - ‘O Desolado’



Fonte: Google, 2017

Mas foi na arte mural que se destacou, onde fez sua produção de cunho social, exerceu seu papel docente e deixou seu legado em diversos prédios públicos.

Além da produção artística, Locatelli deixa como documento textual sua tese escrita em 1962, portanto, pouco antes de sua morte, como requisito para provimento efetivo da disciplina de Arte Decorativa do Instituto de Artes da UFRGS (BOHMGHREN, 2009). A tese do artista leva o título de ‘Mural: análise, considerações, método e pensamentos’. Nesta, entre outras colocações, faz a distinção entre mural e painel decorativo. Diferenças estas tanto de técnica como de função:

O painel é estritamente ligado ao ambiente, a sua função é puramente decorativa, mesmo com a representação de elementos Figurativos que podem servir e chamar a atenção do observador para a função do ambiente. A preocupação deverá ser exclusivamente para conseguir um agradável resultado estético; podemos aproveitar elementos da natureza, estilizando-os em formas originais e de bom-gosto. O ritmo, o equilíbrio da composição e a cor são valores primordiais para um bom resultado estético, especialmente se usamos formas abstratas. Entremos no mural que é o nosso problema, e vamos também tentar enfrentá-lo objetivamente, explicando-vos com simplicidade e lógica a preparação técnica adaptada para sua execução.

Sobre o mural, voltando à idade paleolítica, verifica-se que o artista não pintava na caverna em que habitava, mas na reservada às reuniões. Neste ambiente público, o artista pré-histórico deixava a pintura e a escultura como elemento utilitário, para entrar no sentido emocional das coisas com o propósito de transmiti-lo aos seus contemporâneos em um caráter monumental. Este caráter monumental, junto à função decorativa, permite que o homem anônimo se sinta motivo de inspiração para uma exaltação espiritual ou cívica (LOCATELLI, 1962).

Desta forma tem-se classificadas as diferenças entre painel e o mural. A técnica utilizada para realiza-los até poderia ser a mesma, mas como esclarece Armindo Trevisan em ‘Locatelli, o mago das cores’:

Muitos dos trabalhos murais de Locatelli foram executados com tinta óleo sobre tela. Daí estes trabalhos serem chamados de painéis, o que é uma imprecisão, se levarmos em consideração as diferenças apontadas pelo artista, em sua tese entre mural e painel (TREVISAN, 1998, p. 33).

Quanto à intenção, Locatelli, ao defender o conceito de mural como elemento utilitário com o propósito de transmiti-lo aos seus contemporâneos em um caráter monumental, alinha seu conceito ao de Jacques Le Goff (1985) onde a palavra *monumentum* significa ‘um sinal do passado’ ou ‘tudo aquilo que pode evocar o passado’. Portanto, o mural é um monumento:

O monumento tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas ‘é um legado a memória coletiva’ e o reenviar a testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos (LE GOFF, 1985, p. 95).

Cristina Jeannes Rozisky, em artigo intitulado ‘A MEMÓRIA DO PATRIMÔNIO’ sobre aspectos da memória com respeito ao patrimônio e do processo de patrimonialização memorial, a preservação do patrimônio, dos bens patrimoniais enquanto memória, e de identidade e pertencimento, faz colocações sobre a questão monumental do patrimônio e de seu valor agregado como significado:

Monumentos e memórias são únicos e não reproduzíveis e devem portar consigo para o futuro seus elementos caracterizadores e as marcas de sua translação no tempo. Todo cuidado é pouco, pois esses monumentos-documentos, instrumentos e suportes materiais da memória, individual e coletiva permitem infinitas possibilidades de atualização e interpretação ao longo do tempo, por um grupo social ou por uma consciência individual. Oferecendo, sempre, renovadas leituras, que serão cada vez percebidas e apreendidas de modo diverso e podem, continuamente, de diferentes modos, por esta e pelas gerações do porvir, oferecer instrumentos importantes de reflexão para uma adaptação harmoniosa à realidade (ROZISKY, 2013).

Em depoimento para o livro ‘Locatelli, o Mago das Cores’ de Trevisan (1998), a restauradora pictórica Leila Sudbrack faz uma análise sobre o seu trabalho de restauro em obras murais de Locatelli e sobre as técnicas e fundamentos do trabalho do artista assim como sobre a importância da inserção de Locatelli na cena das artes brasileira e, mais especificamente, no RS:

Sem ele não teríamos uma história mural. É um trabalho de enorme prazer, fico extasiada diante da técnica e da expressão de seus personagens. A ele devemos o orgulho de ter, no Rio Grande do Sul, as pinceladas de um verdadeiro mestre italiano. Ele trouxe para nós técnicas e materiais que fazem parte da história da arte. A técnica que ele usou nos murais do Palácio Piratini é a mesma que Michelangelo utilizou na Capela Sixtina. Ambos aprenderam nos mesmos ateliers, por que na Itália cultivam padrões de qualidade e tradições pictóricas que passam de gerações e gerações. Além disso, Locatelli sabia como se inspirar em personagens locais sem abandonar feições italianas, e isso vemos em seus trabalhos[...] (TREVISAN, 1998, p. 82).

As obras de Aldo Locatelli constituem importante aporte artístico e cultural do Estado do RS. A grandeza das pinturas de Locatelli transformou-se numa das maiores riquezas do patrimônio histórico do estado e, sem dúvida, no segmento da pintura religiosa, uma das maiores expressões do Brasil.

A produção mural de Locatelli, de caráter civil, tem objetiva e usa uma linguagem de identificação e de aproximação com o público em geral, público este normalmente longe do meio artístico (BOHMGAREN, 2009).

Foi justamente neste tipo de produção em que o pintor italiano veio a cumprir de modo mais abrangente a sua função social, de comunicar questões ideológicas acerca da identidade cultural gaúcha em prédios públicos [...] (BOHMGAREN, 2009. p. 25).

A produção mural de Locatelli, de caráter civil, tem objetiva e usa uma linguagem de identificação e de aproximação com o público em geral, público este normalmente longe do meio artístico (BOHMGAREN, 2009).

3.3.2 Locatelli e a arte mural na UFRGS

A produção mural na UFRGS coincidiu com o cinquentenário do Instituto de Artes num momento importante no cenário das artes plásticas no RS. Tempo de transição e discussão sobre o academicismo e modernidade, onde a didática de ensino das artes plásticas foi marcada por relações de coleguismo e troca entre professor e aluno (BOHMGAREN, 2009). Dessa época são os murais de Locatelli, aqui destacados pela temática institucional, realizados em 1958 para o Instituto de Artes e a Reitoria da Universidade, conforme descreve (BOHMGAREN, 2012).

Aldo Locatelli é que tem um discurso institucional mais explícito, já que as duas obras, *As Artes* e *As Profissões*, respectivamente para o Cinquentenário do IBA e para a Reitoria, retratam personagens reais da cena local, agentes tanto do sistema de artes quanto do sistema acadêmico do Rio Grande do Sul. Com certeza, há uma carga ideológica em ambos os murais que o artista professor executou em 1958, pois nestes, o pintor situou artistas, diretores, reitores e governantes em cenas compostas com elementos simbólicos ligados ao tema das instituições (BOHMGAREN, 2012, p. 533).

‘*As Artes*’ é um dos mais importantes bens culturais das comunidades artística e universitária gaúchas. Seu valor artístico reconhecido por historiadores e especialistas de arte na obra de Locatelli. BOHMGAREN, 2012, descreve a obra:

O mural *As Artes* constitui uma composição horizontal, em 2,91 x 9,95 m, que ocupa o plano de uma parede situada à direita do observador que entra na Sala 83 do IA-UFRGS. Ao mirar frontalmente a pintura, em um primeiro olhar percebe-se uma cena marcada por dois principais núcleos de concentração de imagens em sua zona central em cores fortes, e equilibrada por outros dois polos menores, nas

extremidades laterais. Estes núcleos Figurativos foram amarrados por uma faixa linear horizontal, em cores de fraca intensidade (BOHMGHAREN, 2012, p. 105).

O mural ‘As Artes’, localizado no 8º andar do prédio do Instituto de Artes executado para o cinquentenário da escola. Este mural foi inaugurado em abril de 1958 por ocasião do Primeiro Congresso Brasileiro de Arte e do Primeiro Salão Pan-Americano de Arte (BRAMBATTI, 2008), conforme a Figura 22:

Figura 22 - Mural ‘As artes’



Fonte: Google, 2017

Ao lado esquerdo de quem olha de frente, foram retratados os rostos no primeiro plano, de Tasso Bolívar Dias Corrêa (1900 – 1977), professor do Conservatório do ILBA-RS, a partir de 1922, foi diretor do IBA-RS de 1936 até 1958....No plano superior da tríade, o rosto de João Fahrion, professor de desenho do Curso de Artes Plásticas do IBA e colega de Locatelli.

[...] Ao lado direito de quem olha o painel de frente, Locatelli pintou os dois fundadores do Instituto Livre de Belas Artes do Rio Grande do Sul - ILBA-RS em 1908: os médicos Olinto Olímpio de Oliveira e Carlos Barbosa Gonçalves, que foi o presidente do ILBA-RS de 1908 até 1913 (BRAMBATTI, 2008, p. 126).

No detalhe do mural ‘As Artes’ estão retratados o professor e escultor Fernando Corona rodeado por estudantes e modelos vivos e do próprio Locatelli, de jaleco branco (BOHMGHAREN, 2012).

O mural ‘As Profissões’ foi concebido, assim como ‘As Artes’, em razão das comemorações dos 50 anos do IA/RS, mas dedicado à Universidade como um todo. A realização do mural coincide com a inauguração do novo prédio da Administração da UFRGS, a Reitoria.

A descrição do Mural, Figura 23, está documentada em livros e diversos trabalhos acadêmicos. Neste estudo se dará ênfase a dois trabalhos: O primeiro foi ‘Locatelli e Fahrion e os murais do Instituto Artes da UFRGS: Tradição e Modernidade’. Este trabalho foi apresentado no XXXII COLÓQUIO CBHA 2012 - Direções e Sentidos da História da Arte na Universidade de Brasília em outubro 2012 por Cíntia Neves Bohmgahren. O segundo é o

livro: ‘Locatelli, o Mago das Cores’ de Armindo Trevisan, lançado em 1998 através de um projeto cultural Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e Governo do Estado do RS pela Lei de Incentivo à Cultura

Para a análise da obra como um todo, o livro de Armindo Trevisan ‘Locatelli, o Mago das Cores’ consegue uma descrição textual, conforme:

Figura 23 - O Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli (1915-1962), óleo sobre tela, medindo 3,62m X 7,94m.



Fonte: fotografia do pesquisador

...’As Profissões’, um óleo sobre tela, que pretende homenagear o papel didático, científico, tecnológico e cultural das Universidades. Também aqui se pode estabelecer uma tríplice divisão sobre um cenário da cidade, cujo céu é atravessado por uma imensa Nike (a Deusa da Vitória), representando o vôo da inteligência. Na secção lateral esquerda, o pintor situa as Figuras alegóricas da Medicina, da Física, da Química, da Agronomia e da Veterinária. Na secção lateral direita, contrapõe as alegorias da Justiça, da Filosofia, da Arquitetura, da Engenharia e da Arte – esta com um pincel na mão (Figurada como pretendem alguns, pela esposa do pintor). No centro equilibram-se as Figuras históricas de dois reitores, com togas e pelerines da função, e a do reitor Eliseu Paglioli, então no cargo, com indumentária civil. A composição é quase arquitetônica, ritmada por duas pausas visuais entre o bloco central e os blocos laterais. Há uma espécie de simetria – morte x vida – entre a Figura deitada de costas à esquerda e a plácida jovem à direita, cuja imobilidade é mais acentuada pelo busto aos seus pés. A quase totalidade das Figuras apresenta-se em posição frontal. É possível ver-se aí uma imagem de autoridade? Não há dúvida de que o aspecto ‘autoridade’ é suavizado pelas atitudes reflexivas das personagens. O frontalismo no caso pode ser um convite à meditação. A alegoria de Locatelli possui harmonia e manifesta, mais uma vez, a extraordinária vocação do pintor para a monumentalidade. As cores são atenuadas, quase em surdina, como se o pintor desejasse estabelecer, ao redor do tema central, uma atmosfera de silêncio. Só as pelerines, de um púrpura cardinalício, sugerem o caráter ritual da academia (TREVISAN, 1998, pp. 133 e 134).

Para a descrição detalhada do Mural, utilizar-se-á o trabalho de Cíntia Neves Bohmgahren que faz parte dos anais do XXXII Colóquio CBHA 2012 - Direções e Sentidos da História da Arte, na Universidade de Brasília em Outubro 2012 (Figuras 24, 25, 26, 27):

Figura 24 - Composição central do Mural



Fonte: detalhe de fotografia do pesquisador

Na Figura 24:

[...] No mural *As Profissões*, composto por Figuras humanas, algumas são retratos de personalidades institucionais e outras são alegóricas. Observa-se o destaque dado à Figura de André da Rocha - quem foi o primeiro Reitor da história Universidade no RS - que além de ter posição de central da composição, tem um detalhado tratamento em sua imagem, na representação fiel a sua fisionomia real, caracterizado pela toga e o barrete¹³ e sentado na Cátedra, em postura reflexiva com a cabeça apoiada na mão direita e o livro no colo. Acima dele são retratados outros importantes membros da academia, solenemente trajados. Um deles é Sarmiento Leite, o Diretor da Faculdade de Medicina, contemporâneo de André da Rocha. À esquerda do observador, em pé, é o próprio Locatelli que se insere na cena institucional acadêmica'. Na base do conjunto, a Figura feminina com véu sobre a cabeça e o busto despido, segura um jarro, representando a sabedoria e a inspiração para as artes e os trabalhos de paz (BOHMGAREN, 2012, p. 533, 534).

Segundo o registro realizado por Brambratti (2008), a Figura feminina, representando as artes tem o rosto inspirado em Franca, sua cunhada.

Figura 25 - Ala esquerda da composição



Fonte: detalhe de fotografia do pesquisador

Na Figura 25:

Na ala esquerda da composição, estão as alegorias da Medicina (fundada em 1908), da sua originária Faculdade de Farmácia e da Agronomia e Veterinária. São caracterizadas pelas vestes e pelos utensílios próprios às respectivas atividades profissionais. É o conjunto das Ciências Biológicas e da Saúde [...] (BOHMGHREN, 2012, p. 534).

Figura 26 - Ala direita da composição



Fonte: detalhe de fotografia do pesquisador

Na Figura 26:

À direita, na extremidade inferior, estão as Artes (1898), sinalizadas pela Figura feminina sentada no chão, com um pincel na mão, a contemplar a totalidade da cena.

A seus pés, estão um violoncelo, uma escultura e um capitel, elementos representam os cursos do IBA: a Música e as Artes Plásticas, pelas disciplinas de Escultura e Pintura. Junto com as Artes e acima destas, estão as Ciências Humanas, representadas pelas alegorias do Direito (1900) e da Arquitetura. O Direito aparece com a alegoria da Justiça, dada pela imagem da deusa grega Têmis. Encimando o conjunto, está a Engenharia, com estruturas e edifícios altos e homens a trabalhar, sinalizando a importância concedida ao conhecimento dado pelas engenharias, como a Geometria e a Química [...] (BOHMGHAREN, 2012, p. 535).

Figura 27 - Nike, a Deusa do Saber



Fonte: detalhe de fotografia do pesquisador

Na Figura 27:

[...] Acima de todas as alegorias, ‘A Figura do Saber delineia-se sobre todas as especializações [...] na forma de uma Figura alada’ Estes signos representam a modernização, almejada naquele momento, para a adequação entre o ambiente universitário e seu papel neste processo, pela via da produção de conhecimento’ (BOHMGHAREN, 2012, p. 535).

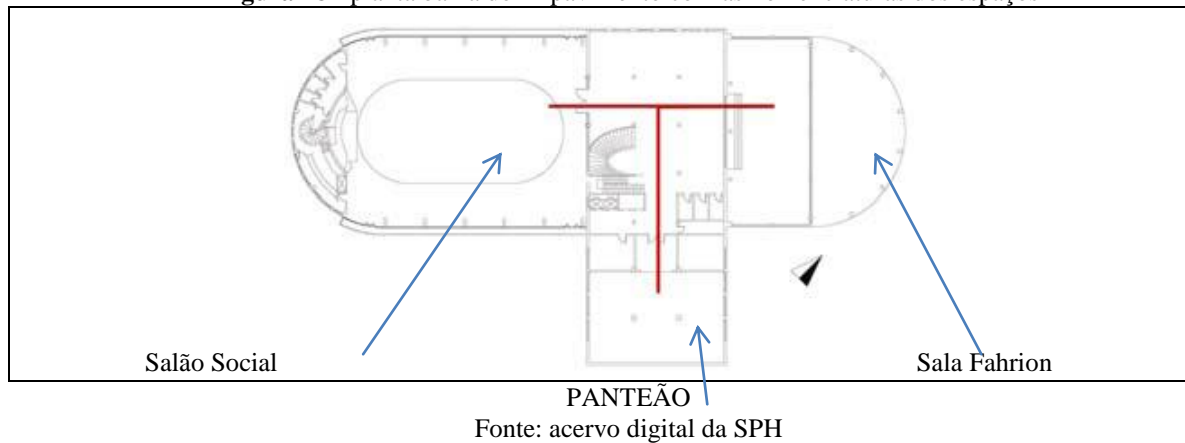
O Mural ‘As Profissões’ está localizado no prédio da Reitoria da UFRGS, classificado pela Secretaria do Patrimônio Histórico - SPH da UFRGS como prédio da 2ª geração que compreende dez edifícios construídos entre 1951 e 1964, representativos do Movimento Modernista, localizado no Campus Central.

Por sua vez, o Campus Central é formado pelo quadrilátero entre as avenidas Osvaldo Aranha, André da Rocha, João Pessoa, Luiz Englert e Paulo Gama os prédios ali edificadas constituem Patrimônio Cultural do Estado do RS, (RIO GRANDE DO SUL-RS, Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000):

Art. 2º - São declarados integrantes do patrimônio cultural do Estado, nos termos e para os fins dos artigos 221, 222 e 223 da Constituição do Estado, os seguintes prédios históricos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, localizados na cidade de Porto Alegre: XIII – o prédio conhecido como ‘prédio da Reitoria’, sito a Avenida Paulo Gama, nº110 (RS, Lei nº 11.525/2000).

As obras do novo prédio da Reitoria foram concluídas em 1957, sendo o 2º andar do prédio destinado às atividades culturais e sociais. Era composto pela Sala Fahrion, o Salão Social e o Panteão da Universidade, conforme mostra a Figura 28 e vista frontal da Reitoria a partir da Av. Paulo Gama. Hoje, o antigo Panteão é a Sala do Conselho Universitário, Figura 29.

Figura 28 - planta baixa do 2º pavimento com as nomenclaturas dos espaços



Acrescente aqui um parágrafo de três a quatro linhas para não deixares duas Figuras seguidas, e atender à regra de formatação e padronização.

Figura 29 - Vista da Reitoria em destaque Sala do Conselho (Panteão).
constituindo parte do corpo do edifício sobre área de pilotis



Fonte: Anais Científicos (1958).

O prédio da reitoria da UFRGS pertence ao grupo de prédios tombados de 2ª geração possui expressivo valor histórico-cultural no contexto urbano da cidade de Porto Alegre.

3.3.3 Um Lugar de Memória

No trabalho desenvolvido pela arquiteta e urbanista Janaína Carla Dalarosa para a Restauração do Complexo da Reitoria da UFRGS (2007) e apresentado no 7º Seminário do Comomo_Brasil em 2007, a Sala do Conselho assim está descrita:

Panteão: Ao longo de sua história esse espaço tem sua nomenclatura e uso alterados. Originalmente chamado de Panteão era destinado a eventos. Posteriormente passa a ser utilizado como Sala do Conselho Universitário. Esta sala situa-se sobre o pilotis no térreo. No que concerne à volumetria da edificação pertence ao corpo da mesma, porém se encontra inserida no pavimento da base retangular que atravessa o corpo, o que constitui uma falta de pureza entre a composição volumétrica e a funcionalidade das partes. (DALAROSA, 2007, p. 9).

Nas diferentes fontes pesquisadas para este estudo, tem-se que o mural ‘As Profissões’ foi realizado para a sala do CONSUN da UFRGS. Entretanto, de acordo com Dalarosa (2007) descrito acima, pode-se tecer algumas considerações pertinentes tanto a Obra como ao espaço a ela designado.

Os eventos que se desenrolaram entre a inauguração do prédio da Reitoria (1957), a realização do Mural e a transformação do Panteão da UFRGS em Sala do Conselho (1958) estão imbricados e não claros. Sabe-se também, por cultura institucional na UFRGS, que os

espaços projetados e construídos para um fim, posteriormente mudam de função. Este foi o caso.

Portanto, não se pode descartar a possibilidade de que a realização do Mural tenha ocorrido na transição de funções do espaço.

Os indícios para esta hipótese podem estar na análise dos detalhes na concepção do próprio Mural (Figuras 30 e 31).

Figura 30 - detalhes do Mural



Fonte: fotografia do pesquisador

Conforme Figura 30 Locatelli concebe a Universidade representada através de seus próceres e seus misteres tendo não só como pano de fundo, mas como plano inferior (detalhe na Figura 31), uma Porto Alegre 'terrena'. A atmosfera de composição do mural 'As Profissões' coloca a UFRGS como um Olimpo institucional, um Olimpo digno de um Panteão.

Figura 31 - detalhes do Mural



Fonte: fotografia do pesquisador

Esta modificação ou transição de um espaço para outro, a possibilidade de alteração de função do espaço, durante a concepção da obra pode dar ao Mural a condição de memória do Panteão, memória de um lugar que existiu brevemente e merece o registro realizado.

É neste conjunto e contexto arquitetônico que está localizado o Mural, para aquele espaço o qual foi concebido: dado as dimensões do Mural, 3,62m X 7,94m foram concebidas proporcionalmente à espacialidade da sala. ‘As Profissões’ está carregado de pompa e circunstância sem perder a escala humana como referência. O Mural tem, na Sala do Conselho Universitário, o órgão máximo de função normativa, deliberativa e de planejamento da Universidade nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar, seu lugar de reconhecimento, identidade e testemunho.

3.3.4 O Restauro de ‘As Profissões’

Durante o desenvolvimento da pesquisa, várias apresentações e trabalhos sobre o estudo foram realizados à guisa de preâmbulo para essa dissertação. Estes auxiliaram a mostrar a importância do Mural tanto para a instituição UFRGS como para a comunidade em geral. Somem-se a isto, a comemoração do centenário de nascimento de Aldo Locatelli, em meio ao estudo, fez com que a Universidade voltasse seu olhar com mais atenção à obra buscando, pela primeira vez, executar a limpeza e o restauro do Mural, entre dezembro de 2016 e janeiro deste ano, desde que foi concebido há quase 60 anos.

O processo de restauração de obras de artes tem características bem delineadas conforme publicação em matéria do Estadão no Caderno de Cultura em 23 de julho de 2002:

O restauro de obras de arte é um trabalho de bastidores, minucioso e, sobretudo, invisível... No trabalho de um restaurador-conservador, o primeiro passo é o levantamento de todos os problemas de degradação da obra. Uma pesquisa sobre o artista, as técnicas empregadas por ele, seu processo de produção e suas características são o modo de se chegar à conclusão de qual a melhor técnica a ser usada... o trabalho engloba cuidar dos suportes, por exemplo, retrabalhar um chassi danificado (A difícil arte de recuperar obras de arte, Estadão, 23/07/2002).

Figura 32 - A retirada do Mural para restauro

Fonte: Google, 2017

O restauro foi uma ação isolada da administração da UFRGS através da Secretaria do Conselho Universitário que obteve aporte de recursos da Fundação Médica do RS (recurso extra orçamentário não planejado) e foi orçado e executado com valor total de R\$ 82.350,00 distribuídos da seguinte forma: para o restauro da obra R\$ 54.500,00. Para a parte de marcenaria, bastidor e serviço de retirada, Figura 32, e recolocação do Mural, R\$ 27.850,00 (Secretaria do CONSUN/UFRGS). A Figura 33 apresenta alguns detalhes das etapas de restauro deste.

Figura 33 - Etapas do Restauro

Fonte: montagem de imagens em Google, 2017

O restauro está registrado em um especial realizado pela UFRGS TV e veiculado pela emissora da Universidade (ver em: <http://www.ufrgs.br/tv/programas/acontece>) e nas redes sociais (ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=8TgLNrNMMxY>). Este documentário mostra as etapas do restauro desde sua retirada da Sala do Conselho da Universidade, sua limpeza, restauro, até sua reposição à sala do CONSUN, conforme mostram as Figuras – 34 e 35.

Durante a execução do restauro evidenciou-se, aos profissionais envolvidos, que o Mural estava em ótimas condições de conservação, situação está apontada em razão do espaço onde este se encontra ser de uso restrito as sessões do Conselho Universitário, havendo apenas, nestes 60 anos, ocorrido a ação dos cupins no batente da obra (ESPECIAL ‘As Profissões’ UFRGS TV, 2017).

Figura 34 - A recolocação do Mural



Fonte: Google, 2017

Figura 35 - mural 'As Profissões' restaurado e recolocado na Sala do Conselho



Fonte: fotografia do pesquisador

A cena parece adequada para o espaço físico da Sala do Conselho Universitário, onde se reúnem diretores de todos os cursos com o Reitor, para discutir questões próprias e o bem comum. (BOHMGAHREN, 2012, p. 535).

Locatelli não só contribuiu às artes do estado e do país, mas o fez de forma a conferir identidade ao Estado e suas instituições. Conforme Zila Bernd em BRAMBRATTI, 1998, p. 12 “Esforço incomparável, realizou Aldo Locatelli – usando não a pena, mas tintas e pincéis e cores – para resgatar a memória coletiva no sentido de perenizá-la, ofertando ao Estado o que

de melhor se produziu na arte mural sul-riograndense”. Os murais de Locatelli estão repletos de valores de uso pelo o que ele é, uma obra de arte. E de não uso pelo que representa em termos memoriais e de identidade. Ambos os valores são analisados no próximo capítulo.

4 O VALOR ECONÔMICO PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

A importância de se estudar o patrimônio em geral e suas matizes culturais está vinculado a um processo de transmissão de significados, valores, conhecimentos e crenças; em resumo: a um modo de viver. A existência deste conjunto de saberes e inteligências é condição primordial para a preservação e manutenção da identidade cultural. É o que a torna única. Na esteira dessa ideia, o presente capítulo visa através dos agentes públicos que tem o poder discricionário de determinar o que é patrimônio cultural, e da mesma forma, tem a chancela singular do instituto do tombamento e sob sua responsabilidade legal a tutela da preservação, manutenção e restauro deste mesmo patrimônio.

4.1 A CONCEPÇÃO DE VALOR ECONÔMICO

A conceituação de valor econômico para bens em geral, está fundamentada nas escolas marxista e neoclássica. Para Marx, o valor de um bem está associado à quantidade de trabalho socialmente incorporado à sua produção (SILVA, 2013), Teoria do Valor-Trabalho, e de outro lado está o conceito Neoclássico onde seu valor é determinado pela sua utilidade, Teoria do Valor-Utilidade. Na Teoria do Valor-Trabalho o valor de troca de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho necessário para produzi-la, havendo ou não demanda para que o valor deste bem corresponda ao tempo de trabalho dedicado a ele. Marx “[...] parte, portanto, do princípio de que o homem é quem produz sua própria existência, sendo o trabalho o único meio de fazê-lo. Assim, o objetivo da investigação marxista não é o valor, mas a mercadoria[...]” (BELLUZZO, 1998, p. 146).

A teoria do valor-utilidade é uma teoria econômica que está calcada em medidas subjetivas na qual o consumidor obtém satisfação ou felicidade na aquisição ou fruição em um determinado bem ou cesta de bens, atendendo os preceitos estudados na microeconomia sobre o comportamento de consumo dos indivíduos e das famílias, onde o valor nasce da relação do homem com estes mesmos bens. (SILVA, 2013).

As duas teorias não são excludentes, pois a ciência econômica utiliza-se de ambos os conceitos para o estudo dos bens e serviços produzidos, ofertados e consumidos por um sistema econômico.

Para esta pesquisa, utilizar-se-á a noção de valor que se aplica à teoria do valor-utilidade por estudar o comportamento e as preferências dos indivíduos com relação aos

bens culturais, pois permitem distinguir os bens públicos dos privados, suas características de efeitos sociais, econômicos e ambientais chamados de externalidades⁸ e que definem os bens quanto, ao acesso ou indivisibilidade, a não rivalidade, a não exclusividade (MENDES, 2007).

Aos conceitos e entendimentos sobre bens culturais aliam-se os conceitos utilizados pela Economia da Cultura, como em Throsby (2001) para quem a definição de patrimônio é um tanto elástica, compreendendo leis, regulamentos, tratados e convenções que definem formalmente o patrimônio. Como parte integrante do capital cultural, o patrimônio representa uma forma de reunir a necessidade dos experts em cultura para dar valor ao patrimônio.

4.2 A CONCEPÇÃO DE VALOR PARA O PATRIMÔNIO CULTURAL

Seja pela diversidade, raridade ou pelo caráter singular do patrimônio cultural, o valor dos bens patrimoniais culturais afasta-se da lógica de mercado e dos conceitos tradicionais da economia. Estes bens, geralmente de caráter público, não encontram mercado que os transacione (VALIATI, 2010). Além disso, para Frey (2000), a conservação deste patrimônio, dispendiosa, que na maioria das vezes é realizada pelo agente público, necessita atribuir um valor de mercado hipotético para, desta forma, possibilitar a tomada de decisões políticas e econômicas quanto a seu restauro, conservação e manutenção:

Estos costes existen, aunque no tengan expresión monetaria ni estén contabilizados en ningún balance. Suelen pasarse por alto en las decisiones políticas y administrativas, si bien deberían tomarse en cuenta en toda decisión socialmente equilibrada. Por otra parte, la conservación del patrimonio cultural público requiere gastos corrientes para reparar y preservar los objetos (FREY, 2000, p. 174).

Para estes bens públicos, não existem mercados onde os apliquem para conferir valores monetários, de forma a impedir a supressão desses bens e passar a tratá-los como sem valores e por isso sem custo. As técnicas de valoração podem contribuir para uma ação mais eficiente dos gestores. Ao estimar o preço destes recursos, verifica-se que o valor econômico deriva de seus atributos que podem estar associados ao uso presente ou futuro, direto ou indireto e ao não somente ao uso através dos valores de existência. A determinação do preço

⁸ As externalidades são definidas como efeitos colaterais não intencionais de produção e consumo que afetam positivamente ou negativamente terceiros. A externalidade surge a partir das falhas de mercado ou como resultado da falta de um mercado para alocar estes efeitos colaterais. Ela ocorre pela definição indevida ou indefinição de direitos de propriedade e responsabilidade, custos de transação ou característica de uso comum dos recursos (i.e. o ar), entre outras razões. Leia mais: Externalidades no setor de energia elétrica: soluções e desafios, (Botelho, 2013).

desses bens e serviços também auxilia na determinação de seu custo de oportunidade (BARBOSA, 2014).

Da mesma forma, as soluções de preservação podem estar vinculadas as questões de conceituação de patrimônio ao se valer das teorias para estabelecer o seu valor econômico. Quando se conceitua o patrimônio, faz-se em função de seu valor. Esta é a condição primeira que o caracteriza. “O patrimônio não é valioso por ser patrimônio, e sim é patrimônio por que é valioso” (BARREIRO, 2012, p. 36). Esta conversão de objetos e artefatos em patrimônio acontece quando alguém ou algum ato humano reivindica valor a esse bem determinado. Tanto o processo objetivo de valor (mercado real) como o processo subjetivo de valor (mercado hipotético) pode ser traduzido através da materialidade e/ou imaterialidade do patrimônio.

Com relação aos valores imateriais do patrimônio cultural, Throsby (2001) e Frey (2000) estabeleceram valores de dimensão intangível, os quais podem ser utilizados como referenciais em métodos para produção de valores econômicos estimados aos bens patrimoniais culturais conforme Quadro 4:

Quadro 4 - Valores que expressam as dimensões intangíveis do patrimônio cultural

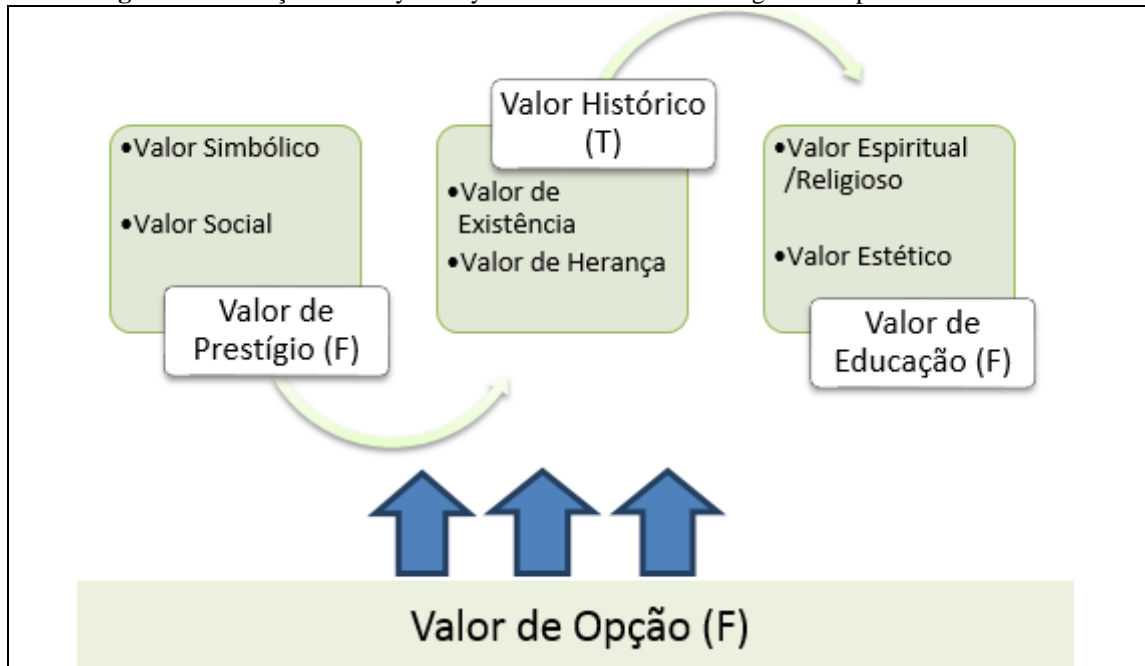
THROSBY	FREY
– Valor histórico: uma importante componente do valor cultural de um trabalho de arte pode ser as suas conexões históricas, como é que reflete as condições de vida ao tempo em que foi criado e como é que ilumina o presente pelo provimento de um sentido de continuidade com o passado	- valor de existência: refere-se aos benefícios advindos da mera existência da cultura, ainda que alguns indivíduos não participem de quaisquer atividades culturais;
– Valor simbólico: trabalhos de arte e outros objetos culturais existem como repositório e meio de transmissão. Se um indivíduo ‘lê’ um trabalho de arte, isso envolve a extração de um significado, então o valor simbólico do trabalho abrange a natureza do significado transmitido pelo trabalho e o seu valor para o consumidor;	- valor de prestígio: surge na medida em que algumas instituições contribuem para o surgimento de um sentimento de identidade nacional ou regional;
– Valor social: o trabalho pode transmitir um sentido de conexão com outros e pode contribuir para a compreensão da natureza da sociedade onde nós vivemos, gerando um sentido de identidade e lugar;	- valor de opção: refere-se aos benefícios que decorrem da possibilidade de participar de acontecimentos culturais, ainda que de nenhum se participe;
– Valor espiritual / religioso: este valor pode ser interpretado num contexto formal religioso, tal que o trabalho tem particular significado cultural para os membros de uma determinada fé religiosa, tribo ou outro grupo cultural;	- valor de educação: está ligado à contribuição da cultura para o desenvolvimento do pensamento criador de uma sociedade;
– Valor estético: propriedades de beleza, harmonia, forma e outras características estéticas do trabalho. Também se pode considerar outros elementos, influenciados pelo estilo, moda e o bom ou mau gosto.	- valor de herança: refere-se aos benefícios auferidos da possibilidade de deixar um legado cultural às gerações futuras.

Fonte: Quadro elaborado pelo pesquisador, com base em Throsby (2001) e Frey (2000).

O Quadro 4 considera valores que não refletem o mercado regular onde os conceitos clássicos comandam as transações econômicas. Entretanto, a utilização destes valores, para a estimação de um possível valor econômico, é indispensável para uma tomada de decisão política e/ou administrativa quanto ao um bem patrimonial público. Portanto, a estimação de valor econômico do patrimônio cultural passa pela utilização de valores de uso (mercado) e valores de não uso (imateriais ou intangíveis).

As dimensões imateriais ou intangíveis atribuídas ao patrimônio cultural por Bruno Frey (2000) e David Throsby (2001) separadamente, e que respaldam seus modelos, cada um ao seu modo, formadores de valor econômico, são, ao mesmo tempo, transitivos e complementares quando relacionados entre si. Para ilustrar apenas uma das possibilidades relacionais, a Figura 36 demonstra o entrelaçamento de valores tendo as dimensões de *prestígio, histórico e de educação*, encabeçando os blocos de associações de valores pertencentes ao do outro teórico assim como as vinculações entre os blocos. No exemplo cita-se o Valor de Prestígio de Bruno Frey onde as instituições contribuem para o surgimento de um sentimento de identidade nacional ou regional que está identificado aos valores definidos por David Throsby (2001) sobre o valor simbólico, que abrange a natureza do significado transmitido pelo trabalho e o seu valor para o consumidor, e sobre o valor social de transmissão de um sentido de conexão com outros e pode contribuir para a compreensão da natureza da sociedade onde nós vivemos, gerando um sentido de identidade e lugar.

Figura 36 - Relação Throsby x Frey entre as dimensões intangíveis do patrimônio cultural



Legendas (T) Throsby, (F) Frey. Fonte: elaborado pelo pesquisador com base em Throsby (2001) e Frey (2000)

Um olhar sobre o patrimônio cultural através das questões teóricas de valor, permitindo a conceituação de valores de uso e de não uso, visando à formação e produção do seu valor econômico, vai ao encontro das necessidades dos entes públicos que detêm a propriedade e/ou a tutela dos bens patrimoniais culturais. Ao estabelecer políticas de condução destes bens, as instituições públicas, no mais das vezes, não dispõem de conhecimento ou não contam com instrumentos adequados de aferição que proporcionem um cenário de avaliação e de tomada de decisão estratégica. Conforme TRHOSBY (1999) quando se fala de patrimônio cultural se faz referência ao capital cultural:

[...] podemos definir capital cultural como um ativo que contribui para o valor cultural. Mais precisamente, o capital cultural é o estoque de valor cultural incorporado em um bem. Este estoque pode, por sua vez, dar origem a um fluxo de bens e serviços ao longo do tempo que podem ter valor cultural e econômico. O ativo pode existir em formato tangível ou intangível. O estoque de bens de capital cultural tangíveis existe em edifícios, estruturas, locais dotados de significado cultural (comumente denominado 'Patrimônio Cultural' e obras de arte e artefatos existentes [...]), como pinturas, Esculturas e outros objetos (TRHOSBY, 1999, p. 6).

Desta forma, estudar a preservação do patrimônio e bens artísticos e culturais, capital cultural, e dimensioná-los economicamente pelo seu valor de uso e não uso é pertinente pela importância de seus atributos de testemunho histórico de uma determinada época grupo social e acontecimentos sociopolíticos que lhe confere a classificação de patrimônio cultural

realçando o seu valor cultural, de memória e institucional. Ao mesmo tempo, permite ao ente público ampliar seu valor patrimonial, podendo dimensionar o valor cultural de seus bens artísticos através da busca dos valores patrimoniais do bem ao incluir o seu valor econômico, sendo este medido pela importância que um indivíduo ou sociedade dá a determinado bem ou serviço, seja para uso pessoal ou da coletividade.

Este dimensionamento pode ser alcançado pela utilização de métodos de valoração econômica que funcionam como ferramenta para aplicação de valores na ausência de mercados regulares, lançando mão dos chamados ‘mercados de recorrência’ para estimar valor, em termos monetários, utilizando-se de valores e conceitos transdisciplinares das ciências humanas, sobre questões patrimoniais e memoriais, aliados à teoria econômica como ciência aplicada.

A exemplo de manuais e normas internacionais de valoração econômica existentes como *The International Valuation Standards Council* (IVSC, 2017) e *The Dutch Manual for Costing in economic evaluations* (CAMBRIDGE, 2017), dirigidos para valorar tipos específicos de bens, no Brasil, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) publicou, em 2009, um conjunto de normas, a saber: as normas brasileiras NBR 14653-2; NBR 14653-3 e a NBR 14653-5, que orientam para a avaliação de bens, orienta para que a preferência seja dada ao um método comparativo direto com dados do mercado, conforme a natureza do bem a ser avaliado. Com relação aos bens que não encontram mercado regular e lançam mão das metodologias amparadas na disposição a pagar (DAP), estas utilizam a NBR 14653-7 sobre a avaliação de bens de patrimônios históricos e artísticos (ABNT, 2017). Nessa norma brasileira estão elencados os métodos de valoração econômica: método dos preços hedônicos, método do custo viagem, método de custo de oportunidade e método de avaliação contingente.

Baseado na normatização brasileira far-se-á uma breve descrição dos métodos elencados pela NBR 14653-7 os quais servem para avaliação de bens de patrimônios históricos e artísticos como é o foco deste estudo.

4.3 MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONÔMICA

Os estudos de valoração econômica apresentam um feixe de métodos que são utilizados conforme as características apresentadas pelo bem/recurso a ser trabalhado.

Dos quatro métodos abrangidos pela NBR 14653-7, o Método do Custo de Oportunidade está classificado como um método da Função de Produção que atribui valor ao recurso que seja estudado por sua contribuição como insumo ou fator de produção no resultado de determinado produto negociável no mercado. Assim, a empresa sabendo a margem de contribuição do recurso ambiental em seu produto ou serviço pode estabelecer um valor de referência para melhor gerenciar sua utilização (FURIO, 2006), este não é o foco deste trabalho.

Os demais métodos abaixo descritos representam um bem que não tem preço observável ou observável parcialmente, utilizam como base de cálculo a percepção da população diante do bem ou recurso, assim como a maneira de captação da disposição em pagar, seja direta ou indiretamente, esta determinante para a classificação do método direto de valoração a ser utilizado (BRANDLI et al., 2006).

4.3.1 Método dos Preços Hedônicos - MPH

É um método utilizado para estabelecer o valor de propriedades, partindo do princípio que as características ambientais interferem nos benefícios dos moradores, e afetam também o preço de mercado das residências. (SILVA 2008,). O método hedônico utiliza além das características estruturais, como a área construída e o número de cômodos, e das características ambientais do local de construção, também os índices socioeconômicos da região. A norma NBR-14653-6 (2009) determina, quanto ao método de preços hedônicos, que no caso de sua aplicação no mercado imobiliário, farão parte do modelo as características quantificáveis que expressam, indiretamente, a disposição a pagar ou a receber pelo recurso ambiental e sua influência específica no preço do bem. Ou seja, o Método dos Preços Hedônicos está substancialmente relacionado aos preços de propriedades.

Este método requer significativa base de informação, de alta confiabilidade, uma vez que a qualidade dos dados levantados poderá afetar sensivelmente a qualidade e a precisão das estimativas resultantes (TOLMASQUIM et al., 2000, p. 36).

A função relacionada, conforme Maia et al. (2004 apud SILVA, 2013), ao preço de uma propriedade pode, por exemplo, ser representada a partir de:

$$P(i) = P(Ri, Sei, Ai) \quad (1)$$

Onde:

P(i): Preço da propriedade.

Ri: Características da residência, área construída, etc.

Sei: Características socioeconômicas da região onde está a propriedade.

Ai: Características ambientais onde se encontra a propriedade (SILVA, 2013).

Sendo as características ambientais vetor da variação marginal que permitiria identificar a diferença no preço do imóvel (SILVA, 2013).

4.3.2 Método do Custo de Viagem - MCV

O Método do Custo Viagem deriva de uma demanda dos bens ou serviços ambientais com base nas atividades de recreação disponíveis em um ambiente natural e dos custos incorridos para ter acesso a tais atividades, ou seja, será estimado pelos gastos dos visitantes:

O valor do recurso ambiental será estimado pelos gastos dos visitantes para se deslocar ao sítio, incluindo transporte, tempo de viagem, taxa de entrada e outros gastos complementares. A principal vantagem deste método é que não será necessária a criação de mercados hipotéticos, e o comportamento realizado a partir da observação, tendo como recurso as entrevistas (BRANDLI et al., 2006, p. 8).

Este método pode ser aplicado individualmente ou por áreas residenciais definidas pela distância do bem natural objeto da valoração do método. Desta forma a aplicação de um questionário é necessária para traçar um perfil dos frequentadores do ambiente de recreação ou parque. A aplicação do questionário busca identificar as variáveis de renda, realizando a correlação entre a taxa de visitação, o deslocamento, o custo da viagem e outras variáveis sócio econômicas (BRANDLI et al., 2006).

A função Método do Custo de Viagem, conforme Abreu et al. (2008), com base nas informações colhidas no questionário para o custo de viagem pode ser expressa:

$$V = f(CV, Z1, \dots, Zn) \quad (2)$$

Onde:

V: Taxa de Visitação.

CV: Custo de Viagem.

Z: Variáveis Socioeconômicas (ABREU et al., 2008).

Conforme Silva (2013) o método do custo de viagem, de alguma forma, pode refletir a utilidade ou, no mínimo, a importância que um indivíduo atribui a um bem cultural pelos custos de transporte, tempo de deslocamento, valor do ingresso, alimentação, compra de souvenirs, e tempo de permanência ao se deslocar de sua residência até o bem ou equipamento cultural.

4.3.3 Método da Valoração Contingente (MVC)

O MVC é usado para estimar valores econômicos para todos os tipos de recursos. Ele pode ser utilizado para estimar os valores tanto para uso e não uso, e é o método mais utilizado para estimar os valores de não uso. O MVC envolve perguntar diretamente as pessoas, em uma pesquisa, o quanto eles estariam dispostos a pagar ou receber por recursos específicos. Ele é chamado de valoração contingente, porque as pessoas são convidadas a indicar a sua disponibilidade para pagar ou receber, dependendo de um cenário hipotético específico com descrição objeto de valoração.

O MVC é um método de preferência declarada, porque ele pede às pessoas para indicar diretamente seus valores, ao invés de inferir valores de opções reais, como os métodos de preferência revelada fazem. O fato de este ser baseado no que as pessoas dizem que fazem, ao contrário do que as pessoas são observadas fazendo é a principal característica a favor e contra (EMA, 2017).

A valoração contingente é uma das únicas maneiras de atribuir valores para valores de não-uso de bens e recursos. Os valores de não-uso não envolvem compras no mercado ou participação direta. Estes valores são, por vezes, referidos como grandeza de uso passivo. Eles incluem tudo, desde as funções de suporte básico da vida, associados com a saúde do ecossistema e da biodiversidade, até a amenidade de uma vista panorâmica ou uma experiência de deserto, para apreciar a observação de pássaros no futuro, ou o direito de

herança as opções para as futuras gerações. Ele também inclui a utilidade que as pessoas atribuem em simplesmente saber que determinados bens existem.

[...] pode, a priori, ser usado para a valoração de qualquer benefício ambiental. Além disso, sendo que, ao oposto das demais técnicas, não se trata de deduzir preferências a partir de dados, pode-se pensar que a medida do valor assim obtida é a mais acurada por ser ela deduzida de perguntas específicas, precisas e diretas, a respeito do benefício potencial do projeto analisado. Inicialmente utilizada para estimar benefícios de ordem estética, a valoração contingente é essencialmente empregada quando se pretende captar valores de existência (MATHIEU, 2000, p. 93).

No entanto, o fato de que o MVC é baseado em perguntar às pessoas, ao invés de observar seu comportamento real, é fonte de grande controvérsia. Os problemas conceituais, empíricos e práticos associados ao desenvolvimento de estimativas de valor econômico, com base em como as pessoas respondem a perguntas hipotéticas sobre situações hipotéticas de mercado, são debatidos constantemente na literatura econômica, apontando os prós e contras do método.

Como ponto positivo, pode-se ressaltar:

Além disso, trata-se de uma metodologia flexível capaz de mensurar o valor de praticamente qualquer bem. A economia da cultura é uma área que sofre com a dificuldade em mensurar os benefícios e valores de serviços ou bens muitas vezes intangíveis e não totalmente capturados por análises de receitas geradas. Por fim, cabe ressaltar a qualidade e a simplicidade dos resultados, que vêm se mostrando estatisticamente significativos e passíveis de análises cruzadas com características demográficas ou geográficas. (FLORISSI et al., 2008, p. 4.)

Para a aplicação do Método de Valoração Contingente, conforme FLORISSI et al. (2008,) existe, como ponto negativo, a dificuldade em valorar bens para os quais não existe mercado. Por hábito as pessoas fazem suas escolhas entre bens de mercado; fora do mercado há muito pouca ou quase nenhuma experiência. Essa situação pode gerar dificuldade em compreender completamente a pergunta de valoração contingente o que impossibilita a obtenção de bons resultados. Portanto a utilização do MVC, de acordo com Richard Carson et al. (2001) exige atenção do pesquisador ao desenvolver o conteúdo a ser questionado:

O desenvolvedor de um estudo de valoração contingente deve tornar o bem a ser valorizado compreensível para a população de interesse. Precisa transmitir informações detalhadas suficientes para convencer os entrevistados de que o fornecedor poderá 'entregar' o bem. O mecanismo de pagamento deve ser crível para os entrevistados, para que eles acreditem que eles realmente poderiam ter que pagar pelo bem. Finalmente, para garantir que os entrevistados forneçam respostas reflexivas às questões, eles precisam ser informados de que os dados que estão fornecendo serão usados no processo de tomada de decisão (CARSON et al., 2001, p. 180).

Na esteira das controvérsias e cuidados que podem advir da utilização do método, Richard A. Epstein avalia que o MVC continuará a ser usado até que alguém venha com nova metodologia para substituí-lo, sendo enfático:

Minha própria opinião é que a avaliação contingente continuará a ser usada até que alguém venha com um método alternativo o suficientemente poderoso para deslocá-lo. Após mais de 50 anos de tentativa, duvidamos que isso seja feito (EPSTEIN, 2003, p. 260).

Uma das principais colocações e questionamentos feitos por Richard Epstein, 2003, é não restringir o uso da avaliação contingente as questões de avaliações ambientais e culturais que não são avaliadas em mercados regulares. Para ele, seria um erro assumir que a necessidade de recorrer à avaliação contingente é limitada a essas áreas. “Na verdade..., a questão da avaliação contingente é generalizada em todas as áreas, mesmo aquelas que lidam com bens particulares clássicos” (EPSTEIN, 2003, p. 261).

Essa pesquisa utilizou do MVC devido a importância dos valores de não-uso e os seus níveis potencialmente significativos.

4.3.4 Etapas da Aplicação do Método de Valoração Contingente:

Para a aplicação do MVC é necessário o cumprimento de um trajeto metodológico que pode ser dividido em etapas conforme demonstrado no Quadro 5. Todas as etapas têm sua parcela de importância e devem ser executadas sequencialmente, pois são interdependentes.

Quadro 5 - Etapas para a aplicação do MVC

Etapa 1:	Definição do objeto a ser avaliado
	A primeira etapa consiste em definir o problema de avaliação. Isso inclui determinar exatamente quais os serviços ou bens que estão sendo avaliados, e quem é a população relevante.
Etapa 2:	Tomada de decisões
	A segunda etapa é tomar decisões preliminares sobre a própria pesquisa, inclusive como ela será conduzida por e-mail, telefone ou pessoalmente, o tamanho da amostra necessária, perfil do público alvo e outras questões relacionadas à pesquisa. As respostas dependerão, entre outras coisas, da importância da questão de avaliação, a complexidade das perguntas e o tamanho do orçamento de pesquisa.
Etapa 3:	Testagem do questionário (Piloto)
	A próxima etapa geralmente começa com entrevistas iniciais para poder calibrar a pesquisa de acordo com as especificidades locais. No início da pesquisa, os pesquisadores fazem perguntas gerais para um pequeno grupo, incluindo questões sobre a compreensão das questões relacionadas com a área, procurando saber se a população local está familiarizada com sua área e como eles valorizam estas características e os serviços proporcionados.
Etapa 4:	Aplicação do questionário
	A etapa seguinte é a aplicação da pesquisa completa. A primeira tarefa é selecionar a amostra da pesquisa, esta deve ser uma amostra aleatória da população relevante, usando métodos de amostragem estatística.
Etapa 5:	Análise dos dados
	Finalmente, a última etapa é compilar, analisar e relatar os resultados. Os dados são analisados, utilizando técnicas estatísticas. Na sua análise, os pesquisadores também tentam identificar quaisquer respostas que não expressem o valor do entrevistado.
Etapa 6:	Aplicação dos resultados
	A partir da análise, os pesquisadores podem estimar o valor médio para um indivíduo ou para uso doméstico na amostra, e assim extrapolar para população relevante, a fim de calcular os benefícios totais a partir do local.

Fonte: EMA, 2017

Todas as etapas têm sua parcela de importância e devem ser executadas sequencialmente, pois são interdependentes.

4.3.5 A Aplicação do Método à pesquisa

A metodologia aplicada no trabalho consiste no método do *Referendum* com viés *Open-Ended* para a valoração contingente, que são elucidados no que segue.

O questionário aplicado nesta pesquisa disponibilizou a seguinte pergunta: “Vamos imaginar uma situação em que, para poder ter acesso à visitação ao Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli durante todo o ano, as pessoas tivessem que pagar algum valor: o quanto você estaria disposto a pagar para visitar o Mural?” Com os possíveis valores R\$ 10,00, R\$ 15,00, R\$ 20,00 e, posteriormente, abrindo a possibilidade de valor a ser atribuído pelo respondente.

Na pergunta que responde a DAP, estão os elementos referentes a dois métodos para o MVC, quais sejam: o método do *Referendo* e o método no formato de *Open-ended*. O método

do *Referendo*, está representado através dos valores pré-selecionados, na forma de um plebiscito hipotético (Green et al., 1998), forma um perfil da função de distribuição acumulada da disponibilidade de pagamento. Já o método *Open-ended* está presente através da possibilidade do respondente se manifestar sobre o quanto ele está disposto a pagar pelo bem.

Os dois métodos apresentam problemas de eficiência estatística. No caso do *Referendo*, o método requer amostras robustas para atingir um nível de precisão em relação ao *Open-Ended* (Green et al. (1998). Este estudo contempla o requisito. Segundo esse mesmo autor, o método *Open-Ended* apresenta o problema de grande número de respostas nulas ou em branco, associadas a protestos relativos ao pagamento além incluir uma proporção, significativa, de respostas consideradas com valores muito altos para serem confiáveis.

Portanto, a ênfase maior neste estudo - método do *Referendo*, além de ser um instrumento socialmente aceitável, está associado à tentativa de evitar respostas nulas e em branco ou no oposto à distorção de valores altos através da utilização de valores que não sejam economicamente satisfatórios.

A questão do método utilizado na construção do questionário é importante tanto do ponto de vista logístico como estatístico. Colocar em campo um questionário para 250 respondentes, amostra desse estudo, é um trabalho denso mesmo com a utilização das redes sociais como pontos de captação de respostas. Optou-se por não colocar dois questionários, um para método do *Referendo* e outro para o *Open-Ended*, o que geraria o dobro de amostras a serem trabalhadas, preferiu-se, por fim, a utilização de um questionário contemplando a possibilidade de respostas aos dois métodos (ver Anexo A).

Na literatura, encontram-se formas de eliciação do valor em exemplos similares assim como precedentes para tal *approach*. Conforme método elencado por Silva, 2013:

Referendo com acompanhamento (mais de um valor) – recentemente, observa-se a utilização de outra forma mais sofisticada de escolha dicotômica. Conforme a resposta dada à pergunta inicial, é acrescida uma segunda a pergunta iterativa. Por exemplo, se o entrevistado responde que está disposto a pagar R\$ X será perguntado em seguida se pagaria R\$ 2X ou (R\$ 0,5X, responde-se não a pergunta inicial) (SILVA, 2013, p. 152).

Note-se que o método acima exposto é de eliciação total, ou seja, o questionado não tem nem a opção de, respondendo, rejeitar qualquer dos valores. Não existe abertura ao respondente de determinar um valor que ele avalie adequado. Este procedimento pode distorcer o resultado da amostra não avaliando a realidade do universo pesquisado.

O questionário proposto nessa pesquisa previu a possibilidade de um referendo com acompanhamento aberto, ou seja, a primeira pergunta sobre a disposição a pagar é um *referendo* com valores dados, para em seguida perguntar se pagaria outro valor em pergunta aberta (*Open-Ended*). Este procedimento, no entendimento do pesquisador aproxima os resultados esperados para o estudo.

4.3.5.1 Sobre a análise da regressão

Com relação à análise de regressão, esta é utilizada para verificar quais variáveis influenciam as respostas dos indivíduos, de forma que a DAP pode ser expressa com a função para a Disposição A Pagar (DAP).

$$DAP = f(Y_i, S_i, X_i, E_i) \quad (3)$$

Onde:

Y_i : expressa a renda familiar.

S_i : expressa o grau de escolaridade.

X_i : outras variáveis (ex. situação ocupacional)

E_i : outras variáveis (ex. sexo) (SILVA, 2013).

Conforme (MOTTA, 1997), esta função não está atrelada a uma forma funcional pré-definida, de forma que se deve escolher o modelo que melhor se ajuste aos dados. Com isso, se torna possível estimar mudanças na DAP dadas pelo acontecimento de algum evento ocorrido ao bem patrimonial analisado. O modelo de regressão utilizado pela pesquisa é o Modelo Logit para expressar a relação entre a variável dependente (disposição a pagar – DAP) e as variáveis explicativas (nível de renda, escolaridade, situação ocupacional e sexo).

4.3.5.2 Método Quadrados Mínimos Ordinários – MQO

O Método Quadrados Mínimos Ordinários (MQO) é uma técnica de otimização matemática que procura encontrar o melhor ajuste para um conjunto de dados tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados (tais diferenças são chamadas resíduos).

É a forma de estimação mais amplamente utilizada na econometria. Consiste em um estimador que minimiza a soma dos quadrados dos resíduos da regressão, de forma a maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados observados.

Um requisito para o método dos mínimos quadrados é que o fator imprevisível (erro) seja distribuído aleatoriamente, essa distribuição seja normal e independente.

$$Y_i = \beta_1 + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \dots + \beta_k X_{ki} + u_i \quad (4)$$

onde:

$i = 1, 2, \dots, n$, sendo n o tamanho da amostra

X_i é o vector ($1 \times k$) de componentes $1, X_{2i}, X_{3i}, \dots, X_{ki}$

e β o vector ($k \times 1$) de coeficientes de regressão

e admita-se que Y_i designa uma variável binária codificada com o valor 1 ou o valor 0 (SILVA, 2013 baseado em MATOS, 1995).

O método MQO admite que além do valor que determinada pessoa está disposta a pagar (DAP) para a preservação de um bem específico existem outras variáveis exógenas ou razões não mensuráveis que determinam o comportamento do resultado da regressão (MATHIEU, 2000).

Descritos os métodos de valoração, que permitem a produção de valor econômico para os bens patrimoniais os mais diversos, escolhido o método de valoração econômica e o modelo regressivo para dar valor ao objeto do estudo, no próximo capítulo far-se-á uma análise do perfil sócio econômico da população pesquisada baseada na amostra colhida, assim como mostrar os resultados obtidos através da utilização do MVC para dar valor econômico ao Mural ‘As Profissões’.

5 O VALOR ECONÔMICO DO MURAL ‘As Profissões’

O presente capítulo apresenta a pesquisa e análise dos dados da valoração econômica do Mural ‘As Profissões’, traçando primeiramente o perfil socioeconômico da comunidade universitária da UFRGS para então discorrer sobre as informações sobre a disponibilidade a pagar – DAP e a análise estatística utilizando o MVC. Este percurso permitiu, não só conferir valor ao Mural mas, apresentar um modelo ou protocolo para valoração de bens artísticos culturais, apresentado neste estudo como produto a ser disponibilizado para aplicação em situações análogas ao objeto pesquisado.

5.1 PERFIL SÓCIO ECONÔMICO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA DA UFRGS

O perfil sócio econômico apresenta as informações relativas ao sexo, ao grau de escolaridade, a faixa etária, a etnia dos entrevistados, a situação ocupacional e a renda familiar. Ainda levantada às impressões da comunidade universitária sobre a importância das obras de arte para o desenvolvimento pessoal sociocultural e, finalmente, sobre o conhecimento da obra de Locatelli. O questionário, Anexo A, foi submetido aos integrantes da comunidade universitária da UFRGS e seus familiares.

Dados de 2016, Tabela 1, revelam que a Universidade conta com uma população aproximada de 64.300 pessoas entre estudantes, servidores e professores. Para a população estimada da comunidade universitária deverão ser computados seus familiares.

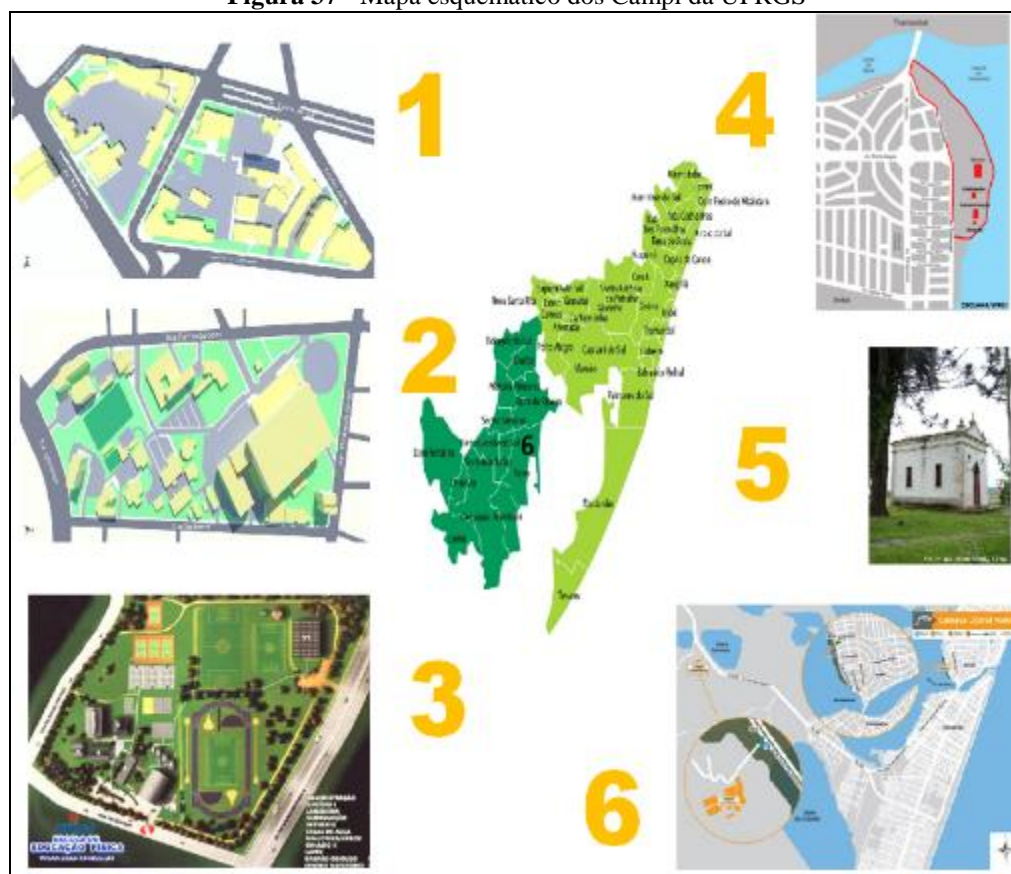
Tabela 1 - População da comunidade universitária - UFRGS

Comunidade Universitária UFRGS			
População Discente			
Graduação		Pós-Graduação	
Presencial	33.131	Doutorado	5.982
EAD	451	Mestrado	5.791
Monitoria EAD	1.086	Especialização	4.411
Monitoria	1.523	Alunos Especiais	2.515
		Mest. Profissional	428
	36.191		19.127
População Discente		População Funcional	
Residências	676	Docentes Superior	2.791
Ens. Básico Regular	426	Docentes Ens. Bas.	114
EJA	276	Téc. Administrativos	2.669
Ensino Técnico	69	Terceirizados	1.995
	1447		7.569
	TOTAL		64.334

Fonte: UFRGS, 2017

Foram utilizados para esta pesquisa 250 questionários respondidos como amostra visando conhecer o perfil socioeconômico e cultural assim como utilizar a inserção de dados, extraídos do questionário, para a modelagem do valor econômico do Mural. A oferta do questionário à população da Comunidade Universitária foi realizada através de grupos e redes sociais da UFRGS assim como em grupos de e-mails da Universidade nos diversos campi da UFRGS conforme Quadro 37, a saber: 1) Campus Central da UFRGS; 2) Campus da Saúde; 3) Campus Olímpico; 4) Centro de Estudos Costeiros, Limnológicos e Marinhos – CECLIMAR – Imbé/RS; 5) Estação Experimental Agronômica – Eldorado do Sul/RS; 6) Campus Litoral Norte – Tramandaí/RS.

Figura 37 - Mapa esquemático dos Campi da UFRGS



Fonte: elaborado pelo autor a partir de imagens da internet

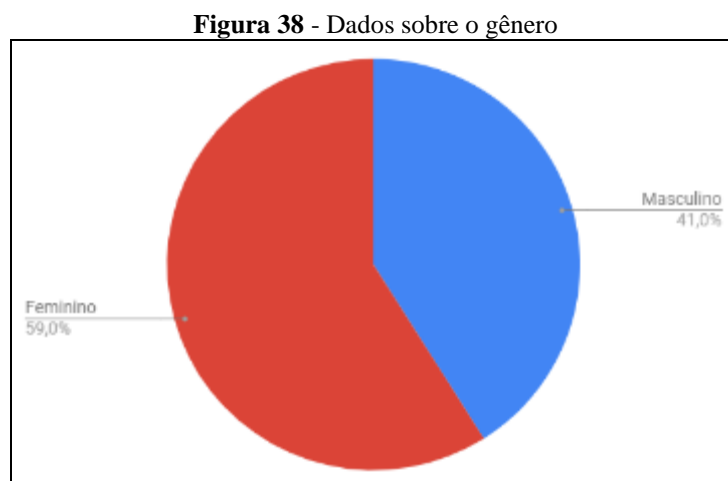
Para complementar os dados do perfil e permitir a análise da valoração econômica através do MVC, o estudo estimulou os questionados a uma situação hipotética, no qual “se as pessoas tivessem que pagar”, a manifestarem o quanto estariam “**dispostas a pagar – DAP para ter acesso à visitação**” ao Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli durante todo o ano. Da mesma forma, em outra situação, “**qual a DAP se houvesse a possibilidade de criação**

de um Fundo para conservar, preservar e manter” o patrimônio o Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli.

Assim, após os dados terem sido tabulados, encontraram-se os dados que seguem na sessão 5.2 e serão discutidos.

5.2 SOBRE OS DADOS COLETADOS

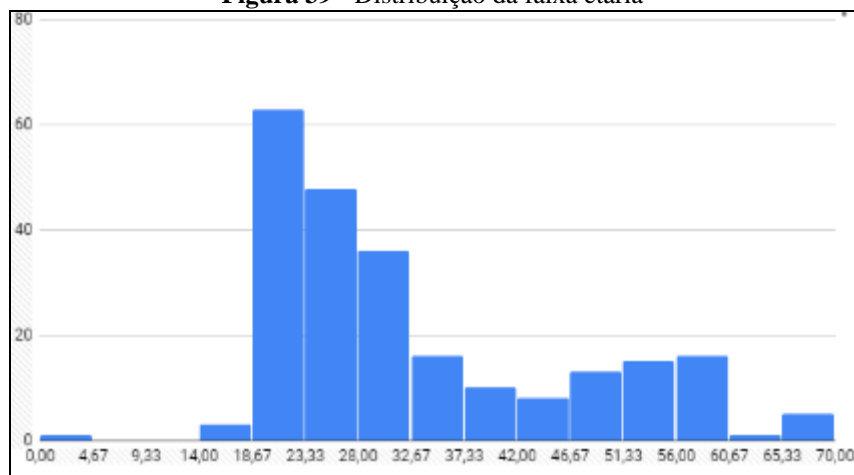
Entre os respondentes encontra-se uma maioria de mulheres. Na amostra pesquisada, conforme Figura 38, havia 41% do sexo masculino e 59% de pessoas do sexo feminino que desenvolviam atividades na comunidade universitária da UFRGS.



Fonte: dados da pesquisa

O percentual da amostra pode inferir que as mulheres se sentiram mais estimuladas a responder o estudo do que os homens, ou simplesmente, que o recorte, segue a tendência de crescimento do sexo feminino em todos os três segmentos da comunidade universitária de alunos, servidores técnicos e docentes conforme dados publicados na página da PROPLAN/UFRGS, 2017.

Quanto ao levantamento da faixa etária, Figura 39, o estudo revelou uma concentração da população universitária da UFRGS entre as faixas de 20 a 40 anos e em outro intervalo de relevância de 48 a 60 anos.

Figura 39 - Distribuição da faixa etária

Fonte: dados da pesquisa

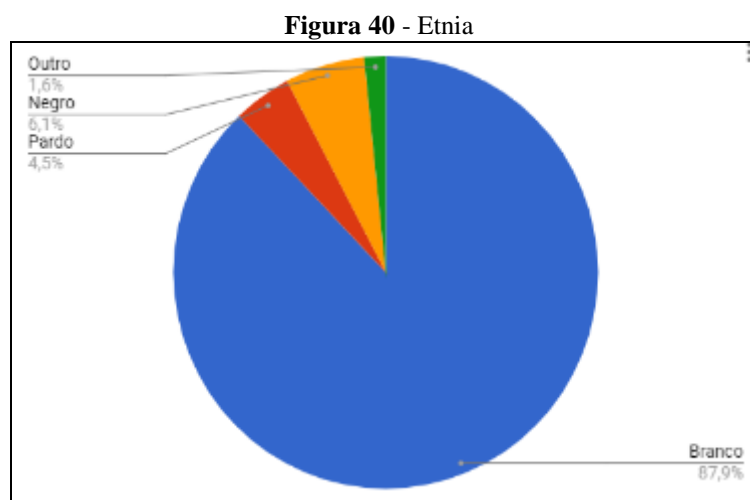
Dada as características das atividades desenvolvidas na UFRGS, no cruzamento de informações sobre a idade com a situação ocupacional, não foi possível inferir que o primeiro grupo tenha como preponderância os estudantes. Sobre o segundo grupo, pode-se atribuir a predominância de servidores técnicos e docentes.

Para uma pesquisa sobre memória e patrimônio, tal questionamento é pertinente, pois dos integrantes da comunidade universitária da UFRGS o segmento de alunos tem característica díspar dos demais uma vez que o período de permanência discente, para os alunos de graduação, o maior percentual da amostra, foi de 4 a 6 anos em média, se levar em conta um período de graduação e pós-graduação, de 8 a 12 anos, ao passo que os servidores técnico administrativos e docentes desenvolvem sua vida acadêmica e profissional na Instituição atuando na UFRGS entre 30 à 40 anos.

Mormente a percepção da importância do patrimônio cultural e da memória evocada, por este mesmo patrimônio, possa estar presente e ser entendida como fundamento nos três segmentos da comunidade de forma equânime, o fato é que existe uma rápida dispersão e afastamento dos estudantes nas lides da Universidade. Em contrapartida, a permanência e atuação de servidores técnicos e docentes que atravessam gerações, transformam estes grupos em potencial instrumento de fértil produção de memórias institucionais ao mesmo tempo em que amplia a compreensão sobre a relevância de desenvolver políticas sobre o patrimônio cultural da Universidade na qual são protagonistas das ações patrimoniais e concomitantemente se tornam produto das memórias institucionais. Este é o caso do objeto estudado, o Mural 'As Profissões', patrimônio artístico da Universidade, produzido por um servidor docente da Casa, Aldo Locatelli, trazendo à memória simbolizada como artífices ou

criadores da Universidade, no protagonismo de Manuel André da Rocha e Olinto Olímpio de Oliveira.

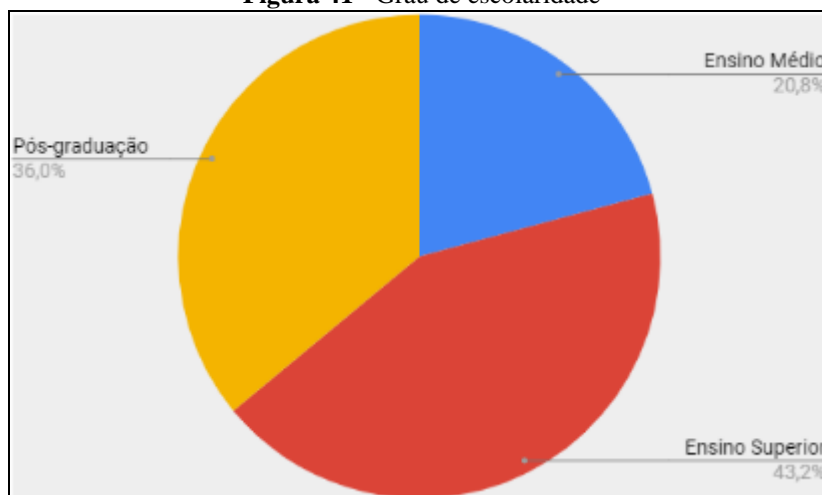
Sobre a questão étnica, Figura 40, a amostra informa uma predominância de respondentes da cor branca de 87,9%, de pardos (5,4%) e negros 6,1%.



Fonte: dados da pesquisa

Trata-se da obtenção de dados raciais de modo autodeclarado, na medida em que são os próprios sujeitos que atribuem a si um pertencimento racial diante das opções fornecidas (OSÓRIO, 2003) configurado em instrumentos auto preenchidos. Neste estudo as opções de declaração foram restritas a branco, pardo, negro, sendo as etnias amarela, indígena e não declarados agrupados em Outros.

No que diz respeito ao grau de escolaridade, Figura 41, o universo pesquisado tem como atividade fim um ambiente acadêmico, onde a massiva maioria são estudantes e professores.

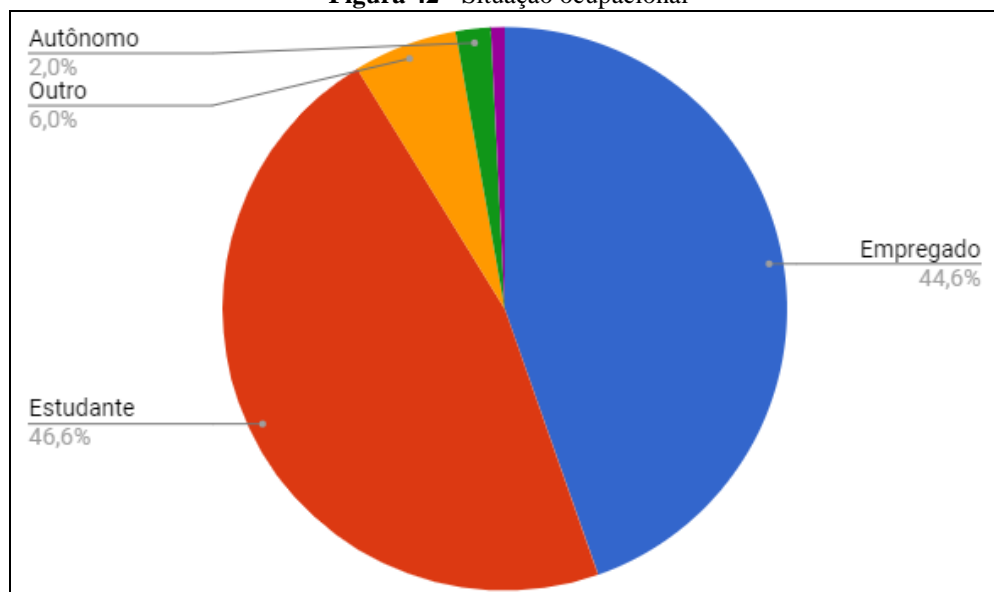
Figura 41 - Grau de escolaridade

Fonte: dados da pesquisa

Mesmo a parcela menor de pessoas que desenvolvem a atividade meio da Universidade, a população de servidores da comunidade, é altamente escolarizada. Apesar de o questionário apresentar quatro possibilidades de escolaridade, a saber: ensino fundamental, ensino médio, ensino superior e pós-graduação, o resultado obtido na amostragem revela a predominância percentual do ensino superior e de pós-graduação com 40,2% para cada modalidade, para os declarados com ensino médio o percentual é 19,6%. Não houve situações com relação ao ensino fundamental como grau de escolaridade, apesar de, a UFRGS, ofertar o ensino fundamental e médio através do Colégio de Aplicação.

A disposição a pagar das pessoas é fortemente influenciada pelo nível educacional que possuem. Essa assertiva pode ser explicada pela capacidade de observação e reflexão adquirida com a educação e a amplitude que esta proporciona nas discussões das questões culturais. Uma pessoa melhor instruída percebe de forma mais completa a ausência ou as ações dos impactos culturais na sociedade. Essa percepção advém da consciência crítica alcançada através da escolaridade.

O levantamento sobre a situação ocupacional na UFRGS, Figura 42, coloca como empregados 44,6% e como Estudante 46,6%, ou seja, aproximadamente 90% dos respondentes se declararam vinculados à atividade acadêmica ou funcional administrativa da Instituição.

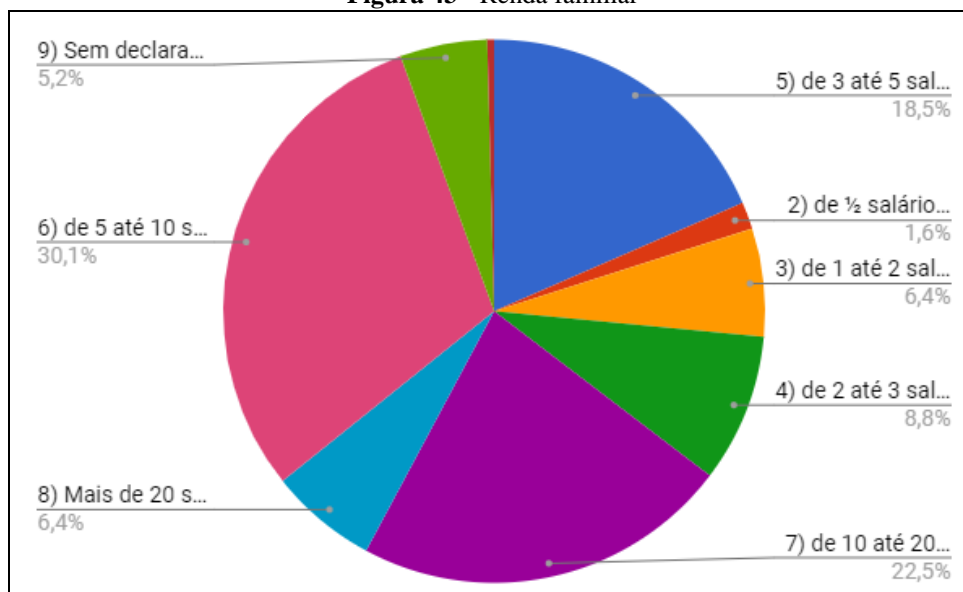
Figura 42 - Situação ocupacional

Fonte: dados da pesquisa

Um grupo pequeno, mas representativo, de 6,0% preferiu não informar ou colocou-se em outra situação não prevista pelo estudo. As demais franjas representam as situações de desemprego (1%) e de autônomo em 2% autodeclarados, o que não afasta a possibilidade de desenvolverem atividades acadêmicas regulares ou de extensão na Universidade.

Mesmo em um contexto hipotético, a situação ocupacional tem influência na decisão de dispor valores para as questões culturais, questões estas normalmente colocadas como não prioritárias para dispender recursos em situações ocupacionais que evidenciam um momento de fragilidade financeira. Mais à frente, o estudo relacionará, em números, o cruzamento das informações de **situação ocupacional x disposição a pagar**.

O levantamento de dados relativos à renda familiar dos respondentes teve como critério de unidade o salário mínimo. Assim, os dados da Figura 43 refletem as respostas da amostra.

Figura 43 - Renda familiar

Fonte: dados da pesquisa

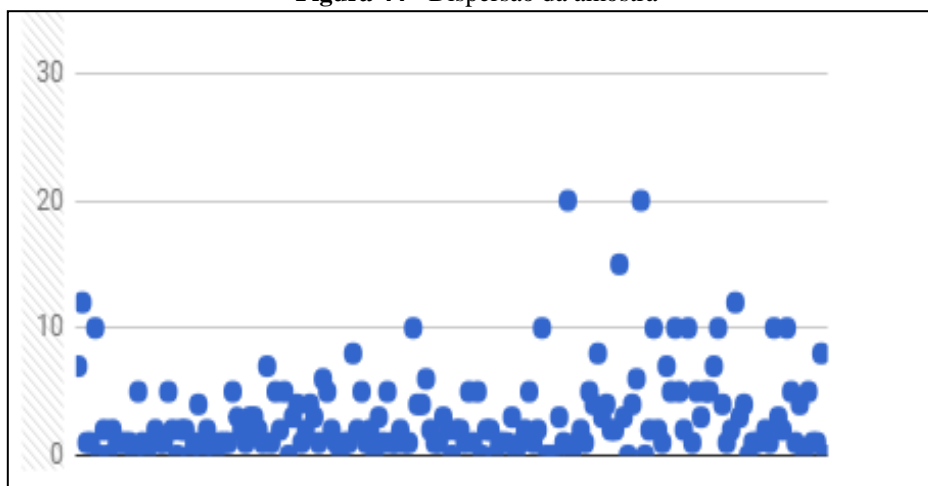
Este item é um dos construtores na amostragem para as situações estabelecidas da DAP. A obtenção dos dados ocorreu entre novembro de 2016 e abril de 2017, tendo havido neste período uma apreciação do salário mínimo de, aproximadamente, 6,48%⁹ passando de R\$ 880,00 para R\$ 937,00.

A variação do salário mínimo no período pouco pode ter alterado as faixas percentuais encontradas, assim como seu impacto quanto à Disposição A Pagar – DAP, uma vez que, apesar da relação direta e da importância da renda familiar, com os resultados da DAP, este dado está vinculado ao grau de escolaridade. Portanto, pessoas com mais anos de educação, e, portanto, mais sensíveis e perceptivas às questões culturais, apresentam uma média salarial mais elevada (nesta pesquisa com média de 5 a 10 salários mínimos), podendo, portanto, disponibilizar um valor mais alto a pagar. UCHIKAWA (2008).

O estudo também questionou aos participantes sobre o hábito de frequentar museus e exposições de arte. A Figura 44 apresenta as respostas obtidas da amostra, revelando que a concentração das respostas se encontra entre os valores 1 e 5 exposições/museus visitados por ano com média geral de 2,67 visitas.

⁹ Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos – DIEESE. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>, sobre o Índice Nacional de Preços – INPC.

Figura 44 - Dispersão da amostra



Fonte: dados da pesquisa

A média nacional é 0,1552 visitas ao ano, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM (2016). Em estudo publicado em 2015 pelo Observatório da Cultura da cidade de Porto Alegre intitulado “Usos do Tempo Livre e Práticas Culturais dos Porto-Alegrenses”, que retrata com bastante precisão os hábitos de lazer e cultura dos habitantes da cidade, o hábito de visitar museus e exposições em um ano ficou em penúltimo lugar das 36 opções de lazer oferecidas com um percentual de 1,3%. E mais, 78,7% dos porto-alegrenses respondentes àquela pesquisa informaram que nunca visitaram ou não foram no intervalo de um ano a qualquer exposição de artes.

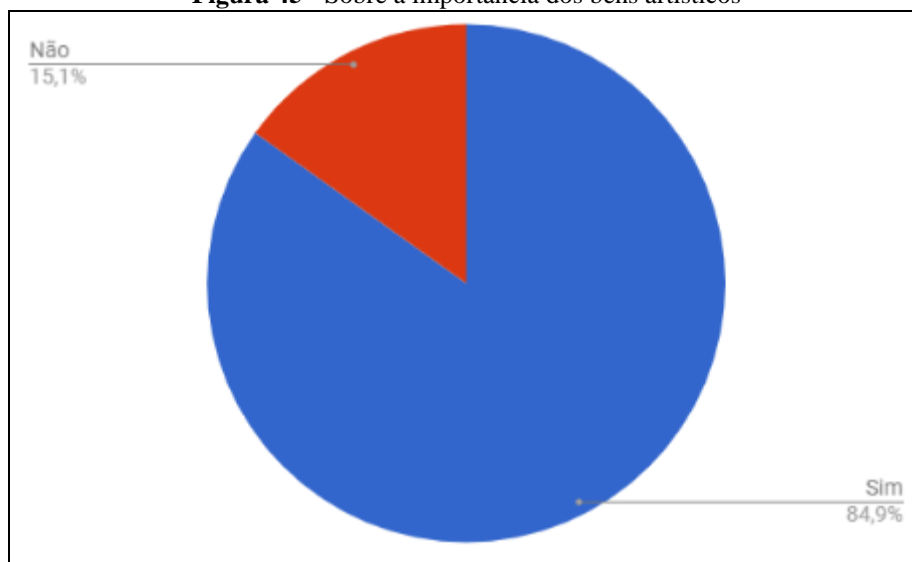
A média evidenciada pela amostra desta pesquisa, que em um primeiro momento parece alta, pode ser explicada não só pelo nível de escolaridade e de renda, mas também em razão de que o estudo foi desenvolvido em um ambiente acadêmico por excelência onde, além do ensino museológico e artístico, existem ações e programas desenvolvidos de promoção dos acervos da Universidade sejam para o patrimônio edificado, documental ou artístico como visto no capítulo II sobre o Patrimônio. Em números totais o resultado revela, ainda, que mais de 91 % dos entrevistados frequentou uma exposição ou visitou um museu ao menos uma vez.

A relevância da pergunta e a importância das respostas para o estudo estão associadas aos tipos de hábitos culturais da população da comunidade universitária com relação ao objeto pesquisado.

Além do perfil sócio econômico, o estudo propôs questões sobre a identificação dos entrevistados com o objeto em questão, assim como a apreço as questões culturais através da relação entre os dados coletados na amostra.

A pergunta sobre a importância que os bens artísticos da UFRGS podem ter para o desenvolvimento pessoal e sociocultural obteve respostas aparentemente simples conforme Figura 45.

Figura 45 - Sobre a importância dos bens artísticos

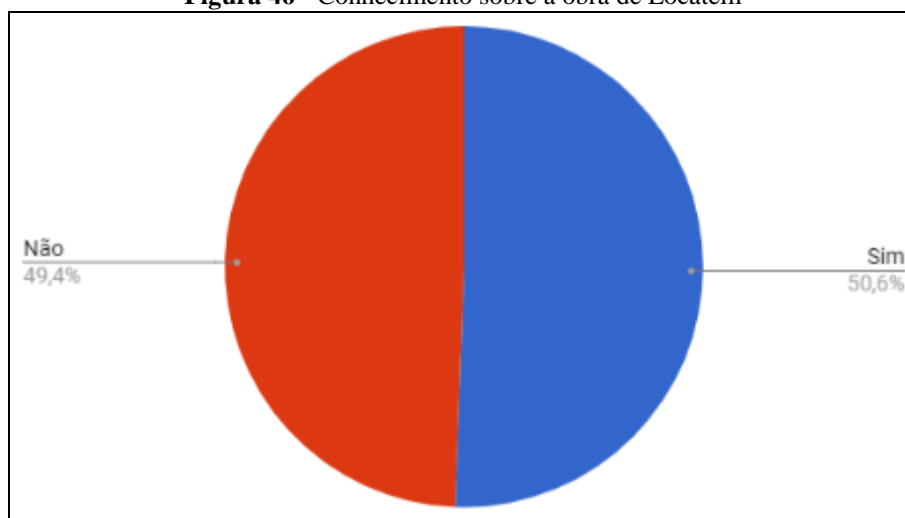


Fonte: dados da pesquisa

Dos respondentes 84,9% responderam que sim e 15,1% optaram pelo responder negativamente. Essa constatação evidencia a importância, mas pouco contribui para a discussão da relevância dos bens artísticos da Universidade. No entanto, a escolha do ‘sim’ ou ‘não’ foi vinculada à justificativa solicitada a sua resposta. As respostas colhidas como justificativas e esperadas em uma pergunta aberta, foram as mais diversas. Algumas das respostas fugiram do escopo da pesquisa e derivaram para questões político partidário as quais não serão tratadas no estudo.

Contudo, às justificativas apresentadas, revelou-se um material tão rico em informações que serão tratados no fecho da dissertação conforme as linhas de pesquisas estudadas. A título de exemplo citamos: “[...] a conservação de prédios históricos e bens artísticos é de suma importância para preservar a história cultural do Rio Grande do Sul dentro de um contexto de tempo[...]” ou “[...] acredito que todos os patrimônios da Universidade são importantes para o desenvolvimento sociocultural, como as peças do museu, as obras raras da Biblioteca[...]”.

A pesquisa procurou saber se a comunidade universitária da UFRGS tem conhecimento da obra artística de Aldo Locatelli. Pela amostra (Figura 46) 50,6% declarou ter conhecimento enquanto 49,4% manifestou desconhecimento.

Figura 46 - Conhecimento sobre a obra de Locatelli

Fonte: dados da pesquisa

O conhecimento da obra de Locatelli pela maioria da população da UFRGS não chega a ser surpresa uma vez que os murais e afrescos do artista estão espalhados pela cidade e pelo interior do Estado.

Para citar apenas algumas obras de maior relevância: o mural ‘A Conquista do Espaço’ no Aeroporto Salgado Filho em Porto Alegre/RS que durante anos foi a principal porta de entrada e saída por via aérea do Rio Grande do Sul; os afrescos do Palácio Piratini em Porto Alegre/RS, mais especificamente o ‘Salão Negrinho do Pastoreio’ como centro político do Estado; os afrescos da Igreja de São Pelegrino de Caxias do Sul/RS e da mesma forma a Catedral São Francisco de Paula em Pelotas/RS e a Catedral Metropolitana de Santa Maria/RS.

No início do questionário foi colocado uma reprodução do Mural ‘As Profissões’ assim como do espaço no qual ele está inserido, a Sala do Conselho da Universidade, para que os participantes da amostra pudessem contextualizar e dimensionar suas respostas frente a magnitude da obra.

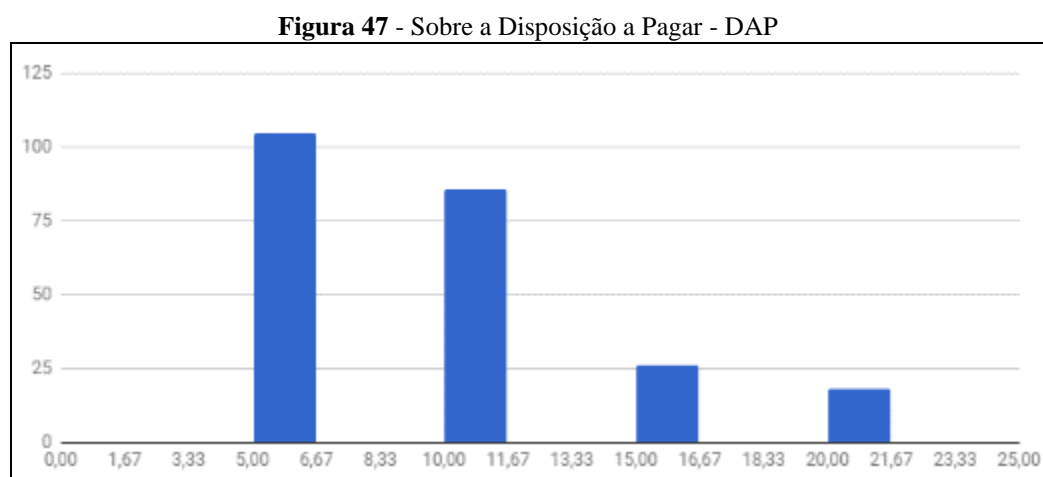
Para complementar os dados colhidos e permitir análise de valoração econômica através do MVC, o estudo também estimulou os questionados, em uma situação hipotética, no qual as pessoas tivessem que pagar, a manifestarem o quanto estariam dispostas a pagar (DAP) para ter acesso à visitação ao Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli durante todo o ano.

Da mesma forma, em outra situação, qual a DAP se houvesse a possibilidade de criação de um Fundo para conservar, preservar e manter o patrimônio o Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli.

5.2.1 Valoração econômica para o mural: dados e análises da pesquisa

Vários são os conceitos sobre a Disposição A Pagar (DAP). Neste estudo, a DAP está vinculada ao MVC e tem como objetivo estimar a disposição a pagar pela conservação ou recuperação de um patrimônio cultural, através de um questionário a uma amostra da população pertinente.

Questionados sobre a disposição a pagar – DAP com o objetivo de valorar economicamente o Mural ‘As Profissões’, em caso de uma hipotética visita guiada ao Mural, obteve-se as seguintes respostas (Figura 47).



Fonte: dados da pesquisa

Do total de amostras analisadas, 60,66% dos questionados revelaram que estariam dispostos a pagar algum valor para poder visitar ou usufruir da Mural ‘As Profissões’. Se estratificado por gênero, a Tabela 2 mostra outra realidade.

Tabela 2 - Gênero e disposição a pagar pela visita guiada ao Mural

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Masculino	80,77%	19,23%	12,14
Feminino	80%	20%	10,44

Fonte: dados da pesquisa

Os dados relativos a gênero indicaram que os homens demonstraram maior DAP do que as mulheres. A situação ocupacional em relação à DAP, conforme Tabela 3, além de um quesito de caracterização do perfil também é uma variável dependente para os dados estatísticos relevantes à regressão que se relacionam à DAP, ao nível de renda e ao grau de escolaridade.

Tabela 3 - Situação Ocupacional x disposição a pagar

Situação Ocupacional	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Empregado	59%	41%	13,06
Estudante	63%	37%	12,22
Desempregado	-	100%	-
Autônomo	-	100%	-
Outro	69%	31%	12,78

Fonte: dados da pesquisa

A situação ocupacional ‘outro’ (que apresenta uma forte DAP e o segundo valor médio da relação) representa 6 % da amostra total, enquanto entre aqueles que não demonstraram DAP estão os desempregados com 0,8% e os autônomos com 2%. O total da amostra entre relação da situação ocupacional e a DAP é de 97,2%. É um dado importante, pois ajuda a legitimar a amostra como pertinente para a finalidade da pesquisa, ver Tabela 3.

A relação grau de escolaridade x DAP, conforme Tabela 4, apresenta um comportamento, no mínimo, curioso (Tabela 4): conforme aumenta o grau de instrução, diminui a DAP assim como o valor médio a pagar.

Tabela 4 - Grau de Escolaridade X disposição a pagar

Escolaridade	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Ensino Fundamental	-	-	-
Ensino Médio	88,89%	11,11%	9,89
Ensino Superior	86,21%	13,79%	8,74
Pós-Graduação	75,37%	24,63%	7,50

Fonte: dados da pesquisa

Pelo estudo realizado, tinha-se a expectativa que, conforme aumentasse os anos de estudo também ampliasse o arcabouço de informações, entre elas sobre a importância das questões relativas ao patrimônio cultural. A relação mostrou-se, neste caso em específico – grau de instrução e DAP, inversamente proporcional. Em parte, este comportamento pode ser explicado pela manifestação disposta nas questões abertas do questionário onde alguns

respondentes, com maior grau de escolaridade, expressaram o entendimento de que os impostos pagos deveriam cobrir esse tipo de despesa.

Com relação a Renda x DAP, Tabela 5, a faixa de renda que está mais disposta a pagar é a de 1 a 2 (88,89%) salários enquanto a faixa de 2 a 3 salários mínimo representa o maior valor médio da DAP.

Tabela 5 - Faixas de Renda X disposição a pagar

Renda	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
½ salário até 1	75%	25%	8,33
De 1 a 2 salários	88,89%	11,11%	8,78
De 2 a 3 salários	87,50%	12,25%	10,63
De 3 a 5 salários	79,32%	20,68%	8,31
De 5 a 10 salários	74,42%	25,58%	7,28
De 10 a 20 salários	83,79%	16,21%	8,89
Mais de 20 salários	77,78%	22,22%	7,50

Fonte: dados da pesquisa

A relação Renda x DAP demonstrou, também, que conforme aumenta a renda diminuí o valor médio na disposição a pagar. O cruzamento dos dados também possibilitou a verificar qual das faixas etárias estaria mais disposta a contribuir.

Tabela 6 - Faixa etária X disposição a pagar

Faixa Etária	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
17 - 24	68%	32%	13,33
25 - 32	50%	50%	11,39
33 - 39	41%	59%	12,14
40 - 49	45%	55%	14,00
50 - 59	72%	28%	13,69
60 ou +	78%	22%	15,71

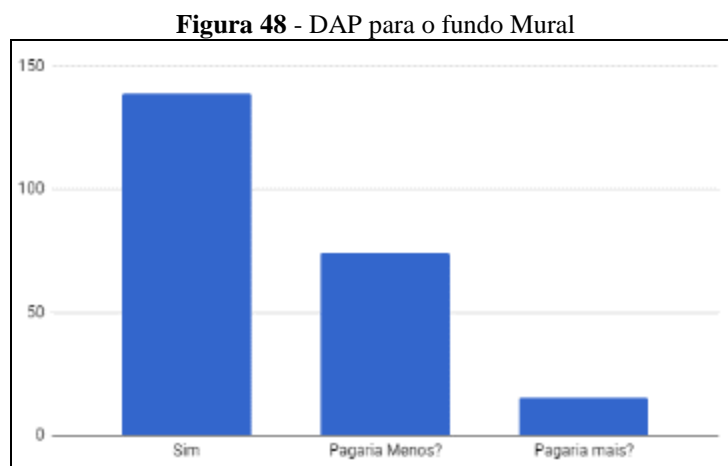
Fonte: dados da pesquisa

Conforme Tabela 6, a faixa etária de 60 anos ou mais aparece com 78% de DAP, entretanto a faixa etária que melhor representa a DAP é a de 50 a 59 anos com DAP de 72% e valor médio de R\$ 13,69 em razão do expressivo número de pessoas dispostas a pagar (72%).

5.2.2 Valoração econômica para a criação de um fundo mural

Através do questionário aplicado à pesquisa também foi perguntado sobre a disponibilidade a pagar - DAP para a possível criação de um Fundo para conservação, preservação e restauro do Mural.

Perante a pergunta: - Imagine agora se houvesse a possibilidade de criação de um Fundo para conservar, preservar e manter o patrimônio o Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli para poder ter acesso de visitação durante todo o ano, onde o doador, valendo-se de uma Lei de Incentivo à Cultura (A Lei Rouanet, por exemplo), pudesse abater no Imposto de Renda o valor doado. Se fosse estipulado um valor de R\$ 20,00 para participar anualmente como cotista deste Fundo/Mural, você contribuiria? Os percentuais estão na Figura 48.



Fonte: dados da pesquisa

É importante salientar que dos respondentes conforme Figura 52, aproximadamente 62 % pagariam R\$ 20,00 ou mais para a criação do referido Fundo. Cerca de 38% dos respondentes estariam dispostos a pagar menos de R\$ 20,00 e os que se manifestaram que não estariam dispostos a pagar ao menos algum valor são aproximadamente 9%.

Portanto, o total de respondentes dispostos a pagar para a criação de um Fundo para o Mural alcançou 91% da amostra. Este dado torna a amostra robusta e consistente.

Também com relação à criação do Fundo, apesar de haver o vínculo direto com o Mural, no questionário aplicado, pode-se inferir que as respostas servem para a possível criação de um Fundo para o conjunto do patrimônio artístico da UFRGS, através dos indicativos percentuais auferidos (82,6% dos respondentes se manifestaram positivamente favoráveis sobre a importância que os bens artísticos da UFRGS podem ter para o desenvolvimento pessoal e sociocultural). A criação deste Fundo, atrelado a uma política para o patrimônio cultural da Universidade, possibilitaria a criação de uma rubrica específica no orçamento da Instituição e, por conseguinte, a alocação de recursos para a preservação, restauração e manutenção deste acervo. Tal política hoje inexistente como já demonstrado neste estudo.

Os dados relativos ao gênero e DAP para a criação do Fundo Mural, Tabela 7, indicaram que os homens demonstram menor DAP do que as mulheres.

Tabela 7 - Gênero X disposição a pagar (FUNDO MURAL)

Sexo	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Masculino	81,56%	18,44%	20,01
Feminino	91,15%	8,85%	20,15

Fonte: dados da pesquisa

Entretanto, o valor médio alcançado é tecnicamente o mesmo para homens e mulheres. Essa relação indica que, apesar de os homens manifestarem menor DAP, estes têm a tendência de despender valores maiores para a criação do Fundo.

A situação ocupacional, Tabela 8, em relação à DAP revela uma forte disposição a pagar para a formação do Fundo Mural, com exceção, compreensível, dos desempregados.

Tabela 8 - Situação Ocupacional x disposição a pagar (FUNDO MURAL)

Situação Ocupacional	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Empregado	84,69%	15,31%	13,06
Estudante	83,48%	16,52%	19,06
Desempregado	-	100%	-
Autônomo	80%	20%	20,00
Outro	82,36%	17,64%	25,35

Fonte: dados da pesquisa

Novamente, neste estudo, este é um dado de caracterização do perfil e sua possível intenção a pagar, uma vez que os valores relevantes à regressão já estão relacionados à DAP através do nível de renda e do grau de escolaridade. A situação ocupacional ‘outro’, assim como na disponibilidade a pagar para a visita do Mural, apresenta uma forte DAP assim como um forte valor médio. Entre os DAP o percentual médio é de 82,63%. Igualmente é um dado importante, pois ajuda a legitimar a amostra como pertinente para a finalidade da pesquisa.

Ao contrário da relação Escolaridade x DAP para a visita ao Mural, no que diz respeito à formação de um Fundo Mural, Tabela 9, os dados apresentaram um comportamento relativamente esperado: o aumento do grau de instrução teve variação no valor médio a pagar. Aqui, confirmou-se a hipótese de que o aumento dos anos de estudo também contribui para ampliar o arcabouço de informações inclusive sobre a importância das questões relativas ao patrimônio cultural.

Tabela 9 - Escolaridade X disposição a pagar (FUNDO MURAL)

Escolaridade	Disposição a Pagar		Valor Médio R\$
	Sim	Não	
Ensino Fundamental	-	-	-
Ensino Médio	76,48%	23,52%	21,46
Ensino Superior	86,80%	13,20%	19,39
Pós-Graduação	82,42%	17,58%	21,84

Fonte: dados da pesquisa

A relação Renda x DAP para o Fundo Mural tem um comportamento diferente daquele estabelecido para a visitação do Mural, ver Tabela 10. Na média, de todas as faixas salariais (66,66%) desta rela o indicou disponibilidade a pagar com um valor aproximado de R\$ 19,40. Mesmo com o aumento da renda, a rela o Renda x DAP para o Fundo demonstrou uma manuten o do valor médio da disposi o a pagar.

Tabela 10 - Faixas de Renda X disposi o a pagar (FUNDO MURAL)

Renda	Disposi�o a Pagar		Valor M�dio R\$
	Sim	N�o	
1/2 s�lrio at� 1	20%	80%	5,00
De 1 a 2 s�lrios	25%	75%	30,53
De 2 a 3 s�lrios	81,82%	18,18%	20,55
De 3 a 5 s�lrios	97,78%	2,22%	19,65
De 5 a 10 s�lrios	78,38%	21,62%	19,20
De 10 a 20 s�lrios	83,64%	16,36%	19,08
Mais de 20 s�lrios	80,00%	20,00%	21,66

Fonte: dados da pesquisa

Na Tabela 11, pode-se observar que no cruzamento dos dados entre faixa etária e DAP, em todas as faixas a disposi o a pagar   superior a 70%. Existe uma clivagem importante, da faixa que vai de 17 até 49 anos, e um aumento dos valores a partir dos 50 anos.

Tabela 11 - Faixa etária X disposi o a pagar (FUNDO MURAL)

Faixa Et�ria	Disposi�o a Pagar		Valor M�dio R\$
	Sim	N�o	
17 - 24	84,34%	15,66%	18,04
25 - 32	89,07%	10,93%	16,73
33 - 39	72,73%	27,27%	16,06
40 - 49	70,59%	29,41%	17,91
50 - 59	94,60%	5,40%	31,71
60 ou +	84,62%	15,38%	38,63

Fonte: dados da pesquisa

Dos 50 anos ou mais, os valores médios sobem, substancialmente, com média de R\$ 35,17. A diferença superior a 100% entre as duas faixas redefinidas pode ser explicada em fun o de que os respondentes de maior idade demonstrem um conhecimento da relevância e preocupa o em preservar a memória e o patrimônio. A cria o hipotética de um fundo de

preservação o qual garantirá transmissão do patrimônio cultural representa a melhor herança que os jovens podem receber dos mais velhos e esta ocorre pela educação patrimonial, sua preservação e sua memória.

5.3 ANÁLISE ECONOMÉTRICA

No que tange ao valor econômico estimado ao bem patrimonial em estudo, este é revelado ao multiplicar-se a média da DAP obtida da amostra pela população total. Para tanto, necessita-se conhecer a disposição média a pagar para usufruir do Mural, neste estudo, está expressa na Equação (3) como:

$$DAP_m = \sum DAP^{245} (1/n) \quad (3)$$

Onde:

DAP_m = disposição média a pagar

DAP^{245} = indivíduos questionados com valores diferentes de zero.

n = indivíduos questionados

Logo:

$$DAP_m = 2357 \times 1/251 \quad DAP_m = 9,62 \quad (4)$$

Com relação ao valor da disposição a pagar para usufruir do Mural, este é expresso na Equação (5):

$$DAP_e = DAP_m \times POP_t \quad (5)$$

Onde:

DAP_m = Média da disposição a pagar da amostra;

POP_t = população total da Comunidade Universitária¹⁰

DAP_e = Valor Total estimado para o Mural.

Logo:

¹⁰ (4.344 x 3.125) = nº médio de membros na família conforme dados IBGE do censo 2010 atualizados em 2016 (IBGE, 2017).

$$DAP_e = 9,62 \times 223.917 = \text{R\$ } 2.154.081,00 \quad (6)$$

O resultado do valor econômico atribuído ao Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli foi de R\$ 2.154.081,00 (dois milhões cento e cinquenta e quatro mil e oitenta e um reais). Esta é a estimativa do estudo, utilizando o MVC como instrumento capaz de mensurar o valor de uso e de não uso do patrimônio cultural escolhido e representativo do acervo de bens artísticos da Universidade.

Estimado o valor econômico do Mural, pode-se proceder à relação entre o valor do bem patrimonial e o custo de preservação, manutenção e restauro do bem. O mural ‘As Profissões’ foi restaurado recentemente a um custo de R\$ 82.350,00, (CONSUN/UFRGS, 2017), valor este que representa 3,82% do valor econômico calculado ao Mural por este estudo. O que isto representa em termos de custo benefício?

Existem várias respostas a essa pergunta e não se pode afirmar a prevalência de uma sobre as outras, mas é de entendimento que a questão econômica é fundamental na tomada de decisão da conservação/restauro do patrimônio cultural, como descreve a conservadora-restauradora Mariana Basto (2005), sobre os critérios de conservação e restauro de obras de arte:

Existem ainda valores e conceitos bem mais influentes na tomada de decisão para intervir sobre uma dada obra, nomeadamente, questões políticas e económicas. A sustentabilidade económica da Conservação é um conceito interessante e, diria mesmo, essencial. Trata-se da capacidade de fazer ‘render benefícios culturais’ durante um extenso tempo de vida (BASTO, 2005, p. 22, 23).

Com relação ao objetivo deste estudo, dimensionar o valor econômico do Mural, e a relação com o valor despendido para seu restauro, se pode inferir que, tanto a sustentabilidade econômica como os benefícios culturais foram contemplados.

5.3.1 A análise da regressão

Para análise dos dados foi utilizado como modelo de regressão simples o Método dos Mínimos Quadrados rodado no Sistema R medindo a relação de causalidade entre a variável dependente, disposição a pagar, e as variáveis explicativas renda, escolaridade e, gênero e situação ocupacional. A apuração contou com 231 amostras válidas com nível de significância a 95%. O resultado, está exposto na Figura 49:

Figura 49 - Regressão do Modelo MQO

```

Call:
lm(formula = reg_dados$dap ~ reg_dados$feminino_dummy + reg_dados$empregado_dummy +
    reg_dados$escolaridade + reg_dados$renda)

Residuals:
    Min       1Q   Median       3Q      Max
-9.201 -4.454 -0.696  1.410 69.304

Coefficients:
                Estimate Std. Error t value Pr(>|t|)
(Intercept)      3.6513     2.2705   1.608  0.10917
reg_dados$feminino_dummy -0.7498     0.9873  -0.760  0.44832
reg_dados$empregado_dummy -2.5495     1.0543  -2.418  0.01637 *
reg_dados$escolaridade  2.0445     0.7195   2.841  0.00489 **
reg_dados$renda        0.4943     0.3611   1.369  0.17238
---
Signif. codes:  0 '***' 0.001 '**' 0.01 '*' 0.05 '.' 0.1 ' ' 1

Residual standard error: 7.434 on 231 degrees of freedom
Multiple R-squared:  0.05984, Adjusted R-squared:  0.04356
F-statistic: 3.676 on 4 and 231 DF, p-value: 0.006354

```

Fonte: Elaborado no Sistema Estatístico R

O resultado da regressão mostrou que a variável gênero feminino tem uma disponibilidade a pagar menor do que o gênero masculino. O dado relativo ao grau de escolaridade nos diz que quanto mais anos de estudo, maior a disponibilidade a pagar, dado este questionado pela hipótese inicial. Situação parecida para a renda familiar. Na amostra, a disponibilidade a pagar não mantém valores ascendentes lineares conforme sobe o nível de renda. Para a regressão, quanto maior a renda familiar, maior será a disponibilidade a pagar. Para a situação ocupacional os dados analisados demonstram que a situação 'empregado' tem menor disposição a pagar do que as outras situações, dados coerentes com a hipótese inicial. A variável escolaridade tem maior impacto no modelo do que a renda. O resultado torna significativas as variáveis situação ocupacional e escolaridade. O índice explicativo da regressão é baixo. Conforme (MATHIEU, 2000), as possíveis contradições encontradas na regressão das variáveis e a relação de disposição a pagar podem estar vinculadas a questões exógenas e desconhecidas.

5.4 SOBRE AS QUESTÕES ABERTAS DO QUESTIONÁRIO

A aplicação do questionário semiestruturado proporcionou questões abertas para a manifestação dos entrevistados da amostra. Estas estão vinculadas às questões de nove a doze a.: São questões que versam desde a crença de que os bens artísticos da UFRGS podem ser importantes para o seu desenvolvimento pessoal sociocultural, até a situação hipotética para contribuição de visitaçao ao Mural ou para a criação de um fundo Mural de preservação destes bens. Este recorte de respostas colhidas, entre tantas, na amostra representam a visão

dos respondentes e pode fornecer um panorama sobre a importância dos bens artísticos para a população pesquisada: a comunidade universitária da UFRGS. Pode-se notar que as justificativas e considerações apresentadas estão alinhadas às áreas de concentração e referencial teórico sobre as questões de patrimônio e memória, de arte e economia da cultura e suas combinações desenvolvidas neste estudo, seja por alinhamento direto ou por contraste. Face ao volume considerável de manifestações colhidas na pesquisa, seleciona-se uma amostra a qual se depura das manifestações políticas e outras considerações não vinculadas ao estudo.

5.4.1 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Patrimônio

Das manifestações relativas ao referencial com ênfase sobre patrimônio, seleciona-se as impressões:

“- É um patrimônio cultural de valor inestimável, pode levar as pessoas que apreciam, a um sentimento de enriquecimento cultural muito grande”;

“- faz parte de seu patrimônio”;

“- Admito campanhas para preservação, mas o dever do poder público é manter seu patrimônio cultural com os tributos pagos pela população.”

As manifestações acima são emblemáticas, pois além de expressar muito do censo comum, revelam em boa parte as justificativas do por que este estudo foi realizado.

Em primeiro lugar, o respondente, ao classificar o patrimônio cultural como sendo de valor inestimável, vem ao encontro do objetivo da pesquisa qual seja: valorar economicamente, o patrimônio cultural artístico da UFRGS, utilizando valores de uso e de não uso. O patrimônio cultural é estimável.

Num segundo momento, a afirmação de que ‘faz parte de seu patrimônio’ sobre a importância dos bens artísticos da Universidade, remetem a um sentimento de propriedade e pertencimento, conceitos estes utilizados pela pesquisa através do referencial teórico sobre patrimônio e memória.

Na terceira assertiva o respondente se manifestou textualmente em questão aberta e referente a valores, questão nº 11a do questionário, sobre a hipótese de qual outro valor estaria disposto a pagar para visita ao Mural. A resposta é favorável às campanhas de preservação mas nega a contribuição pecuniária em tal campanha pois entende que ‘o

patrimônio cultural deve ser mantido com os tributos pagos pela população'. Para (BENHAMOU, 2007) a preservação do patrimônio cultural, deve ocorrer pelos visitantes, quando as visitas não forem gratuitas e pelos os contribuintes e autoridades públicas, quando o patrimônio cultural for de natureza pública. Esta premissa está vinculada, neste trabalho, com a maneira como o ente público (UFRGS) maneja seu patrimônio cultural e, portanto, está associada ao Capítulo II quando trata 'sobre a tutela do patrimônio cultural na UFRGS'.

5.4.2 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Memória

Das manifestações relativas ao referencial com ênfase em memória, seleciona-se as seguintes impressões:

“- A conservação de prédios históricos e bens artísticos são de suma importância para preservar a história cultural do Rio Grande do Sul dentro de um contexto de tempo”;

“- É o espaço em que estou inserida, frequento todos os dias. Também é importante para minha formação como ser social, pois agrega valor ao "capital humano";

“- Os bens artísticos registram momentos em destaque da história do mundo, país, da instituição[...] e esse registro pode consolidar a memória desses períodos”;

“- São bens artísticos que demonstram os contextos históricos da UFRGS instituição, suas memórias e escolas artísticas e seus depoimentos políticos representando toda a sociedade”;

“- Conhecer o acervo artístico da UFRGS contribui para o entendimento sobre a história da Universidade e de Porto Alegre por consequência. Portanto, acredito sim que o acervo da UFRGS pode contribuir com o desenvolvimento sociocultural dos que tem acesso a ele. Bens artísticos são a memória sociocultural de um povo”;

“- Por ter valor institucional, saber que o autor foi professor da UFRGS e ter o que mostrar com valor intrínseco para os visitantes, uma vez que o valor ínsito ao patrimônio artístico e cultural é inerente ao grau de desenvolvimento cultural e civilizatório e revelador do background não só dos que fizeram a vida da UFRGS como instituição acontecer no seu devir histórico, como do povo que a construiu e constrói no dia a dia;

“- Se estes bens artísticos contemplarem a diversidade cultural presente em nossa comunidade, melhor será o resultado da nossa identificação. Falta diversidade em

Locatelli? Sim! Mas ele era um homem de seu tempo e sua obra deve ser preservada. Devemos urgentemente incentivar a produção de novas obras que retratem nossa transformação social e aspectos historicamente ignorados.”

Neste conjunto estão expressas as relações entre artes, formas narrativas e cultura, particularmente no que compete aos principais vetores sociais e políticos presentes num determinado contexto memorial, neste caso o contexto acadêmico universitário.

A inserção das pessoas ao meio estudado e seu contato e imersão junto aos bens artísticos da UFRGS revelou o sentimento de pertencimento, identidade e desenvolvimento do capital humano. Nesse sentido, o meio (patrimônio cultural) é visto como palco e produto das sociabilidades e configurações sociais ou humanas, onde os bens artísticos da Universidade contribuem como fator de desenvolvimento sociocultural.

Lembra-se que o objeto estudado, o Mural, é um monumento que não só ocupa o espaço, ele dá a tônica ao espaço, (POULOT, 2009). Espaço esse que é povoado, despovoado ou repovoado pelas suas antigas e novas memórias, administrado, arquitetado ou urbanizado e contabilizado, e qual um tecido proustiano: constrói, destrói e reconstrói novas relações (Proust, 2003.).

Relevante ressaltar a importância dada pelos respondentes a Aldo Locatelli e seu tempo de docente/artista na UFRGS que “[...] contribui para o entendimento sobre a história da Universidade e de Porto Alegre [...]” através dos bens artísticos (que) são a memória sociocultural de um povo.

E, mesmo nas ressalvas sobre as questões de inclusão, entendendo que falta diversidade em Locatelli, conforme explicita um respondente, o reconhecimento do Artista é incontestado, como ‘homem do seu tempo’ e da necessidade de preservação de sua obra.

5.4.3 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Arte

Das manifestações relativas ao referencial com ênfase na arte, seleciona-se as seguintes impressões:

“- Quando tem uma obra no espaço da universidade, o assunto sobre ela surge, e eventualmente acabamos conhecendo mais do artista. Eu nunca fui nessa sala do Consumo, portanto não conhecia esse pintor”;

“- É importante que a universidade possua um acervo de obras relevantes da arte local, como é o caso de Locatelli”;

“- Acredito que sim, já que o convívio universitário e o campus nos estimulam em vários sentidos, na forma de pensar e de enxergar as coisas. As exposições recorrentes sediadas no pátio do campus centro da UFRGS, dificilmente passam por despercebidas pelos transeuntes, é um perfeito exemplo de como bens artísticos, sejam temporários ou fixos, podem envolver os diferentes expectadores”;

“- Na UFRGS tive contato com algumas exposições artísticas as quais me fizeram sentir como em meio a um terremoto: chocaram-me; mudaram-me. E não é algo incomum me deparar com esse tipo de experiência nesse universo da UFRGS. ”

As manifestações que envolvem as questões artísticas estão intrinsecamente vinculadas às demais questões teóricas do trabalho. Impossível dissociar o Mural e as demais obras de arte da UFRGS do patrimônio cultural público, das questões de pertencimento e identidade e, portanto, dos conceitos de memória coletiva preconizados por Halbwachs (2003), fazendo do Mural e demais bens artísticos o tecido social confeccionado com a memória dos indivíduos sendo que, o ‘fio têxtil’ dos indivíduos resultará o tecido memorial coletivo, ou seja, a memória social.

As manifestações dos respondentes selecionadas demonstram que as ações relativas ao patrimônio cultural, realizadas pela UFRGS, estimulam a percepção dos membros da comunidade universitária ao mesmo tempo em que, obras importantes e significativas são desconhecidas por parte do público desta comunidade por falta de acesso, caso típico do Mural, e de maior visibilidade ao patrimônio artístico da Universidade.

5.4.4 Manifestações alinhadas à área de concentração e referencial sobre Economia da Cultura

Das manifestações relativas ao referencial com na Economia da Cultura, seleciona-se as seguintes impressões:

“- Acredito que todos os bens artísticos podem servir para a aproximação da UFRGS com a sociedade e dessa forma ajudar no seu desenvolvimento”;

“- Acredito que todos os patrimônios da Universidade são importantes para o desenvolvimento sociocultural, como as peças do museu, as obras raras da Biblioteca Central, os prédios históricos e os documentos permanentes”;

“- Trabalhei no Setor de Patrimônio Histórico da UFRGS e lá pude aprender bastante sobre os prédios históricos. Portanto, acho que toda pessoa que possa se interessar ao tema, só tem a ganhar e se beneficiar cultural e intelectualmente com isso. O único problema é que boa parte das exposições da UFRGS, assim como seus prédios e outros bens culturais, não são tão levados à toda população, ficando restrito somente no meio acadêmico”;

“- Os esclarecimentos sobre a obra são multidisciplinares, pois passa por observações nos campos da história, da cultura, da política e propriamente de arte, além de outros aspectos relevantes para a formação e desenvolvimento sociocultural do indivíduo”;

“- Acredito que os bens artísticos da UFRGS poderiam ser importantes para o desenvolvimento sociocultural da comunidade universitária. Mas, para isso, deveria haver programas de divulgação e valorização desses bens para a comunidade”;

“- Penso que a venda de reproduções das obras artísticas acessadas seria uma forma mais adequada de contribuição para a conservação do patrimônio. Eu pagaria R\$20 por um cartão postal da pintura e eventualmente utilizaria como brinde para visitantes da Universidade.”

As manifestações acima fazem referência às expressões culturais que efetivamente acabam não tendo impacto no mercado tanto por razões óbvias de ordem de ser patrimônio público quanto por questões de manejo das ações e políticas públicas à cultura exercidas pela Universidade. Para Ana Carla Fonseca Reis (2012) a economia da cultura dispõe de instrumentos de como melhor tratar determinada política (SECRGS, 2012), mas para que isso ocorra é necessário que haja uma política para o patrimônio cultural.

A importância sociocultural dos bens artísticos da UFRGS está expressa em sua dimensão simbólica cultural e de seu grupo social. Em economia da cultura são chamados de produtos e manifestações culturais (DINIZ, 2008).

Os relatos manifestados pelos respondentes expressam a importância da cultura no desenvolvimento da comunidade universitária, seu viés econômico e seus efeitos multiplicadores sobre outros setores e sua relação com a formação de capital humano, fator

determinante do posicionamento da instituição como competitiva em seu segmento (DINIZ, 2008).

Existe outra dimensão do desenvolvimento sociocultural alavancado pela valorização do patrimônio cultural e de políticas para seus produtos. A estes são incorporados estilos, preferências, status, subjetividades, informações, normas de consumo e até a produção de opinião pública como as produzidas por este estudo. A estes valores incorporados aponta-se a sua natureza imaterial, condição fundamental para que os bens sejam dotados de valor cultural (BENHAMOU, 2007).

Ao pensar em colher dados à pesquisa para dimensionar economicamente um patrimônio cultural se acaba por produzir mais que números, impressões e sentimentos sobre a questão cultural. O conjunto de perguntas do questionário permitiu visualizar um espectro mais amplo de pensamentos sobre o patrimônio cultural

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os caminhos percorridos pela pesquisa, através dos conceitos e as metodologias para valoração econômica do mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli, naquilo que a Universidade apresenta única e exclusivamente como patrimônio material de valor administrativo, jurídico e organizacional, passaram pelas questões sobre o patrimônio cultural, sobre memória e sobre economia da cultura para colocar a obra além de seu valor de natureza material incorporando os valores imateriais institucionais de autoria, memória levando em consideração os valores de uso e de não uso.

Este estudo objetivou valorar um bem artístico e cultural, da UFRGS, com o objetivo de servir de modelo para as demais instituições públicas as quais detém acervos, mas desconhece seu potencial valor cultural e econômico. Este desconhecimento pode ser tanto por não dominar o conhecimento para aferir o valor econômico das obras, por não desenvolver políticas coordenadas para a valorização deste acervo e, talvez o mais relevante, por desconhecer a potencial relevância do que seja o patrimônio cultural.

O patrimônio cultural sabe-se, está vinculado às questões legais e administrativas, mas principalmente aos seus valores estéticos e de reconhecimento sentimental e memorial. Para validá-lo, necessita que seja sancionado pela opinião pública, seja através de vontade política, seja de uma reflexão erudita. A UFRGS, por natureza, é uma instituição onde a erudição permeia seu dia a dia. Impossível não pensar em uma articulação de ideias entre as questões culturais, sociais e políticas e coloca-las em prática.

O patrimônio cultural da Universidade é rico não só em volume, mas também na diversidade dos bens culturais que estão relacionados a sua trajetória nos últimos cem anos. Este é o caso do mural ‘As Profissões’ de Aldo Daniele Locatelli.

Como dito por um dos participantes desta pesquisa ao responder o questionário: ‘Locatelli foi um homem de seu tempo’. O desenvolvimento de sua obra mural e civil se confunde com a expansão da UFRGS. Deixou sua marca na Universidade imprimindo a memória e os valores de seu tempo. Talvez aí resida a sua importância de Locatelli e de todos aqueles que registram seu testemunho como ser social e político. O Mural é um monumento manifesto de teor social e político no tempo, feito por Locatelli que não está mais aqui, mas seu testemunho persiste.

Após um longo esforço de pesquisa logrou-se êxito em avaliar economicamente o patrimônio artístico-cultural Às Profissões de Aldo Locatelli, através da aplicação de

questionários e a aplicação do MVC. Através dos 251 questionários aplicados e a extração de informações, proporcionou-se a formação de um banco de dados inédito sobre o perfil socioeconômico cultural da comunidade universitária da UFRGS, que servirá de base de dados para outras pesquisas na área da Economia da Cultura.

Os resultados obtidos na análise dos dados demonstram que, a comunidade universitária, estimulada a responder sobre a disposição a pagar para visita ao Mural respondeu positivamente aos questionamentos em 94% das ocorrências. Percentual consistente para a amostra realizada. Sobre a importância dos bens artísticos da UFRGS, 82% concordam com sua importância.

Sobre a disposição a pagar para a manutenção dos bens artísticos da UFRGS através da criação de um Fundo Mural, esta foi de 91%. A aderência robusta à criação de um Fundo em parte denota que o universo pesquisado é favorável ao implemento de políticas culturais, além do que já foi observado durante a pesquisa sobre a necessidade de implantação de políticas culturais e não somente ações, aliado a um sentimento de que é importante preservar, e não só visitar, além da importância dada aos bens artísticos como demonstram os dados colhidos através do questionário.

Dessa forma, na proposição de criar um mercado hipotético para valorar o Mural ‘As Profissões’, trouxe à tona possibilidades à UFRGS para que a mesma incorpore entre suas políticas ligadas ao ensino, pesquisa ou extensão, o incentivo aos respondentes do questionário visitarem à obra de arte. Durante o desenvolvimento da pesquisa, após ter sido caracterizado o espaço onde se encontra o Mural, um espaço público, mas hoje de acesso restrito, tomou-se corpo necessidade ou a possibilidade da realização de visitas guiadas as quais pudessem garantir o acesso da população, desta forma chancelando o caráter público da obra. A visita guiada, como passeio interativo, pode ser implantada a exemplo da já existente na UFRGS através da Secretaria de Patrimônio Histórico como Visita Guiada Teatralizada.

A realização de visitas guiadas ao espaço onde se encontra o Mural pode proporcionar ao público a possibilidade de acesso a uma obra de arte que hoje se encontra confinada ao uso da Sala do Conselho da Universidade. Esta visita poderia além de expor o Mural ter caráter educativo sobre o funcionamento da Instituição pelo o espaço que ocupa. A visibilidade do Mural e demais bens artísticos pode alterar o perfil do público dos visitantes e contribuir para enriquecer sua percepção com relação ao patrimônio cultural.

A possibilidade de transformar o acesso às obras de arte da Universidade em um evento lúdico com roteiro previamente preparado é uma maneira de legitimar o patrimônio

cultural como bem público, reforçando o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao patrimônio cultural da Universidade.

Durante a pesquisa, o estudo realizado sobre as ações da Universidade com relação ao Patrimônio artístico cultural evidenciou a ausência de uma política única para o Patrimônio Cultural. Apesar das ações desenvolvidas por diferentes estruturas da UFRGS para o seu patrimônio cultural funcionarem bem e separadamente, a presença de uma política unificada para o patrimônio cultural da Universidade pode consolidar a preservação da diversidade cultural de seu patrimônio (edificado, documental e artístico) além de criar instrumentos de incentivo e poder econômico onde hoje não existe.

A questão econômica para o desenvolvimento de uma política para o patrimônio cultural é suma importância uma vez que, determinada uma política cultural para a Universidade, será definido o que pode ou não ser atendido, com que recursos segundo as metas previstas e com quem e para quem será feito.

No desenvolvimento de políticas para o patrimônio cultural, é necessária a presença de princípios básicos da sua organização, ter a compreensão dos significados e valores desses bens específicos e pelas qualidades que lhes são atribuídas.

A UFRGS, pela sua expertise abrangente na área das humanidades, tem *'know how'* de sobejo para o desenvolvimento dessas políticas tendo como régua também a sociedade como um todo. A Universidade ainda dispõe de massa crítica de reflexão erudita e de instrumentos políticos no mais das vezes chancelados pela opinião pública. O reconhecimento destes atributos a colocam como parte significativa e representante da civilização fazendo a ligação das sensibilidades relativas ao passado e de suas apropriações e formação de identidades.

Ao desenvolver essas políticas, a Instituição também define as competências dela para a cultura e quais as suas prioridades, de tombamento, de preservação, de restauro, de publicidade e exibição. Todas as características elencadas estão vinculadas às condicionantes econômicas que deverão fazer parte do arcabouço institucional para a criação de políticas para o patrimônio cultural na UFRGS.

Finalmente, durante o desenvolvimento da pesquisa, outras apresentações e trabalhos sobre o estudo foram realizados à guisa de preâmbulo para essa dissertação. O que ajudou a mostrar a importância do Mural tanto para a instituição UFRGS como para a comunidade em geral. Somem-se a isto, as comemorações do centenário de nascimento de Aldo Locatelli em meio à pesquisa fizeram com que a Universidade voltasse seu olhar com mais atenção à obra, buscando, pela primeira vez, executar a limpeza e o restauro do Mural, em janeiro deste ano, desde que foi concebido há quase 60 anos.

Esta ação da Universidade, em proceder ao restauro do Mural, uma atitude isolada, torna emblemático a valoração econômica do Mural uma vez que permite relacionar o custo (valor gasto) no restauro ao valor econômico do bem mensurado pelo estudo (valor estimado do bem), podendo ser caracterizada como uma relação custo/benefício da ação.

O modelo desenvolvido pelo trabalho, aplicado ao restante do acervo artístico da UFRGS, permitirá o planejamento e possíveis diminuição de custos na manutenção e restauro do acervo dentro de uma política robusta para o patrimônio cultural.

A pesquisa possibilitou valorar economicamente o Mural ‘As Profissões’ de Aldo Locatelli como estudo de caso para formular um Modelo de valoração econômica para o acervo do patrimônio artístico da UFRGS;

A dissertação ora apresentada é um produto elevado à condição acadêmica e interdisciplinar. A leitura da dissertação roteiriza o produto. Por ser um curso de mestrado profissional existe a condição legal de apresentar um produto final, Apêndice C, que esteja vinculado à área de atuação do pesquisador ou que permeie seu lócus profissional.

Os instrumentos utilizados para transformar os valores de uso e não uso em valor econômico ao objeto do estudo, o questionário aplicado, sua análise, os resultados estatísticos e os modelos de regressão, são ferramentas de aferição que possibilitam a aplicação deste modelo aos demais bens artísticos da Universidade assim como aos demais bens artísticos públicos do país.

REFERÊNCIAS

ABREU, Eliane; SILVA, Agnaldo; SILVA Junior, Gilberto. **Valoração econômica: aplicação do método do custo de viagem para a praia da avenida em Maceió.**

www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211822360-.pdf

BARBOSA, Saulo. **Valoração ambiental dos impactos físicos e bióticos do terminal portuário de Macaé – uma proposta metodológica.** Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericatinalatina.org.mx/egal15/Procesosambientales/Impactoambiental/55.pdf> 2014.

BARREIRO, David. Arqueología aplicada y patrimonio: memoria y utopía, **Complutum**, Cidade, v. 23, n. 2, p. 33-50, 2012.

BEHNAMOUR, Françoise. **Economia da Cultura.** São Paulo: Editora Atelie, 2007.

BELLUZZO, L. **Valor e capitalismo:** um ensaio sobre a economia política. Campinas, SP:UNICAMP/IE, 1998.

BERGSON, Henri. **Matéria e Memória:** Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins Fontes 2006, [1896].

BOHGAHREN, Cintia. **Aldo Locatelli e o Muralismo no Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul:** um patrimônio histórico e artístico a ser resgatado. Porto Alegre: Trabalho de conclusão de graduação em Artes Plásticas, UFRGS, 2009.

_____. **A Modernidade nos murais de Aldo Locatelli e de João Fahrion na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o cinquentenário do Instituto de Belas Artes.** Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRGS, 2013.

_____. **Locatelli e Fahrion e os murais do Instituto de Artes da UFRGS: Tradição e Modernidade.** IN: COLÓQUIO CBHA, 32., 2012. **Anais do XXXII Colóquio CBHA 2012** Brasília: 2012.

BRAMBATTI, L.E. **Locatelli no Brasil.** 1ª edição. Caxias do Sul, Instituto Vêneto, 2008.

BRANDLI, E. et al. Análise das vantagens e limitações dos métodos de valoração de recursos ambientais: método do custo de viagem, método de valoração contingente e método de preços hedônicos. In: SIMPEP, 13., 6 a 8 nov. 2006, Bauru. **Anais...** Bauru: SIMPEP, 2006.

BRASIL. **Constituição (1988).** Brasília, Diário Oficial da União, 1988.

_____. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.**

_____. **Lei nº 11.525, de 15 de setembro de 2000.** Dispõe sobre..... Brasília, 2000. Disponível em: < >. Acesso em: dia mês. ano.

_____. Senado Federal. **Jornalista descreve 1958 como o ano em que tudo deu certo.** 2014. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/07/03/jornalista-descreve-1958-como-ano-em-que-tudo-deu-certo/tablet>>. Acesso em: 06 de junho de 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** Buenos Aires: Del Sol, 2011.

CARSON, Richard; FLORES, Nicholas; MEADE, Norman. Contingent valuation: controversies and evidence – 2001. **Environmental and Resource Economics**, Netherlands, v. 19, p. 173–210, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: UNESP, 2001.

DALAROSA, Janaína. A restauração do complexo da Reitoria da UFRGS (2007) **Anais...** do 7º Seminário do_Co.mo.o_Brasil, Porto Alegre, outubro, 2007.

FARIA, R.C.; NOGUEIRA, J.M. Método de valoração contingente: aspectos teóricos e testes empíricos. **Cadernos para Discussão**, série NEPAMA, n. 4 Brasília, 1998.

FREY, Bruno. (2000) La economía del arte: una visión personal, y Las falsificaciones en arte: ¿qué falsificaciones?. Barcelona. **Colección Estudios Económicos**, Nº 18

S.; STAMPE M. Z.; TOCCHETTO D. G.; - **Utilizando a Metodologia de Valoração Contingente para estimar os benefícios gerados aos usuários pela Feira do Livro de Porto Alegre** – Artigo, 2008.

FURIO, Paulo Roberto - **Valoração Ambiental:** aplicação de métodos de valoração em empresas dos setores mineração, papel e celulose e siderurgia. Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre em administração de empresas, Fundação Getúlio Vargas – FGV 2006.

GREEN, D.; JACOWITZ, E.; KAHNEMAN, D.; McFADDEN, D. **Referendum Contingent Valuation, Anchoring, and Willingness to Pay for Public Goods.** *Resource and Energy Economics*, 20 (2), 1998, p. 85-116.

GUILLAUME, Marc – **A política do Patrimônio** – Editora Campo das Letras - 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

_____. **A memória coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire.** Paris: Presses Universitaires de France, 1952.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, n. 31. 1980. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?idb=12576&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

IZQUIERDO, Ivan. **Organização, consolidação, construção e reconstrução da memória**. Porto Alegre: UFRGS, s.n; 1988.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **CPC**, São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/abr. 2006. Disponível em: http://www.usp.br/cpc/v1/imagem/conteudo_revista_arti_arquivo_pdf/kuhl_pdf.pdf. Acesso em: 16/07/2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Roberto Arruda de Souza, GALLETI, Carolina Morelo, JOÃO, Livia Salta. **Valoração Econômica da Arte Parietal de Alfredo Volpi**. Em: <https://uspdigital.usp.br/siicusp/cdOnlineTrabalhoVisualizarResumo?...172...15> Acesso em: 05/06/15

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: **Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.

LOWENTHAL, David. **The Heritage crusade and the Spoils of History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

MATHIEU, C. M.- **Métodos de Valoração Contingente Aplicados ao Patrimônio Histórico**. Tese de doutoramento em Ciências Econômicas, UNICAMP, Campinas, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal**. Brasília, 1998.

MUSEU DA UFRGS - **Preservação de Patrimônio Cultural** – Série Patrimônio Cultural: Memória, coleções e conservação – Edição UFRGS – 1998.

NORA, Pierre - **Entre História e Memória**. A problemática dos lugares, 1993.

PAPANDREA, Franco, **Contingent Valuation and Cultural Policies: Some Challenges and a Case Study** – 2002.

PATRIMÔNIO CULTURAL. **Patrimônio Cultural: Notas sobre a evolução do conceito**, Luiz Philippe Torelly. **Arquitextos**, São Paulo, v. 149, n. 4, out. 2012. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.149/4539>>. Acesso em: 11/01/2017.

PINO, Francisco Alberto - **Modelos de decisão binários: uma revisão**, Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 54, n. 1, p. 43-57, jan./jun. 2007

POULOT, Dominique - **Uma História do Patrimônio no Ocidente** – 2009.

PRATS, Llorenç – **El Concepto de Patrimônio Cultural em Política e Sociedad**, Universidade de Barcelona – 1998.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROZISKY, C - "**A memória do patrimônio**", en **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, Septiembre 2013, www.eumed.net/rev/cccss/25/bens-culturais.html

SANTOS, Adriana Barbosa, MANZATO, Antonio José - **A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa** - 2012

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1981.

SILVA, M.H. **Modelo de procedimento para elaboração de metodologia de valoração econômica de Impactos ambientais em bacias hidrográficas estudo de caso Guarapiranga**: aplicação da função dose-resposta. São Paulo 2008. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SILVA, Rogério Piva da, **Quanto vale um patrimônio cultural?** – 2011

SNOWBALL, Jeanette D., **Measuring the Value of Culture** – Springer Editor - 2008

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil**: o estado do conhecimento. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em: 23 mar. 2016.

SOUZA FILHO, Carlos. A tutela dos bens culturais e a responsabilidade patrimonial do estado. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 23, 1986.

THROSBY, David, **Determining the Value of Cultural Goods: How Much (or How Little) Does Contingent Valuation Tell Us?** – 2003.

_____. **Economics and Culture** – 2001.

_____. Cultural Capital? Department of Economics, Macquarie University, Sydney, NSW 2109, **Australia Journal of Cultural Economics** 23: 3–12, 1999.

TOLMASQUIM, Mauricio Tionmo, SZKLO, Alexandre Salem. Matriz energética brasileira (1995 - 2010): **A energia no Brasil na virada do milênio**. Rio de Janeiro: COPPE. 2000.

TORELLY, Luiz. **Notas sobre a evolução do conceito de patrimônio cultural**. **Revista Forum Patrimônio**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, 2012.

TREVISAN, Armindo, **O Mago das Cores: Aldo Locatelli**. Editora Mapron. Porto Alegre, 1998

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS. **Site institucional**. 2017. Disponível em: <http://www.ufrgs.br>. Acesso em: 15 dez. 2015.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/patrimoniogenetico>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/predioshistoricos>>. Acesso em 18 de dezembro de 2015.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.f24.com.br/editorial/educacao/ufrgs/2014/03/18/109380>>. Acesso em 10/02/2016.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/museu/>>. Acesso em 11/01/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/museu/o-museu/sobre>>. Acesso em 11/01/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<https://www.google.com.br/search?q=Lugares+de+Memória+museu+ufrgs>>. Acesso em 11/01/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/proplan/servicos/ufrgs-em-numeros>>. Acesso em 11/03/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/institutodeartes/index.php/historia-do-instituto-de-artes/>>. Acesso em 06/04/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/acervoartes/acervo>>. Acesso em 11/01/2017.

_____. Site institucional. 2017. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>>. Acesso em 08/10/2016.

_____. **Patrimônio histórico e cultural da UFRGS**. Porto Alegre, 2004.

_____. Secretaria do Patrimônio Histórico da UFRGS – **Patrimônio Histórico e Cultural**. Porto Alegre, 2016.

TOWSE, Ruth. **A Handbook of Cultural Economics**, Second Edition – 2011.

VALIATI, 2010 **Valoração simbólica como determinante de políticas Públicas para os centros urbanos**.

ANEXO A - FICHA DE TOMBAMENTO DO MURAL 'As Profissões'

Universidade Federal do Rio Grande do Sul		Página: 1	
SAP - Sistema de Administração de Patrimônio		13/04/2017 16:27:13	
Ficha de Registro de Bens Móveis			
Tombamento:	36572	Plaquetável :	SIM
Desc. Padronizada:	205050085 - PINTURAS	Situação Localizaçã	Localizado
Co-Responsável:	---		
Dt Tombo:	08/07/1980	Termo Resp:	
Características:	SELEÇÃO FOTOLITOS, 400X800CM		
Marca :	---		
Proc. Prestação Contas:	---	Situação do Ben	1 - Próprio
Forma de Ingresso:	1 - COMPRA	Obs.Situação do Ben	
Tipo Doc Ingr:	---	Est de Conservação:	2 - BOM
Termo Respons:	---	Nro Documento	---
Valor Origem:	R\$0,01	Class Despesa	5.244 - OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU
Processo de aquisição:	---	Fonte de Recurso:	---
Data Limite da Garantia		Nro do Empenho:	---
Tipo de Agregado:	False - Não agregado	Bem Agregador:	---
Fornecedor:	---		
Empresa de Manutençã	---		
Órgão Financiador	---		
Observação :	---		
Órgão:	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão		
Prédio:	Reitoria		
Espaco Físico:	SALA-CONSELH - Sala dos Conselhos Superiores		
Dados Depreciação:			
Líquido Contabil:	Valor Original: R\$ 0,01	Data Última Depreciaçã	
Valor Última Avaliaçã	Diferença Aquisição Avaliaç	Data Última Avaliaçã	
Valor Depreciável:	Valor Residual:	Depreciação Acumulad	

**ANEXO B - RELATÓRIO DE TOMBAMENTO QUADROS E OBRAS DE ARTE DA
UFRGS (em mídia anexa)**

**ANEXO C - PROGRAMA RADIOFÔNICO MOMENTO DO PATRIMÔNIO DA
UFRGS SOBRE O VALOR ECONÔMICO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DA
UFRGS 1 (em mídia anexa)**

**ANEXO D - PROGRAMA RADIOFÔNICO MOMENTO DO PATRIMÔNIO DA
UFRGS SOBRE O VALOR ECONÔMICO DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO DA
UFRGS 2 (em mídia anexa)**

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO À PESQUISA

Prezados

O presente questionário tem como objetivo o levantamento das informações socioeconômicas dos integrantes da comunidade universitária da UFRGS que servirão de base para uma pesquisa de trabalho acadêmico a qual utilizará o Método de Valoração Contingente – MCV para estimar o valor econômico do Mural As Profissões de Aldo Locatelli (a reprodução do Mural encontra-se abaixo). Esta obra está localizada na Sala do Conselho Universitário – CONSUN na Reitoria da UFRGS.

Questionário para estimar o Valor Econômico do Mural “As Profissões” de Aldo Locatelli localizado na Sala do Conselho Universitário – CONSUN na Reitoria da UFRGS

Mural "As profissões" de Aldo Locatelli (dimensões: 3,62 de altura X 7,94 de comprimento)



Sala do Conselho Universitário da UFRGS

02/07/2017

Prezados

**1. 1. Sexo**

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
 Feminino

2. 2. Qual é sua idade?

3. 3. Qual é sua cor?

Marcar apenas uma oval.

- Branco
 Negro
 Pardo
 Outro

4. 4. Qual é sua situação ocupacional?

Marcar apenas uma oval.

- Estudante
 Empregado
 Desempregado
 Autônomo
 Outro

5. 5. Qual seu grau de escolaridade:

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Fundamental
 Ensino Médio
 Ensino Superior
 Pós-graduação

02/07/2017

Precedos

6. 6. Qual sua renda familiar mensal?

Marcar apenas uma oval.

- 1) Até ¼ salário
- 2) de ¼ salário até 1 salário
- 3) de 1 até 2 salários
- 4) de 2 até 3 salários
- 5) de 3 até 5 salários
- 6) de 5 até 10 salários
- 7) de 10 até 20 salários
- 8) Mais de 20 salários
- 9) Sem declaração

7. 7. Quantas exposições de arte ou museus você visita por ano?

8. 8. Você conhece a obra artística de Aldo Locatelli?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9. 9. Você acredita que os bens artísticos da UFRGS podem ser importantes para o seu desenvolvimento pessoal sócio-cultural?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

10. 10. Conforme a resposta acima, justifique.

05/07/2017

Professores

11. 11. Vamos imaginar uma situação em que, para poder ter acesso à visitação ao Mural "As Profissões" de Aldo Locatelli durante todo o ano, as pessoas tivessem que pagar algum valor: o quanto você estaria disposto a pagar para visitar o Mural?



Marque todas que se aplicam.

- R\$ 10,00
 R\$ 15,00
 R\$ 20,00

12. 11.a. Outro Valor em R\$

13. 12. Vamos imaginar agora se houvesse a possibilidade de criação de um Fundo para conservar, preservar e manter o patrimônio o Mural "As Profissões" de Aldo Locatelli para poder ter acesso de visitação durante todo o ano, onde o doador, valendo-se de uma Lei de Incentivo à Cultura (A Lei Rouanet por exemplo), pudesse abater no imposto de Renda o valor doado. Se fosse estipulado um valor de R\$ 20,00 para participar anualmente como cotista deste Fundo/Mural, você contribuiria?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Pagará mais?
 Pagará Menos?

14. 12.a. Qual valor? (em R\$)

APÊNDICE B – PLANILHA DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

(em mídia anexa)

APÊNDICE C - O PRODUTO DA DISSERTAÇÃO

O produto da dissertação, obviamente não é um produto com elementos estáticos, é um modelo. A sua aplicação pode sofrer variações quanto ao método estatístico utilizado, modificações na estrutura do questionário ou aplicação de exercícios coletivos a título de coleta das informações que determinarão o método de elicitação ou ainda suas variações.

Por se tratar de um produto oriundo de pesquisa em matéria ainda incipiente, e mais, preenchendo uma lacuna sobre a avaliação econômica do patrimônio cultural público em instituições como a UFRGS, sua aplicação ganha importância sobre as políticas administrativas e culturais.

Para estimar o valor econômico de um patrimônio cultural público como os bens artísticos das instituições públicas utilizando o Método da Valoração Contingente – MVC, estipula-se o seguinte protocolo de ações para aplicação prática do produto:

1º Passo - O primeiro passo consiste na definição do patrimônio cultural a ser avaliado, e quem é a população relevante como universo a ser pesquisado;

2º Passo - O passo seguinte diz respeito ao dimensionamento da amostra em função da população relevante do estudo. A amostra para estudos dessa natureza normalmente utilizam um intervalo de confiança em 5%;

3º Passo – Com tamanho da amostra calculado, este é o momento de tomar decisões preliminares sobre a operacionalidade da pesquisa: se será conduzida por e-mail, telefone ou pessoalmente. Este desenho ajudará a determinar sobre o formato de avaliação a complexidade do conteúdo do questionário e o tamanho do orçamento para a realização da pesquisa;

4º Passo – Para calibrar o questionário e testar seus resultados, preliminarmente se faz uma consulta piloto do questionário onde a testagem dos resultados podem identificar dificuldades de compreensão dos respondentes não detectadas quando da formulação inicial. Essa fase de ajuste é muito importante, pois ao realizar perguntas que não expressem os valores dos respondentes, o resultado impactará diretamente tanto no perfil socioeconômico quanto na disposição a pagar (DAP) ao objeto pretendido;

5º Passo – Esta é a hora da aplicação do questionário, levando em conta a aleatoriedade da amostra com relação à população escolhida. O método a ser escolhido para a seleção da amostra deverá ocorrer caso a caso;

6º Passo - É o momento da tabulação e análise dos dados onde o pesquisador deve ter o cuidado de depurar as informações colhidas que não fujam do escopo da pesquisa;

7º Passo: Com os resultados analisados se pode estimar o valor médio a partir da amostra e extrapolar para o total da população pesquisada conforme Fórmula(1);

$$DAPe = DAPm \times PO Pt \quad (1)$$

Onde:

$DAPe$ = Valor Total estimado para o bem.

$DAPm$ = Média da disposição a pagar da amostra;

$PO Pt$ = população total pesquisada.

8º Passo – Como passo final para verificar a consistência da amostra, pode-se realizar a regressão estatística através de um modelo de regressão (ex. MQO, Logit, Probit, etc...) para expressar a relação entre a variável dependente (disposição a pagar – DAP) e as variáveis explicativas (ex. nível de renda, escolaridade, situação ocupacional e gênero) para verificar quais variáveis influenciam as respostas dos indivíduos, de forma que a DAP pode ser expressa com a seguinte função (2):

$$DAP = f(Yi, Si, Xi, Ei) \quad (2)$$

Onde:

Yi : expressa a renda familiar.

Si : expressa o grau de escolaridade.

Xi : outras variáveis (ex. situação ocupacional)

Ei : outras variáveis (ex. sexo)